

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

**LUÍZA GIMENEZ CERIOLI**

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ**

**Porto Alegre**

**2014**

**LUÍZA GIMENEZ CERIOLI**

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Reis da Silva

**Porto Alegre**

**2014**

**LUÍZA GIMENEZ CERIOLI**

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2014.

---

Prof. Dr. André Luís Reis da Silva - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luís Dario Ribeiro Teixeira  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao governo brasileiro, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e os CNPq por me disponibilizarem as oportunidades para chegar aonde cheguei, pelo ensino de excelência que me foi fornecido e pelo acesso a múltiplas atividades de extensão que não só me qualificaram como pessoa, mas também me proporcionaram os momentos de maior gratificação. Aos professores do departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais pelo compartilhamento de conhecimento, especialmente ao professor André Reis, que esteve ao meu lado grande parte dessa jornada, me aconselhando, incentivando e participando da minha formação acadêmica. Gostaria de agradecer também ao professor Zé Miguel, pela inspiração à genialidade.

Gostaria de agradecer aos meus pais, àqueles com quem eu divido toda a minha história, angústias, dúvidas e conquistas. Meus pais dedicam-se enormemente ao meu sucesso, e eu sou para sempre grata a todo acolhimento, força, incentivo e carinho que eles me dão. Aos meus avós, por simplesmente estarem do meu lado. À minha enorme família, fonte inesgotável de carinho, onde tive minhas primeiras lições de diplomacia, por que nada mais semelhante a um debate não moderado da ONU do que um churrasco no vô Darião. Um carinho especial aos meus tios Norton, Tanira, Jamile e Mario, que sempre mostraram empolgação com a minha vida acadêmica.

Obrigada especial para àqueles que me ajudaram na elaboração desse trabalho, Gio, Mari, Laura e Ricardo Leães, que dedicaram algumas horas dos seus dias para me aconselhar nessa empreitada. Agradeço também às gurias da comissão, formamos um baita time! Por fim, gostaria de fazer aos meus amigos um agradecimento sincero por serem o que são. Do “Morri” ao “Sauros”, de Bagé a Porto Alegre ou Toulouse, dos debates fervorosos ao puro companheirismo: sem vocês, sou menos. Pedro, Alana, Letícia, Isa, Couks, Cami, Fernando, Carol, Isabela, Liéli, Laura, Gio, Mirela, Txai, Tai, Ber, Nathália, Mari, Luli, Gabi, Wagner, Camilo: agradeço ao colorido que vocês dão à minha vida.

“O ocidental em mim estava desagregado” - Joseph Conrad

“A união... eis aí os jardins do Paraíso

A separação... aí estão os tormentos do inferno.

O amor é eterno, o universo é as suas vestes

Despe o que tens vestido – essa é a chave do enigma” - Jalal ad-Din Muhammad Rumi



## **RESUMO**

A presente monografia versará sobre as relações entre dois países essenciais para os estudos de relações internacionais do Golfo Pérsico, os Estados Unidos da América e a República Islâmica do Irã. A região é um dos principais centros de tensão e conflitos na estrutura do sistema internacional atual, ao mesmo tempo em que possui uma enorme relevância geoestratégica, majoritariamente devido às suas grandes reservas energéticas. O alcance da estabilidade da região possui caráter prioritário dentro das agendas internacionais dos EUA e do Irã, países que, entretanto, possuem um histórico de litígios. O objetivo central desse trabalho é compreender a situação das atuais relações entre esses dois países, analisando como as mesmas se estruturaram e que fatores poderiam indicar uma alteração nas estratégias entre os dois países, visto o inédito acordo internacional assinado por ambos os países em 2013. Os EUA não podem ignorar a relevância geoestratégica do Irã, ao mesmo tempo em que são inegáveis os efeitos prejudiciais internacionais para o Irã advindos de sua relação conturbada com a potência estadunidense. Metodologia do trabalho se baseou na revisão bibliográfica, incluindo fontes primárias, e através da técnica de análise conjuntural.

**Palavras-chave:** República Islâmica do Irã; Estados Unidos da América; Golfo Pérsico; acordo nuclear P5+1; Rouhani; Obama.

**ABSTRACT:**

The following monograph will verse about the relations between two essential countries to any international relations studies in the Persian Gulf, United States of America and Islamic Republic of Iran. The region is one of the main focuses of tension and conflict in the current international system's structure, in the same way that has an enormous geostrategic relevance, particularly due to its vast energetic reserves. To reach stability in the region is a priority of United States' and Iran's international agendas, but those two countries have a historic of litigation and mistrust which made them not to have diplomatic bonds. The main goal of this paper is to understand the current relations between those two countries, analyzing how those were structured and which factors could indicate an alteration of Iran's and USA's strategy, since, in 2013, it was seen an inedited international accord signed by them. The USA cannot ignore the Iran's geostrategic relevance, in the same that that are undeniable the negative international effects that arrives from Iran's disturb relations with the American power. The follow research is based in literature review, primary sources' analysis and conjunctural analysis.

**Key-words:** Islamic Republic of Iran; United States of America; Persian Gulf; 2013's P5+1 nuclear deal; Rouhani; Obama



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica
- AIOC - Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana
- CIA - Centro de Inteligência Norteamericano
- CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUA - Estados Unidos da América
- HEU - Urânio de alto enriquecimento
- ILSA - Ato de Sanções Irã-Líbia
- IRGC - Guardas Revolucionárias Iranianas
- LEU - Urânio de baixo enriquecimento
- MI6 - Serviço de Inteligência Secreto Britânico
- NIOC - Companhia Nacional de Petróleo Iraniana
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- P5+1 - EUA, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha
- SCFR - Conselho Estratégico para Relações Internacionais
- TNP - Tratado de Não Proliferação Nuclear
- TPP - Aliança Transpacífica
- TRR - Reator de Pesquisa de Teerã
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ESTRUTURA.....	10
2.1 Dos Anos 1950 aos 1990: a construção da hostilidade .....	17
2.2. Dos Anos 1990 a 2005: a estabilização do regime revolucionário iraniano .....	25
2.3 Conclusões Parciais .....	10
3. SITUAÇÃO.....	33
3.1 A Situação para os EUA.....	34
3.1.1 A Ausência de Grande Estratégia para o Golfo Pérsico.....	34
3.1.2 O Governo Obama .....	38
3.2 A Situação para o Irã: o mandato da nova direita como catalisador do isolamento internacional .....	43
3.3 Conclusões Parciais: .....	52
4. CONJUNTURA .....	54
4.1 Nível Doméstico: a eleição de Rouhani .....	54
4.2. Nível Regional: a Primavera Árabe e a recente onda de instabilidade na região.....	60
4.3. Nível Internacional: o acordo nuclear entre o P5+1 e o Irã em 2013.....	66
4.4 Conclusões Parciais .....	72
5. CONSIDERAÇÃO FINAL .....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79

## 1. INTRODUÇÃO

O Oriente Médio é um dos principais centros de tensão e disputas na estrutura do sistema internacional atual, sendo uma região marcada por conflitos étnicos, litígios religiosos e presença constante de potências extrarregionais. A região é historicamente reconhecida por sua importância geoestratégica, devido sua localização – que liga a Europa à Ásia e contém substanciais rotas comerciais – e, principalmente, por suas reservas de recursos energéticos, que sempre fomentaram disputas entre grandes potências mundiais (TAKEIH, 2009).

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos da América solidificaram-se como o poder predominante na região, dispondo dos meios para projetar suas capacidades militar e econômica por todo o Oriente Médio, a fim de garantir o livre fluxo de recursos energéticos para si e para seus aliados. De acordo com Leverett e Leverett (2012), o status de principal potência no Oriente Médio foi crucial para a primazia dos Estados Unidos no sistema internacional, sendo que a região se manteve, após o fim da Guerra Fria, como essencial para a política externa norte-americana. Os principais interesses do EUA no Oriente Médio são: (i) assegurar o livre fluxo de recursos energéticos do Golfo Pérsico para o Ocidente, (ii) impedir que alguma potência torne-se hegemônica na região e (iii) resguardar a segurança do Estado de Israel (DUECK, 2006; KITCHEN, 2013)

Inserida nessa complexa região, encontra-se a República Islâmica do Irã, um país de grandes dimensões, localizado em uma posição geoestratégica muito relevante, o Golfo Pérsico, e dono de uma das maiores reservas de petróleo e gás do mundo. Com um regime ímpar, republicano e teocrático, instaurado em 1979 e solidificado na década de 1980, o Irã pode ser considerado hoje um dos países mais estáveis do Oriente Médio. A revolução que instaurou o regime atual teve um caráter fortemente nacionalista e oposto à presença de potências extrarregionais no Oriente Médio, o que levou o país a condenar os EUA ao adjetivo de “o grande Satã”, acusando-o de imperialista. Na política externa do Irã está inserida a ideia de que o Golfo Pérsico é a zona de projeção e influencia do país, e, assim, sendo essencial ser reconhecido como uma potência regional a ser consultada e envolvida nas questões internacionais que tangem a região (TAKEIH, 2009; LEVERETT; LEVERETT, 2012).

Dessa maneira, apresentamos aqui dois atores essenciais para a compreensão das complexas relações internacionais do Oriente Médio e, por consequência, do Golfo Pérsico. A manutenção da estabilidade da região possui caráter prioritário dentro das agendas internacionais dos EUA e do Irã. Todavia, esses países possuem um histórico de litígios e desconfianças que os levaram à mútua percepção de que um é a principal ameaça do outro aos

seus interesses na região (COOK; ROSHANDEL, 2009). Na percepção iraniana, as interferências dos EUA no Oriente Médio são a principal fonte de instabilidade da região, já os EUA argumentam que o Irã impõe significativas ameaças à estabilidade da região devido sua contínua busca por armas nucleares, apoio a grupos terroristas e comportamento hostil perante Israel (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 69).

De principal aliado norte-americano no Golfo Pérsico, durante seu regime monárquico, o Irã passou a ser um dos únicos países na região que rompeu laços diplomáticos com os EUA, após refugar a aliança entre Washington e o Xá iraniano. Entretanto, essa ausência de vínculos diplomáticos não significa que haja uma inércia nas relações entre esses dois países; pelo contrário, nos últimos quarenta anos, não se cessaram como um todo a comunicação entre Teerã e Washington, havendo questões estratégicas em que os dois países tentaram se aproximar (PARSI, 2009; LEVERETT; LEVERETT, 2012). O Irã possui uma relevância geoestratégica a qual os EUA não podem ignorar; já no caso do Irã, são inegáveis os efeitos prejudiciais internacionais advindos da relação conturbada com tal potência (ROSHANDEL; COOK, 2009).

A questão que esse trabalho se propõe a pesquisar é atual situação das relações entre Estados Unidos e o Irã, dois países essenciais pra qualquer estudo que visa compreender a complexa região do Oriente Médio, dentro da percepção de uma ordem multipolar. Torna-se interessante ademais aprofundar os conhecimentos sobre os atuais governos Obama e Rouhani, visto as negociações que se iniciaram entre esses países em 2013 que indicam um novo interesse em cooperação e abrandamento das relações.

A pergunta central do presente trabalho é: *como se estruturaram as relações entre Estados Unidos e Irã, de que maneira se desenvolveram os constrangimentos que as permeiam e quais são só fatores que dão indícios de uma alteração nos comportamentos entre os dois países, podendo levar a um real abrandamento?*

O contexto de tal pesquisa se insere nos estudos de política do Oriente Médio, assim como nos estudos de política externa do Irã e da potência estadunidense. Devido à complexidade das relações entre esses dois países, há hoje um grande grupo de pesquisadores importantes que versam sobre o tema, como Trita Parsi, Ray Takeyh, Alethia Cook e Jalil Roshandel, Flynt Leverett e Hillary Leverett, entre outros. Esse trabalho apresenta, então, uma breve revisão bibliográfica dos trabalhos destes autores, valendo-se do modelo de inferência descritiva e de interpretação de algumas fontes primárias.

As conjunturas doméstica, regional e internacional em que se desenvolvem as relações entre Irã e Estados Unidos apresentam-se, hoje, como desafios a ambos os governos de

Barack Obama e Hassan Rouhani. A ascensão de um presidente considerado moderado, Hassan Rouhani, e o contínuo estrangulamento externo econômico do país, principalmente devido às sanções internacionais, levam ao iminente questionamento se haverá, por parte do Irã, uma real vontade política de se engajar em negociações com os EUA, com o intuito de contornar os danos advindos do isolamento internacional em que se encontra o país. Já os EUA, durante a administração Obama, passam por um momento de alteração de sua estratégia política, precisando responder ao crescimento da relevância internacional do Pacífico, assim como a necessidade de cortes nas verbas militares e a alterações nos governos aliados no Oriente Médio – visto os acontecimentos da Primavera Árabe.

Acredita-se que as políticas internas e externas do ex-presidente iraniano conservador Mahmoud Ahmadinejad levaram a uma exaustão da popularidade dos políticos da linha mais radical iraniana. Por outro lado, percebe-se que o presidente Obama reorienta a política externa dos EUA pelo pivô asiático, alterando sua percepção de ameaça e dando indícios de estar modificando o projeto do governo de projeção no Golfo Pérsico, precisando, assim, elaborar uma nova Grande Estratégia para a região.

*Nesta conjuntura, a hipótese central da presente pesquisa é que o presidente atual iraniano, o clérigo Rouhani, se elegeu com ampla maioria de votos, pois apresentava a um programa político eleitoral afirmativo para contornar os danos advindos das políticas domésticas e internacionais de Ahmadinejad, visando reorganizar a economia do país disposto, então, a iniciar um diálogo duradouro com os EUA, já, por parte de Obama, a vontade de reorientação de sua política externa viabiliza o espaço inédito para a negociação com o país iraniano.*

Contudo, a hipótese secundária da pesquisa é que o histórico das relações entre os dois países gerou uma estrutura de desconfiança e inimizade mútua, que está profundamente inserida no contexto político de cada país, o que têm dificultado, nas últimas três décadas, uma real tomada de iniciativa por parte dos governantes, visto os grandes prejuízos que podem advir de uma iniciativa mal empreendida.

As relações entre Estados Unidos e a República Islâmica do Irã são conhecidamente conturbadas desde a instauração do regime iraniano atual. Se, por um lado, o Irã acusa os Estados Unidos de ser uma constante força em direção à desestruturação do regime iraniano, por outro, os EUA tendem a afirmar que o Irã é um ator irracional, que visa armas nucleares e financia grupos armados considerados terroristas a fim de desestabilizar a região do Oriente Médio. Neste trabalho vamos apresentar que houve, por parte do Irã, como por parte dos EUA, interesse em maior diálogo, mas que nunca foram concomitantes entre as partes, não

sendo apresentados acordos oficializados. A discussão mais crítica, todavia, deriva do programa nuclear iraniano, o qual as potências ocidentais boicotam, elaborando sanções coibidoras por não confiar nas prerrogativas pacíficas do governo iraniano.

Visto que, em novembro de 2013, em Genebra, é assinado um acordo entre o Irã e o P5+1 (Estados Unidos, França, Inglaterra, China, Rússia e Alemanha), torna-se interessante compreender quais foram os motivos que levaram a uma perceptível alteração da política, visto o caráter inédito de tal acordo. Dessa maneira, este trabalho se justifica devido as visíveis nuances de alteração nas relações entre Irã e Estados Unidos, que parecem estar se encaminhando para uma possível distensão, sendo essencial, assim, analisar o desenvolvimento dessas alterações, devido ao grau de importância desses dois países para o cenário internacional e, principalmente, para o Golfo Pérsico.

Já que o principal objetivo do estudo é compreender um cenário que está ainda se desenvolvendo, o estudo é relevante devido à própria ausência de uma diversidade de análises do caso que abarque as administrações Obama e Rouhani. Dessa maneira, a principal importância do trabalho está na própria contribuição em uma área de pesquisa bastante complexa, apresentando uma análise que conste elementos ainda incipientes, visto o perfil recente do tema escolhido.

O viés teórico escolhido para esse trabalho se insere na perspectiva realista dos estudos de Relações Internacionais. Em síntese, o realismo toma como ponto de partida a busca de poder por parte dos Estados no sistema internacional, a centralidade da força militar dentro desse poder e a inevitabilidade duradoura do conflito em um mundo de múltipla soberania (HALLIDAY, 2007, p. 24). A partir do realismo, o principal objeto de estudo é a estrutura do sistema internacional, sendo que uma das principais correntes teóricas dentro dessa linha foi elaborada por Kenneth Waltz, chamada de realismo estrutural.<sup>1</sup> Ao estudar o sistema internacional durante a Guerra Fria, Waltz elaborou uma análise de quais são os principais fatores que orquestram o equilíbrio do sistema.

Waltz desenvolveu os conceitos de imagens ou níveis no sistema internacional, uma categorização analítica que visa compreender como se dão os desenvolvimentos no sistema internacional, dividindo sua estrutura em três níveis, o primeiro, a natureza humana, o segundo, o Estado e o terceiro, o sistema de Estados. Para Waltz, os estudos de Relações Internacionais devem centrar-se no terceiro nível, visto que, para buscar explicações dos comportamentos dos países no sistema internacional, deve-se ter como objeto o próprio

---

<sup>1</sup> Obra inaugural dessa linha teórica é “Theory of International Politics”, de Kenneth Waltz, em 1979.

sistema, esse que é considerado anárquico. Ao estudar os efeitos das guerras e a ausência de uma autoridade mundial que regre o comportamento dos Estados, Waltz define uma das premissas básicas do realismo que é que a anarquia é o princípio ordenador básico dos Estados, estruturando o sistema internacional que, ao mesmo tempo em que constrange os Estados – percebidos como atores unitários –, também os condiciona. Assim, a anarquia condiz com os comportamentos dos Estados em busca de segurança e sobrevivência (WALTZ, 2002; RODRIGUEZ, 2013).

Para o realismo estrutural, os Estados comportam-se no sistema internacional a fim de maximizar sua sobrevivência, sendo que alianças servem para combinar capacidades com esse propósito, ou seja, o balanceamento de poder se dá na percepção de uma ameaça. A Teoria do Equilíbrio de Poder de Waltz, então, apresenta-se como uma característica permanente no sistema internacional, ocorrendo de forma espontânea, através de comportamentos de balanceamento ou de *bandwagoning*, caracterizando a resposta à estrutura do sistema, conforme a percepção de ameaça que um Estado possui (WALTZ, 2002; RODRIGUEZ, 2013).<sup>2</sup>

Concordando com a importância primária do terceiro nível e com a percepção de que o sistema internacional é anárquico, os teóricos do chamado realismo neoclássico ofensivo contestam a corrente do realismo estrutural ao afirmar que o segundo nível é relevante para compreender o comportamento dos Estados no sistema internacional. O teórico proeminente dessa corrente é Randall Scheweller e ele afirma que o ambiente interno se comporta como uma variável interveniente, mesmo que não tenha o mesmo grau de importância que o nível estrutural do sistema, pois é fundamental para a compreensão das tomadas de decisão em política e em estratégia internacional. Scheweller propõe que existe um conjunto de variáveis dentro do Estado – como harmonia ou dissenso entre as elites, coesão ou fragmentação política, social e econômica, vulnerabilidade governamental ou de regime – que condiciona a racionalidade da tomada de decisão em âmbito internacional do Estado, esse que ainda é considerado o principal ator, mas não mais totalmente unitário – essas variáveis, então, possuem um poder de agência sobre os tomadores de decisão (SCHEWELLER, 1994; RODRIGUEZ, 2013).

---

<sup>2</sup> Em suma, o comportamento dos atores intermediários, dentro de uma ordem bipolar, multipolar ou unipolar, deve se dar ou por estratégias de oposição ou por estratégias de acomodação perante a ordem internacional vigente, considerando os constrangimentos estruturais e suas limitações. Um Estado pode associar-se ou fazer aliança com a potência hegemônica, ato que é considerado *bandwagoning*, ou então balancea-la – em âmbito regional ou internacional – ao associar-se com outra potência (WALTZ, 1987).

Uma grande divergência entre Schweller e Waltz é que o primeiro pressupõe a existência de Estados em desacordo com a distribuição de poder no sistema internacional e com o status quo, interessados, então, alterá-lo em prol de seus interesses.<sup>3</sup> A teoria elaborada por Schweller é nomeada de teoria do equilíbrio de interesses. Os interesses dos Estados são a busca por poder ou ganhos relativos que permitam melhorar suas capacidades ou seu prestígio internacional. Assim, esta busca por poder pode ser tanto por conquistas territoriais, quanto por maior prestígio internacional, na forma de maior poder institucional (SCHWELLER, 1998 *apud* RODRIGUEZ, 2013, p. 49). Dessa maneira, para o realismo neoclássico ofensivo, os Estados podem ter comportamentos de balanceamento ou *bandwagoning*, caracterizando a resposta à estrutura do sistema, conforme a percepção de seus interesses e como esses se inserem no status quo, ou seja, se possuem vontades mantedoras ou revisionistas da ordem vigente.

São relevantes para definir a política externa dos Estados em resposta aos constrangimentos do sistema internacional a percepção das ameaças ou de mudanças de poder, o consenso das elites, fragmentação social e a estabilidade do governo. Assim uma análise sobre as elites, sobre aspectos sociais e sobre a política nacional são de grande importância para definição da política externa. Isto está em acordo com as análises sobre política externa; no entanto, não abre mão de definir que esta é resposta aos constrangimentos internacionais. Em trabalhos recentes, Schweller (2004, 2006) afirma que a configuração atual do sistema internacional restringe a possibilidade de ação dos estados a práticas de imposição de custos ou ainda a adoção exclusiva de iniciativas de enriquecimento. Assim, os Estados hoje buscam desenvolvimento e não a rivalização [sic] direta com a potência unipolar (RODRIGUEZ, 2013, p. 52).

Assim, brevemente sumarizado o viés teórico escolhido para a elaboração deste trabalho, acreditamos que o mesmo terá uma maior originalidade acadêmica se organizado através do método de análise conjuntural. Tal método visa compreender o sujeito analisado em três jogos de tempo: (i) um tempo longo (estrutura), que considera os alicerces históricos, sociológicos e comportamentais em que se baseiam as origens do caso analisado, (ii) um tempo médio (situação), que busca compreender os principais vetores que definem o imediato momento anterior ao contexto atual do caso analisado, apresentando as continuidades e as discontinuidades impostas a conjuntura e (iii) tempo curto (conjuntura), que define um marco conjuntural analítico para traçar prognósticos para o caso analisado. Nesse trabalho específico escolheu-se a eleição do novo presidente o Irã, Rouhani, como o marco conjuntural.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> É por essa condição de que há Estados insatisfeitos com a manutenção do status quo e com interesse em alterá-lo que tal corrente teórica é inserida na heurística ofensiva (RODRIGUEZ, 2013).

<sup>4</sup> Esse método vem sendo utilizado pelos acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para estudos de caso dentro das Relações Internacionais, sendo, então, um método ainda em construção que abrange diversos conceitos teóricos.



Dessa maneira, o presente trabalho se divide em cinco partes: uma introdução, contextualizando a pesquisa, três capítulos de desenvolvimento e uma conclusão. O segundo capítulo – primeiro do desenvolvimento – é, então, chamado de “Estrutura”, pois visa definir as bases que determinam o relacionamento entre Estados Unidos da América e República Islâmica do Irã. Esse primeiro capítulo é subdividido em duas partes, sendo a primeira intitulada “dos anos 1950 aos 1990: a construção da hostilidade”, e a segunda, “os anos 1990 a 2005: a estabilização do regime revolucionário iraniano”.

O terceiro capítulo, a “Situação”, foca no espaço temporal de médio prazo, ou seja, de 2005 a 2012, atentando às alterações no comportamento internacional dos governos Barack Obama e Rouhani. Esse capítulo é subdividido em duas partes, sendo a primeira “a situação para os Estados Unidos”, também subdividido em “a ausência de grande estratégia para o Golfo Pérsico” – que trata das estratégias direcionadas ao Golfo Pérsico dos governos imediatamente posteriores ao fim da Guerra Fria – e “o governo Obama”. Já a segunda parte é intitulada de “a situação para o Irã: o mandato da nova direita como catalisador do isolamento internacional”, que trata dos acontecimentos durante o governo de Mahmoud Ahmadinejad. Já o quarto capítulo é chamado de “Conjuntura” e visa tratar dos acontecimentos atuais nos três níveis de análise e as consequentes percepções iranianas e norte-americanas. Assim, o capítulo é subdividido em “nível doméstico: eleição de Rouhani”, “nível regional: a Primavera Árabe e a recente onda de instabilidade na região” e “nível internacional: o acordo nuclear entre P5+1 e o Irã em 2013”. Por fim, apresentaremos nossas conclusões, retomando o problema de pesquisa, a hipótese e os principais pontos apresentados no desenvolvimento.

## **2. ESTRUTURA**

No exercício de uma análise conjuntural, a estrutura é definida por uma revisão das bases que definem o caso investigado no ciclo longo de tempo. As relações contemporâneas entre Estados Unidos e a República Islâmica do Irã devem ser compreendidas através dos acontecimentos que as moldaram nos mais de cinquenta anos em que ambos países interagem entre si. Desde o período no qual o Irã era parceiro estratégico dos Estados Unidos na região, durante o regime monárquico do Xá Reza Pahlevi, até o surgimento de uma nova ala conservadora, de retórica antiamericanista, associada à figura do presidente Mahmoud Ahmadinejad, é essencial entender a complexidade dos eventos que levaram à construção do perfil de hostilidade e de desconfiança mútua que vêm regendo tais relações.

Dividimos neste trabalho a análise das relações entre Estados Unidos e Irã em duas partes: (i) dos anos 1950 a 1989, período no qual se solidificam as bases do regime atual iraniano e (ii) dos anos 1989 até a eleição de Ahmadinejad, data que cobre as presidências de Ali Akbar Rafsanjani (1989-1997) e Mohammad Khatami (1997-2005), sob a tutela do segundo Líder Supremo Ali Khamenei. O objetivo deste capítulo é apresentar os acontecimentos que desenvolveram as percepções iraniana e estadunidense de ameaça mútua.

### **2.1 Dos Anos 1950 aos 1990: a construção da hostilidade**

O Irã é marcado por um histórico de exploração estrangeira, tendo sido palco da ganância de diversas potências por recursos energéticos. Muito antes da formação de seu Estado Nacional moderno – estabelecido pelo militar Reza Khan Pahlevi, nos anos 1920 – quando reinava a dinastia Qajar, países extraterritoriais como Rússia e Inglaterra invadiram o território persa, desestabilizando ordem interna. Na Segunda Guerra Mundial, o interesse de Reza Khan para com o regime nazista alemão causou desconfiança nos Aliados e serviu de argumento para a invasão dos russos e ingleses, que forçaram Reza Khan a abdicar o poder em prol de seu filho, Muhammad Reza Pahlevi, em 1941. A tomada de Teerã pelos Aliados teve como principal objetivo o controle direto do petróleo do país e das principais rotas de transportes, tendo como consequência a divisão do Irã em duas zonas de influência, sendo o norte da Rússia e o sul (onde se encontravam os principais poços de hidrocarbonetos), da Inglaterra (ABRAHAMIAN, 2008, p. 97-98).

Os Aliados lograram manter a integridade territorial e administrativa iraniana, recebendo total cooperação por parte do Xá Reza Pahlevi que contribuiu com tropas e garantiu o acesso ao petróleo. Ademais, após o fim da Guerra, o Xá estabeleceu boas relações com os países do Golfo Pérsico – com exceção do Iraque –, garantindo, então, os interesses do

Ocidente dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Nos anos 1970, o Irã mediou o abrandamento das relações entre EUA e Egito, ajudou na contenção da influência soviética no Iêmen do Norte e na Somália e conduziu ação militar contra revoltas de cunho comunista dentro do Paquistão (YETIV, 2008).

O poder monárquico de Reza Pahlevi não era inicialmente totalmente autoritário, sendo compartilhado com o Primeiro Ministro. Nos anos 1950, fortificou-se um movimento nacionalista, sendo o principal líder o Primeiro Ministro Muhammad Mossadeq, que, fazendo campanha contra a política do Xá e a presença britânica, mobilizava um grande segmento popular. Mossadeq afirmava que as excessivas concessões do governo iraniano às potências estrangeiras, principalmente no que tange às reservas energéticas do país, estariam assolando a soberania nacional. Assegurando que o Irã deveria ter o controle de todas as fases da exploração do petróleo, Mossadeq nacionalizou a indústria petroleira iraniana, fundando a Companhia Nacional de Petróleo Iraniana (NIOC) e iniciando o processo de transferência do controle da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana (AIOC) dos britânicos para o governo iraniano (ABRAHAMIAN, 2008, p. 100-110).

A AIOC controlava a terceira maior reserva e a maior refinaria de petróleo do mundo, disponibilizando à Londres e seus acionistas enormes lucros anuais. Desta maneira, não dispostos a aceitar os projetos de Mossadeq, a Inglaterra pediu apoio aos Estados Unidos para, com o aval do Xá, orquestrar o golpe que destituiria o Primeiro Ministro do poder. É essencial reconhecer que, no contexto da Guerra Fria, as políticas nacionalistas de Mossadeq eram percebidas como uma ameaça aos EUA, que passam a acusar o Primeiro Ministro de comunista (COGGIOLA, 2007).

Conhecido como Operação Ajax, o golpe de 1953 derrubou o cargo do Primeiro Ministro e disponibilizou amplos poderes ao Xá em nível autoritário. A operação foi planejada pelos serviços de inteligência britânico e norte-americano, MI6 e CIA respectivamente, ainda em 1952. Washington enviou à Teerã Kermit Roosevelt para pessoalmente garantir o apoio financeiro e a proteção à monarquia, além de um acordo comercial no setor petrolífero. Enquanto os 32 tanques estadunidenses entravam no centro da capital e travavam em um rápido conflito com os defensores de Mossadeq, as potências ocidentais parabenizavam o governo iraniano pela retomada da ordem (ABRAHAMIAN, 2008, p. 120-122).

O golpe de 1953 deixou um legado que viria a condicionar a maneira pela qual o povo iraniano concebia o governo do Xá e seu vínculo com as potências estrangeiras. A percepção nas ruas de Teerã era de que os Estados Unidos e a Inglaterra patrocinaram um golpe para a

derrubada de um líder democraticamente eleito a fim de garantir seu acesso aos lucrativos poços de petróleo iraniano, demonstrando, assim, os seus reais interesses imperialistas (COOK, ROSHANDEL, 2009, p. 16). Ademais, o golpe serviu para enfraquecer qualquer movimento de oposição interna ao Xá, que ele iniciou um governo cada vez menos representativo do povo iraniano e mais inseparável dos interesses do Ocidente (ABRAHAMIAN, 2008; COGGIOLA, 2007).

Torna-se prioritário reconhecer a associação entre o golpe de 1953 e o sentimento antiamericanista que foi enaltecido na Revolução Islâmica de 1979. De acordo com Cook e Roshandel (2009), o envolvimento dos Estados Unidos no golpe é, para os iranianos até os dias de hoje, uma constante lembrança de que Washington está mais interessado em proteger seus próprios interesses no Oriente Médio do que promover princípios de democracia ou de justiça. Durante os anos 1960 e 1970, Pahlevi manteve-se forte aliado dos EUA, defendeu os interesses norte-americanos no Oriente Médio e tomou para si muitos dos costumes culturais do Ocidente. Em troca, o Xá fortaleceu seu aparato militar, iniciou o projeto nuclear e beneficiou-se pessoalmente dos lucros advindos do petróleo, enquanto a população iraniana reclamava do pouco retorno em investimentos sociais. Segundo Coggiola (2007), o golpe logrou mudar o regime no Irã, que passou de uma monarquia constitucional a uma ditadura monárquica, instaurando um regime brutal e repressor. Tais condições levaram a contradições insolúveis entre o sistema político e a sociedade iraniana que atingiram seu ápice na Revolução de 1979.

A Revolução Islâmica de 1979 foi sendo gestada ao longo dos anos 1970, com crescente insatisfação em praticamente todos os setores sociais iranianos. No início de seu governo, Pahlevi já sofria a oposição das classes trabalhadoras urbanas, mas sua incapacidade de melhorar as condições de vida no meio rural, de controlar o êxodo rural e o desemprego urbano, de limitar a abertura econômica às potências estrangeiras e a intensa penetração da cultura ocidental, fizeram com que, já em 1977, Pahlevi fosse rejeitado por quase todos os segmentos da sociedade (ABRAHAMIAN, 2008, p. 158). Nestas condições, fortaleceu-se a imagem do Aiatolá Sayyid Ruhollah Khomeini, popular crítico à monarquia que estava em exílio e clamava por uma real revolução religiosa a fim de derrubar o governo.<sup>5</sup> Os religiosos xiitas souberam organizar uma aliança revolucionária, liderando greves generalizadas e manifestações que paralisaram o país, forçando a família Pahlevi a fugir do Irã e que o povo

---

<sup>5</sup> O exílio de Khomeini teve mais de 14 anos de duração, de 1964 a 1979, sendo que nesse período ele morou no Iraque, na Turquia e depois da França.

clamasse a volta de Khomeini do exílio, sendo recebido por uma multidão fervorosa em fevereiro de 1979.<sup>6</sup>

O governo monarquista derrubado pelos Aiatolás era conhecido por ser pró-ocidental, parceiro estratégico dos Estados Unidos e não representativo do povo iraniano, que é, em sua pesada maioria, xiita.<sup>7</sup> Ademais, as condições precárias de abastecimento em que viviam a maioria da população iraniana contrastavam com o luxuoso estilo de vida ocidental da família real e com os exorbitantes gastos do Xá. Consequentemente, os revolucionários condenaram o Ocidente como algo que não os representava e os Estados Unidos como o “grande Satã”: a revolução xiita islâmica iraniana se colocava então como uma forte combatente da ocidentalização e da presença norte-americana não só no país, mas em todo o Oriente Médio (CHUBIN, 2012).<sup>8</sup>

A percepção de Khomeini de que a religião e os valores tradicionais xiitas deveriam ter um papel central na vida política e social do Irã foi amplamente aceita pela sociedade iraniana. Ademais, outros dois princípios eram essenciais para o Aiatolá: o não alinhamento às superpotências (“nem leste, nem oeste”) e a exportação da revolução islâmica. Para Khomeini, o Irã seria o epicentro de uma nova ordem, na qual outros países muçulmanos também derrubariam governos que não fossem representativos. Dentre os objetivos da revolução, estava expor a maneira imperialista com que o Ocidente explorava o Oriente Médio e provocava desunião entre as comunidades muçulmanas, financiando autocracias que reprimiam o povo e que alienavam os jovens com ideologias de consumo e de capital (TAKEYH, 2009, P. 17-19).

Tal repudia ao Ocidente era majoritariamente direcionada aos Estados Unidos. De acordo com Takeyh (2009, p. 20), o antiamericanismo se justificava nas próprias experiências de Khomeini (e, por consequência, grande parte da população iraniana): o Aiatolá testemunhou a ocupação do Irã pelas forças aliadas, o golpe financiado pela CIA que derrubou o Primeiro Ministro e seu exílio do país por um governo autoritário aliado à Washington. Dessa maneira, as relações entre Estados Unidos e Irã eram vistas por Khomeini como uma “batalha entre o bem e o mal”, ideia que gerou a maneira pejorativa que informalmente os iranianos passaram a se referir ao país norte-americano, “Grande Satã”.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Vale citar aqui que os religiosos islâmicos não eram o único grupo revolucionário e com interesse de derrubar o regime do Xá iraniano, sendo que haviam outros grupos também com força política. Para ver mais, sugere-se a leitura de Abrahamson (2008) e Takeyd (2009) presentes na bibliografia deste trabalho.

<sup>7</sup> A população xiita iraniana é em torno de 93%.

<sup>8</sup> A expressão “Grande Satã” foi muito utilizada por Khomeini durante os primórdios da revolução para indicar tudo aquilo que vinha da considerada nefasta influência norte-americana (TAKEIH, 2009)

<sup>9</sup> Tradução nossa.

Já por parte dos Estados Unidos, houve uma compreensão imprecisa dos acontecimentos que precipitaram a Revolução Islâmica, principalmente devido ao fato de que Washington havia retirado muito de seus aparatos de inteligência e espionagem de dentro do país em respeito ao Xá. Ironicamente, em 1977, menos de dois anos antes da revolução, o presidente norte-americano Carter visitou o Irã e afirmou que o país era uma “ilha de estabilidade em uma das áreas mais conturbadas do mundo”.<sup>10</sup> Tanto Pahlevi, quando a administração Carter falharam em reconhecer a essencialidade da cultura religiosa ao povo iraniano e como a mesma deveria ter primazia na política do país aos olhos de seus cidadãos (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 19).

Entretanto, na percepção dos Estados Unidos, não foi a Revolução Islâmica *per se* que desestabilizou as relações de amizade entre os dois países, e sim os incidentes que ocorreram na sequência (COOK; ROSHANDEL, 2009; COGGIOLA, 2007). No contexto da Guerra Fria, a quebra de relações com um recém-instituído regime revolucionário poderia dar espaço para uma influência soviética, algo que não beneficiava com os interesses dos EUA na região. Dessa maneira, de fevereiro a novembro de 1979, Washington tolerou o governo dos Aiatolás, buscando vias de se aproximar com os políticos mais moderados e esperando que os mesmos alcançassem o poder (YETIV, 2008).

De qualquer maneira, já em maio de 1979, o senado norte-americano aprovou uma resolução que condenava as execuções e os atentados aos direitos humanos que aconteciam na revolução, o que foi considerado pelo governo dos Aiatolás uma intervenção nos assuntos domésticos do Irã e uma tentativa dos EUA de derrubar o regime (TAKEYH, 2009, p.37). Contudo, o principal baque nas relações entre os dois países se deu em 4 de novembro de 1979, quando estudantes iranianos tomaram a embaixada dos Estados Unidos em Teerã, prendendo como reféns cinquenta e dois norte-americanos por 444 dias. Os estudantes demandavam o retorno imediato do Xá, que havia sido acolhido nos EUA para tratar de um câncer, a fim de que fosse julgado em solo e por corte iraniana.

Os acontecimentos da crise dos reféns foram intensamente televisionados nos canais norte-americanos. Grande parte da opinião pública desse país ficou convencida de que o Irã era um ator irracional e imbuído de grande ódio dos Estados Unidos. Em 1981, Washington rompeu os laços diplomáticos com o Irã, não os tendo reatado até o momento em que nosso trabalho é escrito. Para o presidente democrata Jimmy Carter tal crise afetou fortemente seu governo, que era criticado por não conseguir resolver a questão de prontidão, não

---

<sup>10</sup> Tradução nossa.

respondendo os clamores populares por medidas de confrontação direta. Carter optou por cautela, procurando meios diplomáticos para chegar a um acordo e impondo sanções econômicas ao Irã, além de congelar os bens do país nos EUA (TAKEYH, 2009).

Não é sabido ao certo o grau de participação e envolvimento do Aiatolá Khomeini na invasão da embaixada, contudo, o líder soube tomar proveito dos acontecimentos. Conforme será visto neste trabalho, a política doméstica do Irã é bastante fragmentada, coexistindo interesses muitas vezes contraditórios. O Aiatolá mostrou-se simpático à tomada da embaixada, visto que ele percebia a situação como uma resistência antiimperialistas que unia os interesses de todos os grupos políticos iranianos (COOK; ROSHANDEL, 2009). Enquanto a administração Carter se encontrava cada vez mais prejudicada pela crise dos reféns, o governo de Khomeini tirava o máximo de vantagens ao inflamar as forças domésticas contra o inimigo em comum, ajudando a consolidar a revolução (TAKEYH, 2009).

A crise só encontrou resolução em 1981, na administração do republicano Ronald Regan, quando foram assinados os Acordos de Argel, no qual os EUA prometiam não mais interferir nas relações internas do Irã e devolver ao país os mais de U\$ 10 bilhões que haviam sido congelados durante os acontecimentos. De acordo com Cook e Roshandel (2009, p. 24), “nem iranianos, nem norte-americanos serão capazes de totalmente esquecer os efeitos psicológicos e emocionais do golpe de 1953 e da Crise dos reféns; os dois eventos vão continuar, por muito tempo, a moldar a interpretação que um país faz do outro”.<sup>11</sup>

Saddam Hussein, o governante do Iraque, determinado a consolidar seu país como potência regional, expandir suas fronteiras e seu poder territorial, e preocupado com as intenções iranianas de expandir a revolução a outros países muçulmanos, decidiu invadir o território iraniano e, assim, iniciou-se a primeira Guerra do Golfo. Seguro de que o Irã se encontrava enfraquecido devido à revolução e às crises com os EUA, Saddam Hussein decide tomar para si o estreito de Shatt al-Arab, acreditando que seria uma vitória relativamente fácil. Entretanto, a Guerra Irã-Iraque é uma das mais longas da história depois do fim da Segunda Guerra Mundial, se estendendo de 1980 a 1988, atingindo um número alto de mortos, havendo uso de armas químicas e desolando os dois países (TAKEIH, 2009).

Mesmo sendo exército iraquiano tradicionalmente mais forte que o iraniano, Teerã avançava no conflito, tomando territórios iraquianos e mostrando-se um rival a altura (TAKEIH, 2009). Vale lembrar que o princípio iraniano de exportar a Revolução Islâmica para outros países muçulmanos e o regime islâmico republicano instaurado no país

---

<sup>11</sup> Tradução nossa.

apresentavam-se como uma forte e temerosa alternativa aos regimes petromonárquicos, o que poderia vir a desestabilizar ainda mais a região na percepção desses governos e seus aliados. Desta maneira, Washington, que no início se mostrava neutro no conflito, passa a, gradualmente, aproximar-se de Saddam. Os EUA removeram o Iraque da sua lista de países que apoiam o terrorismo, passaram a prover ajuda militar-estratégica e, por fim, reestabeleceram laços diplomáticos em 1984, oficializando seu apoio ao país iraquiano na guerra (YETIV, 2008).

Em 1986, o cenário da guerra já em muito havia se invertido a favor do Irã, que passou a ocupar território iraquiano. Neste contexto, ocorre um acontecimento icônico, o escândalo do Irã-Contras. Sendo oficialmente um apoiador do Iraque na guerra, o EUA passou a orquestrar uma complexa e secreta rede a fim de também fornecer armas à Teerã. O objetivo de tal operação era conseguir a ajuda iraniana na libertação de reféns norte-americanos no Líbano, visto que os iranianos tinham forte aliança com o grupo libanês Hezbollah. Nesse plano, os EUA exportariam ao Irã material bélico através de Israel, sendo os lucros enviados aos Contras na Nicarágua (rebeldes que se opunham a revolução que lá acontecia). Por parte do Irã, esse facilitaria o retorno seguro de reféns norte-americanos do Líbano (ABRAHAMIAN, 2008).

Alguns autores afirmam que tal cooperação não oficial com o Irã tinha o intuito também de uma maior aproximação com alguns grupos políticos moderados iranianos os quais os EUA percebiam que poderiam vir a derrubar o regime dos Aiatolás (TAKEIH, 2009; COOK; ROSHANDEL, 2009). Entretanto, assim como a crise dos reféns, a exposição do escândalo do Irã-Contras funcionou como um baque certo à política doméstica dos EUA, provocando uma série de investigações e processos judiciais e impactando nas carreiras de políticos envolvidos.

Ademais, os EUA foram duramente criticados por seus aliados árabes, já que esses consideravam incoerente a atitude de enviar armas a um país que inicialmente já sofria um embargo norte-americano sobre os mesmos produtos. Ao povo iraniano, o escândalo serviu novamente para mostrar que, a fim de defender seus interesses – no caso, o enfraquecimento dos dois países belicosos e a alteração de regime iraniano – os EUA estariam dispostos a passar por cima de seus princípios morais de democracia, igualdade e liberdade (TAKEYH, 2009; COOK; ROSHANDEL, 2009).

Durante as administrações Carter (1977-1981) e Reagan (1981-1989), houve um aumento exponencial da presença norte-americana no Oriente Médio. A expansão do fundamentalismo islâmico, a presença militar soviética, a fortificação de forças



antiamericanistas, a ascensão do Iraque e do Irã como potências regionais: todos esses cenários passaram a ser percebidos como possíveis ameaças aos EUA que deveriam ser coibidas (YETIV, 2008). Assim, em janeiro de 1980, foi proclamada a Doutrina Carter, a qual o presidente afirmava que, se necessário, empregaria o uso da força para defender os interesses nacionais dos EUA no Golfo Pérsico. Era uma assertiva de que os EUA não estavam dispostos dividir sua hegemonia na região (ÇALIŞKAN, 2011). O governo Reagan manteve tal doutrina como diretriz de sua política para o Golfo Pérsico.

A guerra Irã-Iraque prolongou-se até 1988, quando um armistício, e não um tratado de paz, foi assinado. Conforme supracitado, no início do confronto, quando não havia uma real ameaça ao fluxo de petróleo do Iraque e do Kuwait para o Ocidente, o envolvimento dos EUA foi neutro, somente balanceando as forças militares da região através de venda de armas (ÇALIŞKAN, 2011). Todavia, no momento em que ataques iranianos a poços de petróleo no Kuwait começaram a ameaçar o escoamento de petróleo, os EUA passam a se envolver mais diretamente no conflito. Os EUA demandaram do Conselho de Segurança da ONU uma resolução que condenasse as atitudes do Irã a fim de coibi-lo.<sup>12</sup> Também o país multiplicou seu contingente naval no Golfo Pérsico a fim de garantir seus interesses.

Neste contexto, as confrontações entre Irã e Estados Unidos passaram a ser diretas. Em julho de 1988 um avião comercial da *Iran Air* apareceu nos radares dos modernos cruzadores norte-americanos *Vincennes* que, reconhecendo-o como um alvo, disparou dois mísseis em sua direção, matando todos os 290 passageiros presentes. Tal tragédia é mais um evento crucial para a compreensão dos fatores que construíram a desconfiança entre Estados Unidos e Irã (TAKEYH, 2009). Na percepção iraniana, os Estados Unidos não só estavam ignorando o uso iraquiano de armas químicas contra o Irã, mas também estavam atacando alvos civis a fim de desestabilizar o país (COOK; ROSHANDEL, 2009).

De acordo com Takeyh (2009), o incidente catalisou a tomada de decisão dos Aiatolás de abandonar a guerra. O desgaste das forças armadas e da população iraniana já não podiam mais ser ignorados. Ademais, Khomeini havia conseguido, com o conflito, eliminar fisicamente o que ainda restava de resistência interna ao regime.<sup>13</sup> Quando a guerra começou, muitos acreditavam que o Irã era o lado mais fraco, visto que havia recém instaurado um novo regime, suas forças militares eram visivelmente menores que de Saddam e o apoio

---

<sup>12</sup> Em primeiro de junho de 1984 o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a resolução número 552 onde condena os ataques iranianos aos navios do Kuwait (considerados neutros) e aos portos sauditas.

<sup>13</sup> Para compreender melhor sobre o enfrentamento interno entre grupos revolucionários iranianos e de que maneira Khomeini logrou derrota-los – entre eles, o grupo de esquerda Tudeh – indica-se a leitura de Abrahamian (2008) contida na bibliografia deste trabalho.

internacional estava ao lado do Iraque. O armistício da ONU que terminou o confronto, em agosto de 1988, restaurou as fronteiras iranianas sem nenhuma perda territorial. Assim, tanto doméstica, quando regionalmente, a guerra serviu para consolidar o poder dos Aiatolás.

Vale lembrar que a intensa presença norte-americana na região e o fato de que quase todos os países árabes (com exceção de Síria e Líbia) apoiaram Saddam Hussein na guerra, criaram um senso de isolamento ao Irã, não só no escopo regional, mas na comunidade internacional como um todo, visto o comportamento da ONU (COOK; ROSHANDEL, 2009). Dessa maneira, a guerra, a relativa baixa modernidade das forças armadas do país e o crescente isolamento no sistema internacional fortificaram o antigo desejo do iraniano de ser autossuficiente militarmente, o que seria associado diretamente ao projeto nuclear, que será o principal atrito internacional iraniano nas seguintes décadas.

## **2.2. Dos Anos 1990 a 2005: a estabilização do regime revolucionário iraniano**

O líder Khomeini faleceu em junho de 1989, sendo que, em seu leito de morte, o Aiatolá apontou vinte e cinco homens para compor um Conselho da Reforma Constitucional, que teve a função de fazer a transferência de poder. Tal Conselho nomeou o Aiatolá Seyyed Ali Hossayni Khamenei o novo Líder Supremo, fez algumas reformas à constituição do país – dentre elas, eliminou o cargo de Primeiro Ministro – e organizou uma eleição presidencial, na qual o influente político – e figura próxima de Khamenei – Ali Akbar Rafanjani foi eleito presidente. O ano de 1989 é considerado pivotal para a história iraniana, visto que ocorreu não só a alteração de seus principais líderes, mas também acabou a longa e custosa guerra contra o Iraque, solidificando o poder das forças revolucionárias (ABRAHAMIAN, 2008).

Khomeini foi um líder forte, carismático e autoritário que possuía as capacidades de concentrar, em sua imagem, as prerrogativas da revolução, mantendo a elite política sobre seus auspícios. Com sua morte, ficou visível a fragmentação política que definia a estrutura política doméstica do país (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Já o fim do conflito com o Iraque, a solidificação do regime e, conjuntamente, o término da Guerra Fria indicavam a iminente necessidade de reformulação da inserção internacional do país, o que marcou todos os mandatos a partir de 1989.

O complexo sistema político iraniano é composto por setores submetidos à eleição e outros definidos por indicação do Líder Supremo (*Velayat-e Faghih*), que está no centro de tal sistema, possuindo o maior número de deveres e autoridade ilimitada. O Líder Supremo tem o poder sobre as Guardas Revolucionárias Iranianas (IRGC), o setor militar, os serviços de inteligência e segurança, o judiciário e outras diversas agências do governo. Desta maneira,

não há, para o presidente, uma área na qual sua atuação seja autônoma do posicionamento do Líder. De fato, o escopo de atuação do presidente terá maior ou menor abrangência conforme a aprovação do Líder. É essencial, para compreender o Irã, reconhecer que o papel do presidente varia conforme não só sua base de apoio e sua personalidade, mas também de acordo com confiança que recebe do *Velayat-e Faghih* (ABRAHAMIAN, 2008; TAKEIH, 2009).

Khamenei construiu sua autoridade ao longo das duas décadas que está no poder, constantemente administrando o jogo de interesses políticos e projetando uma imagem de moderação e modéstia (LEVERETT; LEVERETT, 2012, p. 383). De fato, com um perfil relativamente menos eloquente em relação a Khomeini, Khamenei tem dado mais espaço para a atuação dos presidentes, desde que suas políticas não venham a contradizer os preceitos da República Islâmica. Ademais, no cenário internacional, a figura do presidente é muito mais visível do que a do Líder Supremo e, logo, mais exposta às críticas externas – e internas. Para analisarmos a dinâmica entre os governos dos presidentes eleitos (Hashemi Rafsanjani, Mohammad Khatami, Mahmoud Ahmadinejad e Hassan Rouhani) e os EUA, é crucial compreender a fragmentação política doméstica supracitada, visto que os quatro presidentes não representam os mesmos grupos políticos.

A elite política da República Islâmica, no início da década de 1990, se viu dividida em três facções – a pragmática, a conservadora e a radical – sendo todas essas leais aos princípios da revolução e aos preceitos do regime teocrático. O grupo dos pragmáticos era representado por Rafsanjani, que afirmava ser necessária uma readaptação do país a fim de que o regime sobrevivesse. Os pragmáticos defendiam uma intensa reforma econômica, criando empregos e alterando a imagem internacional do país, com o objetivo de torná-lo mais atraente aos investimentos externos. Durante seus dois mandatos, Rafsanjani cercou-se de tecnocratas e economistas a fim de buscar tais objetivos (ABRAHAMIAN, 2008; TAKEIH, 2009).

Os considerados conservadores – vinculavam-se à imagem de Khamenei – tinham como principal preocupação a ameaça cultural advinda do exterior, focando-se na manutenção da ideologia revolucionária e na conservação dos valores religiosos. Também conhecidos como a direita, demonstravam-se bastante receosos com alguma alteração no status quo do país. O antiamericanismo e o medo de uma excessiva penetração de costumes e hábitos estrangeiros levavam os conservadores a suspeitar de qualquer aproximação com o Ocidente (ABRAHAMIAN, 2008; TAKEIH, 2009).

Já os conhecidos por radicais condenavam uma aproximação com os EUA não por temer as alterações culturais que podiam se suceder, mas por considerar tal país um Estado

imperialista que subjulgava todo o mundo islâmico. Os radicais, que não possuíam uma figura líder como as outras duas facções, advogavam por justiça social, redistribuição de renda e nacionalização de indústrias estratégicas. Assim, sua pauta centralizava-se em antiamericanismo, antiimperialismo, solidariedade entre o Terceiro Mundo e entre islâmicos. Este grupo era, no início dos anos 1990, extremamente impopular, e, assim, na segunda metade da mesma década, eles iriam, em sua maioria, abandonar o antiamericanismo e reemergir como os reformistas, defendendo a liberdade e o exercício do direito (ABRAHAMIAN, 2008; TAKEIH, 2009).

O governo de Rafsanjani (1989-1997) foi marcado pelas tentativas de construir um Estado moderno que permanecesse fiel aos pilares centrais da ideologia de Khomeini (TAKEIH, 2009, p. 127). A necessidade de reformas econômicas deveria, para o presidente, orientar um melhoramento das relações exteriores do país, principalmente com o Ocidente, devido à necessidade de modernizar a economia do país. No caso específico dos EUA, Rafsanjani acreditava que seria produtivo ao regime uma cooperação com Washington desde que em condições apropriadas, ou seja, desde que os EUA abordassem Teerã em pé de igualdade (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Todavia, para os conservadores, era extremamente arriscado aceitar qualquer aproximação com os EUA e, assim, já se refletia na política externa os divergentes interesses dos fragmentados grupos políticos. Segundo Takeih (2009), o que se estabeleceu, com Rafsanjani, foi uma política externa de pragmatismo restringido.<sup>14</sup>

Não obstante, seu governo buscou melhor integrar-se ao sistema internacional, abrandar relações com os países europeus, intensificar afinidades com China e Rússia, além de se aproximar dos seus vizinhos, interessado em uma maior estabilidade na região. Nesse contexto, o Irã foi um dos primeiros países a condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque, defendendo a resolução da ONU que clamava por retirada imediata das tropas iraquianas. Em 1991, Teerã autorizou o uso norte-americano de seu espaço aéreo para a assistência de soldados no Iraque, o que foi duramente criticado pelos radicais, que clamavam um apoio do governo iraniano ao Iraque (GANJI, 2005). Tais exemplos indicavam certos avanços no pragmatismo de Rafsanjani em sua política externa.

---

<sup>14</sup> O termo restringido aqui ilustra a dificuldade imposta aos tomadores de decisão iranianos devido a fragmentação política doméstica. São vários os momentos, na história política iraniana, que tal segmentação da elite política se mostraria como real obstáculo à efetivação de políticas proposta pelo presidente em poder. Alguns autores, como Leverett e Leverett (2012) e Takeih (2009) afirmam que, muitas vezes, grupos políticos condenavam atitudes de outro grupo não necessariamente porque discordavam em termo de conteúdos, mas sim com o único objetivo de minar o sucesso de seu opositor. Tal fragmentação, então, torna-se um real impasse às políticas que viessem a modificar o *status quo* do Irã e por isso, pragmatismo restringido.

Entretanto, os esforços para mostrar o interesse do regime em um abrandamento nas relações não foram reconhecidos pelo governo norte-americano. Após libertar o Kuwait, os EUA, sob o comando do presidente George H. W. Bush, iniciariam uma massiva militarização da região, não só através de suas próprias forças armadas, mas também pelas vendas massivas de material bélico aos emirados do Golfo (TAKEIH, 2009). Nesse período, proliferaram-se novas bases norte-americanas no Golfo Pérsico (YETIV, 2008). Ao contrário do que esperava Rafsanjani, o Irã se viu, após o conflito de 1990, comprimido por forças norte-americanas, colaborando para o aumento do sentimento de isolamento internacional (TAKEIH, 2009).

Em outubro de 1991, os EUA organizam a Conferência de Madrid, buscando um acordo de paz para o conflito árabe-israelense. Para a surpresa de Rafsanjani, tanto o Irã, quanto o Egito e a Síria não foram convidados para a conferência, a qual George H. W. Bush afirmou ser o encontro que definiria a nova ordem mundial no Oriente Médio (LEVERETT; LEVERETT, 2012). A exclusão de tal conferência serviu para inflamar as suspeitas de que o objetivo dos EUA era isolar o Irã internacionalmente e para que a elite política conservadora iraniana adotasse a percepção de que qualquer cooperação futura com os EUA deveria partir de uma iniciativa norte-americana (TAKEIH, 2009).

A primeira eleição presidencial nos EUA após a Guerra Fria, em 1993, elegeu o democrata Bill Clinton, que clamava por uma reorientação dos esforços nacionais para as questões domésticas e geoeconômicas. Em um primeiro momento, ainda em 1993, Rafsanjani mostrou-se entusiasmado com a ideia de um presidente democrata no poder e publicamente anunciou que “melhores relações com os EUA não estariam de modo algum em contradição com os objetivos iranianos” (*apud* TAKEIH, 2009, p. 171).<sup>15</sup> Todavia, pelo contrário, a política externa de Clinton teve como orientação a expansão de laços somente com Estados de similar ideologia democrática liberal, isolando, contendo e até condenando ao ostracismo os regimes que não aderissem a tal comunidade de países (WRIGHT, 2007).

Nesse contexto, a administração Clinton anuncia sua política de “contenção dupla” destinada a isolar simultaneamente o Iraque e o Irã, percebidos como os principais perturbadores de uma ordem favorável aos EUA no Golfo Pérsico.<sup>16</sup> Para o governo norte-americano, Teerã era um dos principais dificultadores dos processos de paz árabe-israelense,

---

<sup>15</sup> Tradução nossa.

<sup>16</sup> De acordo com Leverett e Leverett (2012, p. 659), a partir dos anos 1990, o lobby israelense em Washington passa a ter gradualmente mais força sob o Congresso e o aparelho executivo norte-americano, negociando uma política anti-iraniana mais rígida que lhes eram de preferência. Assim, a administração Clinton defendia sua política de contenção ao Irã argumentando que Israel precisava do Irã controlado a fim de buscar uma possível paz com os palestinos.

pois financiava grupos proxies terroristas como o Hezbollah e se opunha diretamente à presença militar dos EUA no Golfo Pérsico (YETIV, 2008).<sup>17</sup>

A estratégia utilizada por Clinton foi isolar o Irã através de pressões econômicas. Washington proibiu empresas norte-americanas de exercer qualquer troca comercial com o Irã. Já em 1996, o presidente assina a lei Ato de Sanções Irã-Líbia (ILSA), que impunha sanções econômicas a qualquer empresa internacional que negociasse com o setor petrolífero do Irã ou da Líbia.<sup>18</sup> O objetivo principal dos EUA era forçar seus aliados, principalmente o Japão e os países europeus, a parar de importar petróleo do Irã, visto que esse deveria ser penalizado por suas ligações com grupos considerados terroristas (TAKEIH, 2009, p. 176). O atentado às Torres Khobar, onde havia bases das forças militares norte-americanas, na Arábia Saudita em 1996, foi associado, pelo FBI, ao governo iraniano e ao grupo libanês Hezbollah, o que definitivamente afastou o governo Clinton de algum abrandamento das relações com Teerã.

Nas eleições presidenciais iranianas de 1997 surge o grupo político reformista, na imagem do candidato Muhammad Khatami. Em essência, o grupo se originou de uma alteração de ideais do grupo anteriormente considerado radical. Abandonando seu antiamericanismo e priorizando questões mais universalistas, como direitos humanos e educação, o movimento reformista buscava reestruturar a República Islâmica e a maneira em que o Estado e a sociedade interagiam entre si, bem como melhor adaptar o país ao sistema internacional, através de compartilhamento de suas culturas e valores (TAKEIH, 2009, p. 185-187).

Sua política externa, então, foi orientada a fim de intensificar positivamente as relações internacionais do país. Khatami visitou a Itália, Rússia, Tóquio, França, Vaticano, Arábia Saudita, entre outros aliados dos EUA (ABRAHAMIAN, 2008). Em 1979, o Reino Unido reatou laços diplomáticos com o Irã e no mesmo ano a ONU retirou o país da sua lista de violadores dos direitos humanos. Seu grande desafio, todavia, era o abrandamento das relações com os EUA. Para isso, em um ato inédito, Khatami concedeu uma entrevista à rede

---

<sup>17</sup> Segundo Steward (2010), desde a formação do regime islâmico este visou exportar a revolução islâmica a outras partes do mundo muçulmano. Essa vontade se dá por princípios ideológicos (a ideia de que todos os outros islâmicos, independente de qual grupo sectário, deveriam se unir para combater governos não representativos de seus ideais e repressores) e também por razões práticas, de estratégia, como uma maneira de combater adversários regionais. O principal meio pelo qual o Irã busca tal expansão é através do apoio ideológico, logístico e financeiro a grupos proxies islâmicos. Grupos proxies são atores não estatais que se valem de métodos de guerra não convencionais (terrorismo, guerrilha, entre outros) em prol de seus ideais. Muitos dos grupos proxies que o Irã defende, como Hezbollah e Hamas, são considerados, pelos EUA, como grupos terroristas.

<sup>18</sup> Do original Iran-Libya Sanctions Act.

televisiva norte americana CNN, na qual o presidente afirmou que admirava o povo americano e incentivava uma contínua troca cultural entre Teerã e Washington (TAKEIH, 2009). Sobre uma possível cooperação, Khatami respondeu à repórter Christiane Amanpour que havia interesses, mas que “existe um grave desconfiância entre nós; se as negociações não forem baseadas em respeito mútuo, elas nunca levaram a resultados positivos”.<sup>19</sup>

Na opinião de Takeih (2009, p. 187-196), Khatami era um candidato com forte apelo popular, mas com fraca eficiência como líder político, incapaz de contornar as lutas internas entre as elites políticas e de desafiar a ordem dos Aiatolás conservadores. Esses se mostravam pouco favoráveis à política dos reformistas de aproximação com os EUA, assim como havia críticas internas ao processo de liberalização econômica e aos altos índices de corrupção. Já, por parte dos EUA, as administrações George H. W. Bush e Clinton tinham como objetivo prioritário no Oriente Médio os acordos de paz entre israelenses e árabes e não percebiam como crucial o abrandamento com o Irã (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Assim, os esforços de Khatami pareciam ser enfraquecidos não só por falta de convergência dos interesses políticos domésticos, mas também por falta de interesse, da parte dos EUA, de verdadeiramente cooperar.

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 criaram um momento oportuno para a cooperação entre os dois países (COOK; ROSHANDEL, 2009; LEVERETT; LEVERETT, 2012). O Irã foi um dos primeiros países a oficialmente enviar condolências aos EUA e condenar o ataque terrorista. Analistas, como Flyntt e Hillary Leverett (2012), reconheceram a elaboração de um possível espaço de cooperação visto que ambos os países compartilhavam o desgosto pelo Talibã e pela Al-Qaeda, grupo sunitas e contrários ao regime xiita e responsáveis pelos ataques. Todavia, para os neoconservadores norte-americanos, aproximar-se do Irã era inviável devido ao histórico e desavenças entre os dois países e o vínculo entre Teerã e o Hezbollah. Mesmo assim, hoje é sabido que, nos imediatos anos seguintes após o atentado, houve intenso diálogo entre a administração Bush e a Khamenei sobre a questão dos talibãs (TAKEIH, 2009).

Os acontecimentos de 2001 forçaram George Bush a orquestrar, logo em seu primeiro ano de governo, uma nova estratégia que determinava o início de uma Guerra ao Terror, sendo o primeiro alvo de Washington o Afeganistão, iniciando-se, assim, o combate contra o Talibã. Para os reformistas iranianos a situação se mostrava como uma janela de oportunidade para rever as alianças com Washington, devido à confluência de interesses. Já

---

<sup>19</sup> Tradução nossa, a entrevista original se encontra transcrita no site oficial da CNN, <http://edition.cnn.com/WORLD/9801/07/iran/interview.html>

para os conservadores, tal situação apresentava-se mais como uma imposição externa que exigia alterações na política antiamericana do país, devido à atmosfera de medo que se estabelecia com a presença de tropas norte-americanas no país vizinho (COOK; ROSHANDEL, 2009). Assim, tanto Khatami, quanto Khamenei concordaram em cooperar com os EUA no Afeganistão, autorizando o país a utilizar seu espaço aéreo e portos e disponibilizando assistência humanitária e a soldados norte-americanos feridos (TAKEIH, 2009; COOK; ROSHANDEL, 2009). A assistência iraniana foi essencial em dezembro de 2001 na Conferência de Bonn, que tinha como objetivo organizar o processo de estabilização do Afeganistão.

Assim como na Guerra do Golfo em 1990, a cooperação iraniana no Afeganistão em 2001 não resultou em alguma alteração concreta na política de Washington em direção a Teerã. De fato, ocorre justamente o oposto, quando Bush, em janeiro de 2002, declama seu famoso discurso do “Eixo do Mal”, no qual o presidente agrupa Irã, Iraque e Coreia do Norte como países que buscam armas de destruição em massa e ameaçam a paz mundial (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Ainda, a administração Bush acusava o Irã de ser o maior financiador do terrorismo internacional e um país determinado em destruir qualquer esforço de paz entre Israel e palestinos. O discurso foi um baque para a política externa de Khatami, dando aos conservadores, espaço para acusá-la de ineficiente (ABRAHAMIAN, 2008). A contraprodutibilidade do discurso se faz visível com a crescente deterioração do grupo político que mais se mostrava a favor de Washington, ao mesmo tempo em que se fortificava uma ala conservadora moderna, cada vez mais antiamericana.

A despeito da retórica confrontacionista do discurso, o governo Bush veio a se beneficiar da cooperação iraniana quando os EUA invadiram o Iraque, em março de 2003, a fim de derrubar o regime de Saddam Hussein. Novamente, a disposição iraniana em cooperar com uma invasão norte-americana em sua região se deu por uma combinação de medo e esperança; a queda do regime sunita iraquiano que simboliza um inimigo histórico mostrava-se oportuna para o Irã, ao mesmo tempo em que o fato do discurso de Bush ter equiparado Iraque e Irã fazia Teerã temer ser o próximo país a ser invadido (TAKEIH, 2009, p. 215-217).

Em maio de 2003, o governo Khatami indicava interesse em intensificar a cooperação com os EUA. Via um embaixador suíço, o presidente encaminhou um documento no qual oferecia um amplo acordo ao Departamento de Estado norte-americano. A despeito da credibilidade do documento (não é sabido se Khamenei consentia com tal proposta), os EUA não se mostraram dispostos a responder ao presidente iraniano, evitando qualquer retorno oficial. Após conseguir o envolvimento de Teerã a seu favor no Afeganistão e no Iraque, a



administração Bush não percebia nenhum outro motivo que lhe faria investir em tal aproximação (TAKEIH, 2009, p. 218).

Conforme supracitado, o discurso do Eixo do Mal catalisou uma crise que vinha se elaborando no âmago do grupo reformista iraniano. Conhecidos aliados desta elite política passaram a discordar sobre o tópico de cooperar com os EUA. A intensificação das sanções internacionais e quedas no crescimento econômico vinham a fortalecer o argumento daqueles que atacavam as reformas liberais e condenavam os casos de corrupção do governo (ABRAHAMIAN, 2008, p. 192-194).

Contemporaneamente, crescia a adesão popular a um grupo de jovens conservadores – vários desses que participaram da guerra no Iraque e solidificaram grande parte de sua ideologia do conflito – que seria conhecido como “a nova direita” ou “nova geração de conservadores” (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Contrários às reformas de Khatami, afirmando seu desdém pelo materialismo e pelo liberalismo, a nova direita clamava por um recomprometimento aos princípios da revolução de Khomeini. Enfatizando os valores morais islâmicos, o grupo condenava a corrupção dos governos Rafsanjani e Khatami e tinha promessas populares como aumento de salários, subsídios rurais, diminuição da pobreza e do desemprego e justiça social (ABRAHAMIAN, 2008, p. 193).

Com o claro apoio de Khomeini, a nova direita passou a eleger vários candidatos para os conselhos locais em 2003, ganhou maioria nas eleições parlamentares de 2004, e, por fim, elegeu o novo presidente iraniano em 2005, o então pouco conhecido prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad. Durante a campanha, Ahmadinejad era considerado um dos candidatos com menos chances e foi para a surpresa de muitos que ele foi para o segundo turno, opondo-se a Rafsanjani. Apresentando-se como uma pessoa humilde, mais próxima do povo – evitando utilizar vestimentas caras e negando carros de última geração –, Ahmadinejad atravessou todo o país em sua campanha, conquistando os votos dos iranianos e comprometendo-se com os valores islâmicos e com a ânsia das classes menos abastadas por melhores condições de vida. Já Rafsanjani, um dos homens mais ricos do país, manteve-se na capital durante toda a campanha, evitando o excesso de exposição pública e posicionando-se como o único candidato com competência e experiência para governar o Irã (TAKEIH, 2009, p. 232-236).

Os resultados foram que Ahmadinejad saiu vitorioso com 64% dos votos, declarando “o início de uma nova era” (TAKEIH, 2009, p. 236). De fato, o governo conservador que se estabeleceu demonstrou forte ideologia nacionalista que teve efeitos sobre sua política externa. Segundo Takeih (2009), devido à sólida percepção de isolamento internacional

durante a guerra Irã-Iraque, a nova direita compreendeu que a essência da política externa iraniana deveria ser a confrontação, sendo essa a única via de garantir os objetivos nacionais e revolucionários perante as potências ocidentais. Em outras palavras, o grupo de Ahmadinejad acusa tais países, e principalmente os EUA, de objetivar derrubar o regime iraniano.

### **2.3 Conclusões Parciais**

Nas cinco décadas analisadas neste capítulo, é possível compreender como se desenvolveram os fatores que definem o perfil de hostilidade e animosidade das relações entre Irã e Estados Unidos. Reconhecemos que houve iniciativas por parte do governo iraniano de abrandar as relações com os EUA, todavia há um forte sentimento entre a elite política iraniana de que essas tentativas não só não foram correspondidas, mas foram tratadas com desdém. Por parte do governo norte-americano, houve iniciativas para cooperar com o Irã em questões estratégicas, todavia essas não objetivavam nenhum engajamento diplomático ou em longo prazo.

Segundo Parsi (2009, p. 43), a hostilidade entre os dois países foi institucionalizada, porque muitas forças, em ambos os países, calculam que os custos de alterar o status quo pode ser bastante danoso. Ou seja, parece ser mais fácil avançar em seus próprios interesses, dentro de uma inimizade que pode ser premeditada, do que se arriscar na imprevisibilidade de um processo de pacificação onde os benefícios não são tangíveis. Sobretudo, as relações Irã e Estados Unidos estruturam-se moldadas por sentimentos de desconfiança mútua, décadas de acusações de deslealdade, percepção de ameaça e falta de diplomacia efetiva de ambos os lados (COOK; ROSHANDEL, 2009). Tal antipatia mútua se manteve especialmente porque, até a data analisada neste capítulo, os riscos de buscar um engajamento diplomático não superaram aos custos de manter o status quo.

### 3. SITUAÇÃO

Selecionamos para a análise do tempo médio (situação) duas questões que consideramos de suma importância para a nossa hipótese de que, na conjuntura atual, se apresenta um momento inédito nas relações entre Irã e EUA. Do lado dos EUA, analisaremos a ideia de que inexistente uma grande estratégia para o Golfo Pérsico desde o fim da Guerra Fria, sendo que no mandato de Barack Obama observamos uma vontade política de modificar tal situação. Já para o Irã, determinamos que o governo de Ahmadinejad catalisou o isolamento internacional do país, cada vez mais afetado por crises políticas internas e externas, pela intensificação de uma crise econômica, o que, em decorrência, levou a uma saturação de sua política confrontacionista. Dessa maneira, o seguinte capítulo versará sobre os acontecimentos que definiram a situação do caso analisado, a fim de apresentar o contexto em que se insere a atual conjuntura das relações entre Teerã e Washington.

#### 3.1 A Situação para os EUA

##### *3.1.1 A Ausência de Grande Estratégia para o Golfo Pérsico*

Dentro dos estudos teóricos realista de Relações Internacionais, afirma-se que um país deve elaborar uma grande estratégia, um processo calculado que define os meios e fins de sua política externa, coordenando seus interesses políticos, diplomáticos, econômicos e securitários, sua legitimidade doméstica e sua disponibilidade de recursos (ABSHIRE, 2013).<sup>20</sup> A grande estratégia de um país deve: (i) identificar os interesses vitais e os principais objetivos do Estado, (ii) diagnosticar quais são as prováveis ameaças a tais interesses, (iii) reconhecer quais são seus recursos disponíveis para conter tais ameaças e (iv) definir um plano amplo que consiga responder a seus objetivos internacionais sem comprometer com segurança nacional (DUECK, 2006).

O Golfo Pérsico, devido a sua enorme reserva de recursos energéticos e sua localização geoestratégica, é tema decorrente nas grandes estratégias de diversos países. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se clara a essencialidade do Golfo Pérsico para a política externa norte-americana, quando o país passa a aumentar exponencialmente sua presença na

---

<sup>20</sup> Em uma perspectiva realista de Relações Internacionais, compreendemos que o sistema internacional vigente é anárquico, o que força os Estados a buscar meios de proteger seus interesses vitais e, assim, reduzir sua insegurança perante outros Estados competitivos. Nesta mesma linha, afirma-se que os Estados no sistema internacional precisam formular um conjunto de abordagens que operam como um guia que identifica seus interesses prioritários e prescreve políticas de longo prazo a fim de proteger e avançar em tais interesses perante quaisquer ameaças (YETIV, 2008). Esse conjunto de abordagens estratégicas é conceituado como grande estratégia de um país. Grandes estratégias são necessárias exatamente por ser o sistema internacional anárquico, onde os principais atores podem ou não cooperar, gerando alianças ou rivalidades, e a disponibilidade de recursos é escassa, levando à irrefreável competição (DUECK, 2006).

região (WRIGHT, 2007). Naquele contexto, as principais ameaças aos seus interesses eram relacionadas à competição com a URSS. Hoje, a capacidade dos EUA de projetar-se na região e a extraordinária importância econômica das reservas de petróleo ali localizadas (mais de 20% das importações de petróleo norte-americanas provém da região) forçam Washington a organizar suas estratégias a fim de responder eficazmente aos acontecimentos no Golfo Pérsico (LEVERETT, 2013).

Para os autores realistas Mearsheimer (2001; 2011) e Yevit (2008), existem três possibilidades de comportamento para os EUA perante o Golfo Pérsico: (i) balanceamento *offshore*, (ii) engajamento seletivo ou (iii) domínio hegemônico.<sup>21</sup> Ambos defendem, contudo, que os Estados Unidos, após o fim da Guerra Fria, não conseguiram formular uma coerente e factível grande estratégia para o Golfo Pérsico, apresentando comportamentos por vezes de caráter de balanceamento, por outras de hegemonia (MEARSHEIMER, 2011, p. 2-3; YETIV, 2008, p. 10-12).<sup>22</sup> Em grande parte, a atuação da política externa norte-americana na região se dá de maneira reativa, não condizendo com a necessidade do país de buscar uma ampla estratégia a fim de proteger seus interesses vitais e evitar o surgimento de ameaças (YETIV, 2008, p. 13).

Com o fim da Guerra Fria, os EUA emergiram como o país mais poderoso do globo, com exorbitantes capacidades econômicas e militares e sendo vitorioso no embate ideológico com a URSS. No início da década de 1990, via-se com otimismo o futuro das relações internacionais, enfatizando o momento unipolar dos EUA, que passariam então por alterações em sua atuação internacional, elaborando uma nova grande estratégia (MEARSHEIMER,

---

<sup>21</sup> Balanceamento *offshore* tem como principal objetivo impedir que outros países dominem alguma área que seja já de influência segura, para isso, vale-se de alianças com poderes locais e até presença militar própria temporariamente. Engajamento seletivo é uma estratégia mais ambiciosa, pois determina que a fim de proteger seus interesses em uma região, o país em questão valer-se-á de suas tropas estacionárias objetivando não só impedir a existência de um hegemonia regional, mas também a possibilidade de guerras, proliferação de armas de destruição em massa e outros conflitos que podem ser danosos à economia. É importante lembrar que estas duas estratégias estão dentro dos princípios teóricos de balança de poder, conceito apresentado na introdução deste trabalho. Já domínio hegemônico, desassocia-se da teoria de balança de poder porque tem como um de seus objetivos interferir em questões internas de países de uma região. Tal estratégia visa, a fim de manter seus interesses em uma determina região, ser ele próprio o hegemonia (mesmo que extraterritorial), transformando as políticas dos outros países em semelhantes à sua (MEARSHEIMER, 2011).

<sup>22</sup> É essencial compreender a seguinte característica da formulação da política externa norte-americana: estão intrínsecos na política norte-americana preceitos da democracia, do liberalismo e do republicanismo (DUECK, 2006; WRIGHT, 2007). Tal ideia encontra sua máxima na figura do presidente norte-americano Woodrow Wilson (1865-1924), que acreditava que os valores pelos quais o país foi fundado eram máximas morais universais, que deveriam ser compartilhados. Os princípios liberais wilsonianos visam uma imperativa adoção mundial destes valores – alguns autores cunharam o termo “internacionalismo liberal” para definir tal ideia –, o que entra diretamente em confronto com as noções de soberania de uma nação sobre sua política interna (WRIGHT, 2007, p. 15; DUECK, 2006).

2011). Diferentemente do que era previsto pelos teóricos realistas, porém, os anos 1990 foram marcados por uma continuidade da estratégia do período anterior (DUECK, 2006, p. 114).

Se houve uma mudança, é que o ritmo de intervenções militares extraterritoriais dos EUA na verdade aumentou no governo Clinton. Ademais, todos os seus comprometimentos estratégicos eram justificados da mesma maneira que eram durante a Guerra Fria, ou seja, por dois argumentos centrais: primeiro, que os EUA eram e permaneceriam sendo o poder mundial preeminente, com significativos interesses e obrigações em todo o canto do mundo e, segundo, que o país tinha uma responsabilidade especial de promover e assegurar uma ordem internacional liberal caracterizada pelo livre mercado e por governos democráticos (DUECK, 2006, p. 144).<sup>23</sup>

A política externa de Clinton, primeiro presidente a ter todo o seu mandato no pós-Guerra Fria, foi articulada através da premissa de defender a democracia e de intensificar o capitalismo econômico global, priorizando as alianças e parcerias econômicas (WRIGHT, 2007). A política externa concentrava-se em expandir o liberalismo econômico e intensificar as alianças internacionais do país, ao mesmo tempo em que Clinton objetivava direcionar uma menor verba ao setor internacional (DUECK, 2006). Para Dueck (2006) e Mearsheimer (2011), o que se viu na prática foi uma séria e contínua lacuna entre as capacidades disponíveis e os comprometimentos internacionais assumidos pelos EUA. Segundo Yetiv (2008, p.169), a política orquestrada por Clinton de contenção dupla não se caracterizou como parte de uma grande estratégia exatamente porque era permeada por essa contradição, e, ademais, tal estratégia não vinha a balancear poder em prol de nenhum ator na região, mas também não se equiparava aos preceitos de domínio hegemônico, não se aproximando de nenhuma das duas opções que Mearsheimer (2011) aproxima de balança do poder.

Em menos de um ano, devido ao 11 de setembro de 2001, a administração do presidente republicano George Bush foi obrigatoriamente afastada dos preceitos de engajamento seletivo e adotou a dominância hegemônica, através de uma nova fórmula de política externa, conhecida como Doutrina Bush (MEARSHEIMER, 2011, p.21).<sup>24</sup> Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono serviram para reforçar os ideais dos políticos chamados neoconservadores, que viam na política externa um espaço vital no qual os EUA poderiam salvaguardar e promover seus valores e interesses nacionais (WRIGHT, 2007, p. 17-28).<sup>25</sup> Em

---

<sup>23</sup> Tradução nossa.

<sup>24</sup> George W. Bush criticava a política externa de Clinton quando era candidato, enfatizando que os EUA deveriam reformular seus objetivos, revigora suas alianças estratégicas, diminuir seu envolvimento direto em questões internacionais periféricas e, ademais, ficar atento à emergência da China (MEARSHEIMER, 2011). Tais discursos dão indícios de que Bush clamava por uma mudança de comportamento na estratégia norte-americana em direção ao engajamento seletivo.

<sup>25</sup> Em essência, o pensamento intelectual neoconservador advoga que a adoção mundial dos valores wilsonianos é a única maneira dos EUA alcançarem a segurança nacional em longo prazo. Assim, os neoconservadores

sua Estratégia Nacional de Segurança, lançada em 2002, o governo anunciou o lançamento da Doutrina Bush, que pode ser sumarizada em três pilares: (i) prevenir que Estados hostis adquiram armas não-convencionais, mesmo se for valer-se do unilateralismo, (ii) promover a democracia e liberdade globalmente e (iii) manter a preeminência dos EUA no sistema internacional (WRIGHT, 2007, p. 38).

A Doutrina Bush estabeleceu ambiciosos objetivos de longo prazo que se centravam em impedir o acesso a armas não convencionais por grupos terroristas e em combater as raízes do extremismo islâmico.<sup>26</sup> Autorizando o uso preventivo da força e iniciando a chamada Guerra ao Terror, a doutrina possuía um escopo amplo que inclui não só grupos terroristas, mas também qualquer pessoa, organização ou Estado que, na visão norte-americana, fosse definido como hostil ou como patrocinador do terrorismo internacional (WRIGHT, 2007, p. 38-43). Eram claros os interesses da Doutrina de alteração dos regimes que não condiziam com os princípios de democracia norte-americana (WRIGHT, 2007, p. 43-49). Assim, a doutrina se aproximava dos preceitos da dominação hegemônica – pois visava modificar questões domésticas de outros países – e não de balança de poder.

A Guerra ao Terror não funcionaria coerentemente, em longo prazo, segundo as análises de Mearsheimer (2011) e Yetiv (2008), como uma grande estratégia. A Doutrina Bush só poderia ter sido efetiva se elaborasse um projeto de posterior estabilização para os países em que havia intervindo.<sup>27</sup> Entretanto, o que se viu ao se desenvolver tal doutrina foi um atrelamento das forças militares norte-americanas nos países e o aprofundamento das crises civis, adjacente a um aumento da insatisfação da população dos EUA e a uma crescente necessidade de corte de gastos no setor bélico.

Tanto para Mearsheimer (2011), quanto para Yetiv (2008), os Estados Unidos não conseguiram elaborar uma coerente grande estratégia de longo prazo para o Golfo Pérsico durante os governos de Bill Clinton e George W. Bush. O comportamento de dominância

---

conseguiram dar ao wilsonismo um novo perfil de messianismo globalista, ao mesmo tempo em que defendiam os interesses nacionais de Washington. Dessa maneira, as prerrogativas dos neoconservadores para o setor externo não são guiadas pela visão de balança de poder, pois apresentam, ao almejar a adaptação do mundo aos seus princípios morais, um comportamento interventor.

<sup>26</sup> Na percepção neoconservadora, a ausência de democracia e liberdade era a verdadeira causa da radicalização política islâmica e do terrorismo. Dessa maneira, combater as raízes das ameaças era promover a democracia liberal e os valores wilsonianos. De acordo com a Doutrina Bush, a falta de instituições representativas legítimas no Oriente Médio é que levava as pessoas à adesão ao fanatismo religioso (MEARSHEIMER, 2011).

<sup>27</sup> Havia a crença de que o exército norte-americano poderia sair facilmente de um país após a instalação de novo governo, avançando para outros países e, assim, transformando o Oriente Médio a seu favor. Todavia, as insurreições que desestabilizaram o Iraque e o Afeganistão, logo após a derrubada dos regimes por parte dos EUA, demonstraram o quão errônea era tal ideia. Não bastaria somente derrubar um governo e esperar que os cidadãos acolhessem pacificamente um novo regime instaurado por uma potência estrangeira. Tornar-se-ia necessário a elaboração de uma complexa estratégia de construção estatal e comprometimento com o processo de pacificação, objetivos que não estavam previstos pela doutrina (MEARSHEIMER, 2011, 25-28).

global que se mostrou com a Doutrina Bush não só é inviável em longo prazo, mas também desgasta setores militares, econômicos e estratégicos do país, bem como aumenta o nível de insatisfação e descontentamento de outros países, criando focos de resistência (LEVERETT, 2013b). Torna-se necessário, segundo Mearsheimer (2011) e Yetiv (2008), que o governo que suceda Bush consiga elaborar uma grande estratégia com o perfil de balanceamento *offshore*, o que estaria de acordo com os preceitos realistas e manteria os interesses vitais dos EUA na região.

### **3.1.2 O Governo Obama**

Ao iniciar seu mandato, Obama buscou deixar claro sua rejeição à abordagem demasiadamente ideológica de Bush no que tange sua política internacional, apresentando um projeto mais pragmático, no qual os EUA continuariam priorizando uma ordem internacional em que fossem os líderes, mas não os únicos atores principais. Ao contrário do unilateralismo de Bush, Obama visava destacar a importância do multilateralismo, da fortificação de alianças e do melhoramento de relações com outros países, contornando possíveis obstáculos. Dessa maneira, Obama negava a visão maniqueísta de “bom ou mal” de Bush, onde os países deveriam escolher lados, em prol de uma visão mais universalista. Se a doutrina anterior clamava por uso preventivo da força, Obama passaria a destacar as vantagens do engajamento diplomático, sendo, então, o uso da força um último recurso a ser tomado (RYNHOLD, 2009). Podemos afirmar que a política externa de Barack Obama possui, assim, uma maior tendência ao realismo, visto seu caráter pragmático:

A abordagem de Obama tem sido relativamente pouco ideológica na prática, e informada por uma percepção majoritariamente realista do papel que os EUA devem ter no mundo do século XXI. O tom não tem destacado nem o triunfalismo ou excepcionalismo norte-americano, nem um possível declínio do poderio do país no cenário internacional. Em geral, a abordagem tem sido efetiva, transmitindo um grau de abertura para as visões de outros líderes e para interesses de outras nações ao mesmo tempo em que se mantém o objetivo de projetar autoconfiança e liderança (INDYK et al., 2012, p.31).<sup>28</sup>

Dessa maneira, a política internacional da administração Obama busca uma estratégia de engajamento global. Consideramos que seus objetivos se baseiam em três pilares centrais: (i) a mudança do relacionamento com as potências emergentes no Pacífico, principalmente a China; (ii) a necessidade de transformar a relação dos EUA com os países islâmicos, substituindo conflito por cooperação e (iii) o revigoramento das políticas de não-proliferação de armas em destruição em massa e desarmamento nuclear (INDIK et al., 2012, p. 32).

---

<sup>28</sup> Tradução nossa.

Contudo, tais objetivos se desenvolveram dentro de uma situação desfavorável economicamente.<sup>29</sup> A crise fiscal norte-americana tem forçado a administração Obama a fazer cortes em seu orçamento, incluindo os setores militar e estratégico. Segundo Karl (2013) o arrocho nos gastos públicos já estariam afetando o setor militar do país. Tornou-se essencial, assim, apresentar um projeto no qual se reconhecesse as limitações estratégicas norte-americanas, se redefinisse quais eram as principais ameaças na arena internacional e quais táticas devem ser priorizadas para se manter uma ordem internacional sob a liderança dos EUA (FLOURNOY; DAVIDSON, 2012).<sup>30</sup>

É nesse contexto que, em novembro de 2011, a administração Obama anunciou que os EUA precisavam elaborar um pivô estratégico para sua política externa, no qual a dinâmica da próxima década se basearia em uma gradual e relativa diminuição da presença física norte-americana no Oriente Médio e um maior investimento e atenção à região da Ásia-Pacífico, particularmente o Sudeste Asiático (BRANDON, 2012). Em janeiro de 2012, o Departamento de Defesa documentou tal alteração estratégica, chamando-a a de rebalanceamento estratégico.<sup>31</sup> Os interesses econômicos e securitários norte-americanos estariam inextricavelmente atrelados aos desenvolvimentos no arco que se estende do Pacífico Ocidental para o Leste Asiático, abrangendo a região do Oceano Índico e do Sul Asiático (FLOURNOY; DAVIDSON, 2012).

Conforme a guerra no Iraque se mostra em seu fim e a América passa a retirar suas forças do Afeganistão, os Estados Unidos se encontram em um ponto pivô. Nos últimos dez anos, nós alocamos imensa quantidade de recursos para essas duas arenas. Nos próximos dez anos, nós precisamos ser inteligentes e sistemáticos sobre onde devemos investir tempo e energia, a fim de que nos coloquemos na melhor posição para sustentar nossa liderança, assegurar nossos interesses e avançar em nossos valores. Uma das funções mais importantes que a estratégica americana possui para a próxima década será, então, concentrar substancial aumento nos investimentos – diplomáticos, econômicos, estratégicos e outros – na região da Ásia-Pacífico (CLINTON, 2011).<sup>32</sup>

Para Cohen e Ward (2013), as motivações para esse pivô parecem claras, sendo que o centro de gravidade das relações internacionais está sendo, indubitavelmente, transferido para

---

<sup>29</sup> Obama assumiu a presidência logo depois da crise econômica de 2008, que levou a falência de muitos agentes bancários e ao quase colapso financeiro do país. Segundo Brandon (2012), o governo Obama enfrenta grandes desafios domésticos, principalmente no que tange o crescimento da dívida nacional.

<sup>30</sup> Em resposta a esses desafios, a administração Obama lançou, ainda em 2009, um abrangente projeto a fim de rever a postura militar global do país e determinar de que maneira Washington pode apurar suas capacidades estratégicas, torna-se mais operacionalmente resiliente e politicamente sustentável.

<sup>31</sup> O objetivo central do pivô basear-se-ia em duas iniciativas: (i) a capacitação de forças militares na região a fim de exercer poder de coerção frente à China e (ii) a elaboração de uma ambiciosa e complexa rede de negociações conhecido como Aliança Transpacífica (TPP, em inglês), que visa, majoritariamente, a criação de um ambiente no qual os EUA possam competir economicamente com a China no leste asiático (KARL, 2013).

<sup>32</sup> Tradução nossa.



a região da Ásia-Pacífico.<sup>33</sup> O pivô estratégico (ou o rebalanceamento estratégico) apresentou-se como uma sofisticada política que integraria interesses econômicos, diplomáticos e estratégicos dos EUA (INDIK et al., 2012). Ademais, a priorização de uma região condiz com a realidade das forças armadas norte-americanas, que devem refletir a limitação de recursos e o fato de que, simplesmente, os EUA não podem mais sustentar uma política desgastante de domínio global (FLOURNOY; DAVIDSON, 2012).<sup>34</sup>

Por causa dessa limitação de recursos, é preciso compreender que o pivô estratégico de Obama só se transformará em uma real grande estratégia no momento em que for estabilizada a região do Golfo Pérsico. Afirmamos tal ideia devido à funcionalidade primária que a região exerce sob os interesses norte-americanos e que continuará o fazendo, graças ao fornecimento de recursos energéticos da região que sustentam a ordem econômica vigente. Segundo Karl (2013), a administração Obama tem como principal desafio para a realização da estratégia do pivô asiático a instabilidade no Golfo Pérsico e, por consequência, no Oriente Médio.

O comportamento da política externa de Obama para o Golfo Pérsico é condizente com a tendência mais pragmática supracitada. Determinado, igualmente ao governo anterior, em combater o terrorismo em um escopo global, Obama não concorda com o conceito genérico de Guerra ao Terror da Doutrina Bush, assim como é desfavorável a políticas de uso preventivo da força (INDIK et al., 2012). Pelo contrário, o objetivo de Obama é diminuir a presença ostensiva de suas forças armadas ali presentes e melhorar a maneira pela qual o país é percebido pelos países da região. Assim, ele visou finalizar os conflitos no Iraque e no Afeganistão, focando somente em ataques direcionados especificamente a operações da Al'Qaeda e outros grupos considerados terroristas no Paquistão, Afeganistão e outros países (INDIK et al., 2012).

Os principais eixos da política externa da administração Obama para a região eram: (i) finalizar a guerra com o Iraque, (ii) iniciar a retirada gradual das tropas norte-americanas do Afeganistão, (iii) dar continuidade às tentativas de encontrar uma resolução para o conflito israelense-palestino e (iv) abrir caminho para uma aproximação diplomática com Síria e Irã (RYNHOLD, 2009; INDIK et al., 2012).<sup>35 36</sup> O que buscamos apresentar aqui é a modificação

---

<sup>33</sup> Ao reconhecer o rápido crescimento da China como uma potência global, os EUA desejam que Pequim assuma uma postura global responsável como ator central na ordem internacional liberal atual, contribuindo para sua manutenção, a fim de compartilhar os ônus do cenário internacional (INDIK et al., 2012).

<sup>34</sup> Vale citar também que a região da Ásia-Pacífico é propícia para a atuação das tradicionais forças armadas norte-americanas, visto que elas são orientadas para projetar capacidades navais e aéreas contra grandes potências, diferentemente dos casos de guerra assimétrica que se vê no Oriente Médio (COHEN; WARD, 2013).

<sup>35</sup> Em 2011, é oficializado o fim da guerra entre norte-americanos e iraquianos, sendo instaurado um governo da maioria xiita e, logo em seguida, há uma crescente escalada da insurgência sectária que estourou em um conflito

de prioridade da atuação internacional norte-americana no Golfo Pérsico. Diferentemente do que vinha sendo apresentado como prioridade para os governos desde George H. W. Bush, o principal desafio de Obama na região não seria mais a democratização dos países e sim encontrar meios para assegurar a estabilidade regional e a manutenção de uma conjuntura benéfica aos EUA (RYNHOLD, 2009).

Segundo Keck (2014), uma coerente política para os EUA, a fim de alcançar mais estabilidade na região, seria criar um equilíbrio geopolítico entre os sunitas (seu aliados das petromonarquias) e os xiitas (Irã e maioria do povo iraquiano). De acordo com Parsi (2009) e Rynhold (2009), Obama ensaiou, em 2009, a primeira tentativa diplomática, por parte dos EUA, de melhorar relações com o Irã. Neste ano foram organizadas reuniões secretas entre especialistas em política externa norte-americanos e iranianos: o objetivo central da administração Obama era rever tudo que já se sabia sobre o projeto nuclear iraniano a fim de determinar uma nova estratégia para tratar do tema, evitando reproduzir as escolhas feitas pelo governo anterior (PARSI, 2009, p. 104-108).

O projeto nuclear iraniano é reconhecido como a principal fonte de atrito entre EUA e Irã e, desde 2006, os EUA passam a integrar o grupo europeu que visava negociar uma resolução para o tema, conhecido como o P5+1. Todavia, visto que nenhuma das negociações havia chegado a resoluções positivas, o objetivo de Obama passaria a ser elaborar uma nova estratégia para lidar com o Irã em negociações. Em abril de 2009, foi apresentada uma nova estratégia que tinha como sustentação a ideia de simultaneamente oferecer um engajamento em negociações sem precondições ao Irã ou fortalecer a gama de sanções caso o país não cedesse às demandas (PARSI, 2009, p. 129-132). Essa política passa a ser conhecida como estratégia de dupla abordagem, na qual esforços diplomáticos eram acompanhados pela força de coerção das sanções.<sup>37</sup> O grande diferencial de Obama para Bush é que ele se esquivou da política anterior ao parar de demandar do Irã a suspensão total de todas as atividades do ciclo de combustão nuclear antes de qualquer negociação (DAVENPORT, 2014). Ineditamente, na

---

civil, que mantém o país sobre séria instabilidade. Já em 2011, respondendo a insatisfação do povo norte-americano com o curso do conflito no Afeganistão, Obama anuncia o início da gradual retirada de suas tropas das terras afegãs, visando uma maneira responsável que viabilize o processo eleitoral no país que se daria em 2014.

<sup>36</sup> É visível a necessidade de melhorar as relações com Síria e com Irã, países que se mostram contrários ao status quo norte-americano na região. Também tão importante é encontrar meios de persuadir o Irã a não produzir armas nucleares, que, na percepção norte-americana, viriam a desestabilizar ainda mais a região, levando a uma corrida armamentista entre os países do Golfo Pérsico e a possibilidade de grupos terroristas tomarem posse de tais artefatos (INDIK et al., 2012).

<sup>37</sup> No original “dual track”, ou, no literal, “duas pistas”.

celebração de ano novo persa em 2009, Obama gravou uma mensagem, de três minutos, para o povo iraniano, expressando sua vontade de que haja um melhor futuro entre as duas nações:

Minha administração está comprometida com a diplomacia, que buscará construir alianças entre os EUA, o Irã e a comunidade internacional. Esse processo não vai avançar com ameaças. Nós buscamos, ao contrário, um engajamento que seja honesto e fundado no respeito mútuo. Os EUA querem que a República Islâmica do Irã tome o seu lugar de direito na comunidade internacional. Vocês têm o direito – mas este vem com responsabilidades reais (OBAMA, 2009 *apud* PARSI, 2009, p. 125).<sup>38</sup>

Todavia, eram diversos os fatores que dificultariam uma alteração automática da política norte-americana para com o Irã. Primeiramente, os EUA teriam que lidar com seus aliados tradicionais no Oriente Médio, Israel e Arábia Saudita, que se demonstravam temerosos e desconfortáveis com o cenário de uma possível aproximação entre EUA e Irã, vindo a alterar o *status quo* da região (RYNHOLD, 2009). Ademais, a hostilidade entre os dois países já havia se institucionalizado na política doméstica dos EUA, sendo que existem diversos grupos políticos e lobbies que veementemente se opõem a um reatamento com Teerã, gerando, assim, um alto custo político doméstico para o governo federal (PARSI, 2009, p. 28). Por fim, o governo da nova direita que presidia o Irã não beneficiava a imagem do país no cenário internacional, sendo que o posicionamento assaz antiamericano e anti-Israel de Ahmadinejad tornava mais nebuloso o espaço diplomático para que Obama efetivasse seus objetivos de uma futura aproximação com o Irã (TAKEIH, 2009).

A crise política que aconteceu em junho de 2009, na reeleição de Ahmadinejad, viria a postergar, a prazo indefinido, a estratégia de Obama. O chamado Movimento Verde de 2009 (que trataremos mais afundo na próxima seção) abalou o regime iraniano, pois pela primeira vez internamente, o povo questionava a legitimidade de um presidente eleito. Inicialmente, a administração Obama evitou tomar lados, afastando-se do processo eleitoral; todavia, o aumento da violência do governo perante os manifestantes e dos abusos aos direitos humanos registrados levaram os EUA a condenar a ação do regime iraniano (PARSI, 2009, p.178-238).

A desaprovação internacional das consequências do Movimento Verde de 2009 fez com que crescesse o ceticismo dentro do Congresso norte-americano frente à via diplomática da estratégia de dupla abordagem de Obama, passando a exigir um aumento da via das sanções. Ou seja, a crise advinda da eleição presidencial iraniana de 2009 criou a oportunidade para que os opositores da abordagem de Obama minimizassem ainda mais o espaço político para um engajamento dos EUA com Ahmadinejad. Já em outubro de 2009, Obama prontificava-se para começar a via da pressão, preparando um novo pacote de sanções.

---

<sup>38</sup> Tradução nossa.

A crise política que se instaura no Irã em 2009, desta maneira, inviabilizou o país de negociar qualquer grande questão na comunidade internacional e, assim, comprometeu a primeira real iniciativa, por parte dos EUA, de se engajar com o país islâmico e elaborar uma nova estratégia para a região (PARSI, 2009, p. 321-338).

### **3.2 A Situação para o Irã: o mandato da nova direita como catalisador do isolamento internacional**

O Irã é um ator chave nas relações internacionais do Golfo Pérsico, sendo o país com maior população da região, o terceiro maior produtor de petróleo e com a segunda maior reserva de hidrocarbonetos do mundo, participante ativo das decisões tomadas na OPEP (ABRAHAMIAN, 2008, p. 194). Ademais, após a derrocada de seu principal concorrente regional, Saddam Hussein, e com a invasão do Afeganistão, criou-se um benéfico vácuo político no qual o Irã poderia se expandir como potência regional, aspiração inveterada na cultura política iraniana (COOK; ROSHANDEL, 2009). É neste contexto que a nova direita iraniana, sob os auspícios de Ahmadinejad, deu novo foco a política externa do país.

A nova direita defendia que o Irã tinha o direito de emergir como o poder preeminente no Golfo Pérsico, justificado pelas vantagens comparativas do país. Ahmadinejad escolheu acoplar o nacionalismo iraniano com a identidade islâmica, à semelhança dos princípios de Khomeini, tomando como sua principal causa a defesa da questão árabe-palestina, uma forte oposição ao Estado judeu e um antiamericanismo exacerbado (TAKEIH, 2009, p. 237-240).<sup>39</sup> Pode-se afirmar que a administração Ahmadinejad acreditava que a única maneira de melhor explorar o cenário para tornar o país em uma real potência regional era através de uma política externa confrontacionista (TAKEIH, 2009, p. 237-240).

A perspectiva era de que os inimigos estavam sempre à espreita e conspirando a fim de subverter o regime do Estado teocrático. Diálogo civilizacional e interação com a comunidade global tinham valor limitado para aqueles que negritavam que somente através de um posicionamento dogmático o Irã poderia clamar pelo seu lugar de direito na ordem internacional. Diplomacia do confronto deveria ser a nova norma, e o Irã deveria ser vigilante na defesa de suas prerrogativas (TAKEIH, 2009, p. 239)<sup>40</sup>

De acordo com Takeih (2009), Leverett e Leverett (2012) e Cook e Roshandel (2009), são três pontos que dominam as prioridades da política externa iraniana em longo prazo: a questão nuclear, o caso do Iraque e o apoio de grupos islâmicos de resistência. Não por

<sup>39</sup> Para esse grupo conservador, eram vários os motivos que levavam a uma retomada ao antiamericanismo: a clara oposição das potências internacionais ao Irã na Guerra Irã-Iraque, o descaso dos organismos internacionais perante o uso de armas químicas por parte de iraquianos contra civis iranianos, os resultados infrutíferos das tentativas anteriores de engajamento com os EUA, a adição do país ao grupo do Eixo do Mal e, sobretudo, o contínuo sentimento de isolamento internacional.

<sup>40</sup> Tradução nossa.

coincidência, são nestes três pontos que o Irã mais encontra divergências na arena internacional, principalmente com os EUA. Para nossa análise, logo, é preciso compreender, em linhas gerais, o significado desses três tópicos para a política externa iraniana. Ademais, o posicionamento dogmático e confrontacionista de Ahmadinejad acabaram por tencionar ainda mais o debate internacional nestes três temas.

O projeto nuclear iraniano tem suas origens no período monárquico, quando o Xá recebia apoio não só dos EUA, mas também de outras potências ocidentais para projetar seu poder no Oriente Médio (ABRAHAMIAN, 2008). Paradoxalmente, com a revolução e a instauração do regime islâmico, o projeto nuclear foi abandonado por Khomeini, já que ele o percebia como mais um meio para transformar o país dependente do Ocidente (TAKEIH, 2009). A questão volta a ser central para os líderes iranianos após a guerra contra o Iraque, quando, a partir dos anos 1980, o Irã procedeu ao estabelecimento de um projeto civil nuclear, que incluía a construção de capacidades endógenas de enriquecimento de urânio (LEVERETT; LEVERETT, 2012).<sup>41</sup>

A comunidade internacional passa a se preocupar com o projeto iraniano quando, em 2002, é revelado que o Irã já tinha construído uma instalação de enriquecimento de urânio em Natanz e que possuía uma instalação de processamento de água pesada já instalada em Isfahan e outra em finalização em Arak – o que demonstrava um esforço real, diversificado e orientado à autocapacitação nuclear (TAKEIH, 2009, p. 244). A não divulgação destas instalações antes de serem finalizadas violava o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP, ratificado por Teerã em 1970) o que passou a alertar a comunidade internacional sobre as reais intenções do projeto (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 118-123).<sup>42</sup>

Brzezinski (2009 *apud* LEVERETT; LEVERETT, 2012), afirma que, diferentemente da Coreia do Norte ou da China que explicitamente afirmam que estão determinados a adquirir armas nucleares, os líderes iranianos, sem exceção, insistem que o projeto nuclear iraniano é totalmente pacífico, tendo fins econômicos e tecnológicos somente. Ademais, em

---

<sup>41</sup> O conflito com o Iraque moldou a percepção de isolamento internacional do Irã, definindo que a segurança do país não poderia depender de nenhuma proteção ou convenção internacional, sendo somente mantida através da fortificação da defesa nacional (COOK; ROSHANDEL, 2009; TAKEIH, 2009).

<sup>42</sup> Tal violação do tratado levanta suspeita sobre quais são as reais intenções do Irã com seu projeto nuclear. Os índices de enriquecimento são superiores ao mínimo necessário para produção energética e a insistência do Irã na aquisição de reatores de água pesada geram dúvidas, visto que não são essenciais para um projeto que visa somente produção de energia. Ademais, alguns cientistas afirmam que não haveria necessidade, para um país com tantas reservas de hidrocarbonetos, insistir tão enfaticamente na produção de energia nuclear (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 123). Todavia, estudos empíricos mostraram que o Irã precisa de outras fontes de energia para abastecer sua crescente população e que a demanda por eletricidade não será respondida somente pela indústria de gás e petróleo – essas, por sua vez, defasadas tecnologicamente devido aos embargos internacionais (ADIONG, 2008).

2003, o Aiatolá Khamenei estabeleceu uma *fatwa* (lei islâmica) que proibia qualquer produção, estoque e uso de armas de destruição em massa, o que se transformou em argumento central na defesa dos líderes iranianos de que o país não busca, nem nunca buscará a posse de armas nucleares (EISENSTADT; KHALAJI, 2011). Mesmo perante as pressões e embargos internacionais para a finalização de seu projeto nuclear, o Irã continua centralizando esforços para atingir seus objetivos.<sup>43</sup>

Segundo Leverett e Leverett (2009, p. 169), uma análise do programa nuclear iraniano mostra que este é delineado para atingir o limiar permitido dentro no TNP, indicando que, se necessário, o país poderia alcançar a produção de armas nucleares com o mínimo de esforço.

Existe um consenso entre o espectro político iraniano de que a opção de armas nucleares possui um valor de dissuasão mesmo sem um direto armamento. Mas as principais razões deste programa são políticas e não militares. Internamente, a questão do enriquecimento incitou oficiais a fazer um caso público de alta ressonância o qual, pressionando por uma suspensão, os EUA e as outras grandes potências estariam tentando negar ao Irã um de seus direitos soberanos. (...) estrategicamente, o programa nuclear é uma poderosa vantagem da política externa iraniana. A República Islâmica tem sido capaz de se posicionar como um defensor dos direitos [de produção] nucleares de todos os países em desenvolvimento, dentro de um regime dominado pelos interesses e preferências dos EUA e de outros Estados nuclearizados (LEVERETT; LEVERETT, 2009, p. 170-171)<sup>44</sup>

Principalmente durante o governo de Ahmadinejad, o Irã deliberadamente utilizou a estratégia de vincular a identidade nacional iraniana com a causa do empoderamento nuclear (TAKEIH, 2009). O programa nuclear iraniano é bastante popular, sendo associado à constante luta do país em defesa de seus ideais contra as imposições imperialistas das grandes potências estrangeiras. Ahmadinejad afirmava que os reformistas estavam negociando o projeto nuclear de uma maneira subjulgada, capitulando aos interesses do Ocidente, sendo necessário assumir uma postura mais agressiva para defender os interesses de Teerã (TAKEIH, 2009, p. 248).

Um segundo ponto central para a política externa iraniana é a questão do Iraque. O Iraque é um país árabe com maioria xiita e que, durante setenta anos, foi comandado por uma minoria sunita militarizada (regime de Saddam Hussein).<sup>45</sup> Além de reprimir um povo que se

---

<sup>43</sup> A partir de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas passa a exigir do Irã uma suspensão de todos os processos de enriquecimento e reprocessamento de urânio, sob a ameaça de sanções multilaterais. Todavia, insistindo em seu direito soberano de desenvolver o ciclo completo da tecnologia nuclear, comprovado pelo direito internacional e afirmando que tais prerrogativas estão previstas pelo TNP e pela necessidade de encontrar energias alternativas, entre 2006 e 2007, o país expande suas atividades no setor (ABRAHAMIAN, 2008; COOK; ROSHANDEL, 2009).

<sup>44</sup> Tradução nossa.

<sup>45</sup> O regime sunita foi extremamente repressor e cruel, perseguindo religiosos xiitas, destruindo habitações, eliminando quaisquer forças políticas que pudessem emergir e marginalizando qualquer oposição. Durante anos,

identificava com os iranianos, o regime de Saddam era o principal rival de Teerã, sendo que as fronteiras entre os dois países era uma constante fonte de ameaça para o governo iraniano (TAKEIH, 2009, p. 250-251).

A intervenção norte-americana em 2003 que derrubou o regime de Saddam gerou expectativas de uma alternância no poder, na qual a maioria xiita poderia, de maneira democrática, tomar o poder. Todavia, a ambição do grupo xiita de chegar ao poder através de eleições foi pressionada por rebeliões do povo sunita. Acostumados com o poder em suas mãos, os sunitas não aprovaram a ordem pós-Saddam e iniciaram uma radical insurgência, muitas vezes associada a forças da Al'Qaeda, bombardeando mercados e mesquitas e organizando assassinatos e sequestros. A consequência foi uma contrarreação por parte dos xiitas, levando a uma violenta guerra civil sectária (TAKEIH, 2009, p. 252).

No âmago das preocupações iranianas está a desestabilização de suas fronteiras com o Iraque, o etnocídio do povo xiita e, majoritariamente, a instabilidade que uma guerra civil no Iraque causa para toda região. Todavia, existe também uma questão estratégica: após a queda do regime de Saddam, o Iraque se apresentou como o único país árabe com a possibilidade de ter um governo xiita, que provavelmente seria um importante aliado de Teerã. O grande objetivo de Teerã, então, é não só impedir que o Iraque volte a ser uma ameaça a sua segurança, mas também que justamente este país vire um aliado ideológico estratégico regional. Para que tal objetivo se concretize, é vital que o Iraque mantenha sua coesão territorial e que os grupos xiitas não percam sua capacidade de reagir perante os ataques sunitas (TAKEIH, 2009; LEVERETT; LEVERETT, 2012).

Para alcançar seus objetivos, o Irã escolheu a política contraditória de clamar por eleições que consigam acomodar os elementos sunitas responsáveis enquanto, ao mesmo tempo, subsidia milícias xiitas que tem a tendência de atuar contra sunitas através da violência e da desordem (TAKEIH, 2009, p. 252) <sup>46</sup>

Para tal fim, o Irã financia e provê armamentos a seus aliados xiitas com o intuito de assegurar que o regime que se instale no Iraque após o término da insurgência, compactue com os interesses iranianos e esteja disposto a se engajar com Teerã. Contudo, os EUA e seus aliados acusam o Irã de militarizar grupos insurgentes que atacariam tropas norte-americanas, afirmando que Ahmadinejad enviou tropas e armamentos à Bagdá a fim de desarticular a

---

a população islâmica iraquiana era forçada a se secularizar, o que não condizia com a cultura xiita (TAKEIH, 2009).

<sup>46</sup> Tradução nossa.

intervenção norte-americana.<sup>47</sup> O que cabe compreender aqui é que os interesses estratégicos iranianos em promover as milícias xiitas não visam necessariamente provocar uma confrontação com os EUA, mas sim manter a viabilidade das forças xiitas no combate, persuadindo o Iraque para sua zona de influência política, econômica e cultural (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 74-75; TAKEIH, 2009, p. 254).

O terceiro ponto central da política externa iraniana é a promoção de grupos *proxies* islâmicos, a fim de melhorar sua posição na balança de poder regional e internacional (LEVERETT; LEVERETT, 2012, p. 173). O interesse está em apresentar a oposição da República Islâmica à intervenção de potências estrangeiras na região, à hegemonia norte-americana no Oriente Médio e à ocupação de Israel em terras palestinas (LEVERETT; LEVERETT, 2012, p.175). Defendendo tais princípios, o Irã visa superar a divisão entre sunitas e xiitas e a sua diferenciação persa para se apresentar como um genuíno defensor das forças muçulmanas contra o imperialismo, o que lhe criaria um melhor espaço para concretizar suas ambições de potência regional (TAKEIH, 2009, p. 258).

Além das milícias xiitas iraquianas, o Irã assiste e promove outros grupos islâmicos revolucionários, mas os dois principais são o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, na Faixa de Gaza. Não cabe a este trabalho identificar as origens e as atuais condições de tais grupos, o primeiro xiita e o segundo sunita, mas é pertinente citar que ambos se originaram em resposta à invasão de Israel em seus territórios, sendo grupos armados que tem como função prioritária combater Israel, mas que atualmente apresentam também um sólido corpo político (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 100-101).<sup>48</sup> Ambos os grupos são, contudo, considerados pelos EUA e seus aliados, como grupos terroristas, principalmente devido ao posicionamento contrário ao Estado de Israel.

Segundo Takeih (2009), desde a origem da República Islâmica, valores ideológicos e estratégicos coincidiram para que o país produzisse uma inimizade perante Israel. Com a ascensão do conservador Partido Trabalhador em Israel nos anos 1990, o país começa uma forte campanha internacional para apresentar o Irã como uma ameaça global, vide seu fundamentalismo xiita; o Irã, por sua vez, passa a valer-se do que considera o ponto fraco de seu inimigo, a elaboração de um processo de paz com os árabes, acusando Israel de querer

---

<sup>47</sup> Em 2007, por exemplo, Washington afirmou que encontrou membros do exército iraniano atuando em facilidades no Iraque e que encontraram equipamentos de alta tecnologia militar nas mãos dos insurgentes que tiveram sua origem identificada com iraniana (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 106).

<sup>48</sup> O Hamas é uma organização política palestina que possui hoje um braço armado, um partido político e uma entidade filantrópica, sendo que venceu eleições de 2006 e 2007, quando, a partir de então, manteve o controle de Gaza. Já o Hezbollah, possui um braço armado, mas também é uma força política significativa no Líbano, sendo, desde 2008, membro de um governo de coalizão, além de possuir mais de dez representantes no parlamento e no gabinete do país e importante organização provedora de serviços sociais.



eliminar o povo palestino (PARSI, 2009, p. 77-78).<sup>49</sup> O comportamento de constantes acusações entre os dois países tornou-se ainda mais intenso com a ascensão de Ahmadinejad ao poder, que deixa claro, quando em palanque internacional, sua discordância com a própria existência de Israel.

O apoio bélico, tático e financeiro que o Irã dá a grupos de resistência proxies islâmicos tem suas raízes em prerrogativas ideológicas e estratégicas, mesmo que cause um atrito com a comunidade internacional. Ideologicamente, a República Islâmica busca incentivar revoluções semelhantes a sua em outros países. Estrategicamente, Teerã se firma como um forte defensor da causa muçulmana dentro do Oriente Médio frente ao imperialismo estrangeiro. Contudo, com a nova direita no poder, a retórica assaz hostil de Ahmadinejad, que chegou ao ponto de negar o holocausto judeu, acaba por apresentar o Irã como um ator muito radical, isolando-o mais ainda da comunidade internacional (TAKEIH, 2009, p. 260).<sup>50</sup>

Afirmamos que a nova direita de Ahmadinejad priorizou uma atuação internacional dogmática e confrontacionista a fim de fortificar a importância estratégica do país, em detrimento de questões domésticas e de crescimento e estabilização econômica. Durante os oito anos do governo de Ahmadinejad a economia do Irã passou por constantes quedas e desequilíbrios que levariam a um estrangulamento econômico do país. Para Cook e Roshandel (2009), o desempenho econômico do Irã reduziu-se durante o governo de Ahmadinejad, devido o aumento de sanções internacionais, má administração da economia e percepção internacional de que o Irã não era atrativo ao investimento do capital estrangeiro.

Ahmadinejad valia-se de um fervoroso discurso antiamericanista para que a culpa da queda dos índices econômicos recaísse sobre o isolamento internacional do país. Todavia é essencial reconhecer que a má performance econômica do país não derivava somente de fatores externos, mas também de má administração governamental e de pobre condução da política internacional. Mesmo sendo o segundo maior detentor de reservas petrolíferas do mundo, o Irã é dependente da importação de produtos derivados de petróleo e o setor importador concentra-se nas mãos de uma elite, sendo que grande parte da população é

---

<sup>49</sup> Para Israel, o apoio bélico de Teerã aos grupos Hamas e Hezbollah é extremamente perigoso a sua segurança, visto que considera tais grupos terroristas. Ademais, é por esses motivos que Israel se posiciona fortemente contrário a um Irã capaz de enriquecer urânio, visto que teme as consequências regionais e estratégicas de uma paridade nuclear no Oriente Médio e um possível acesso para esses grupos terroristas (PARSI, 2009, p. 84-89). Já o Irã insiste que o Hezbollah e o Hamas são legítimos combatentes das ocupações ilegais israelenses e que estão dentro de seu direito legítimo de defendê-los (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 100).

<sup>50</sup> Ahmadinejad possuía uma tendência à retórica radical em seus posicionamentos em organismos multilaterais que alarmava a mídia internacional e levou o Líder Supremo a tomar medidas de precaução. Em 2006, o Aiatolá Khamenei criou um novo órgão no governo, o Conselho Estratégico para Relações Internacionais (SCFR), a fim de especificamente balancear possíveis danos advindos do inexperiente aparato de política internacional de Ahmadinejad (COOK; ROSHANDEL, 2009, p 52).

dependente de subsídios governamentais (COOK; ROSHANDEL, 2009, p.50-54). Todavia, o principal baque à imagem do governo Ahmadinejad foi a eleição presidencial de 2009, que causou, pela primeira vez desde instaurado, fortes tensões sob o regime (COOK; ROSHANDEL, 2009, p.50).

No momento em que Ahmadinejad foi anunciado vencedor das disputas eleitorais de junho de 2009, o candidato da oposição, o moderado Houssein Mousavi, que já havia se declarado como vitorioso, passou a questionar os resultados, demandando recontagem e acusando fraude eleitoral. Nos dias seguintes ao anúncio, espontâneas manifestações nas ruas de Teerã esbravejavam “onde está o meu voto?” levando enormes massas populares às ruas (DABASHI, 2013). Tais manifestações passaram a ser conhecidas como o Movimento Verde, que demandava uma revisão do resultado das eleições e exigia seu direito de se manterem na rua até tal revisão ser efetivado (TAFESH, 2012).

Segundo Parsi (2009, p. 70), é infundável o debate sobre se a eleição foi fraudulenta ou não, visto o grau de polarização que há dos dois lados. Contudo é inegável que a eleição foi repleta de irregularidades. Mousavi chegou a se encontrar com o Aiatolá Khamenei, reclamando por uma nova contagem de votos, mas dois dias após o resultado, Khamenei já havia endossado a vitória de Ahmadinejad; neste ponto, as manifestações avançaram de pacíficas para demonstrações em massa de desobediência civil em diversas cidades do país (LEVERETT; LEVERETT, 2012, p. 479).

Milhares de iranianos foram às ruas e o embate com a polícia causou, já no primeiro dia, mais de dez mortos e 450 presos (PARSI, 2009, p. 254). A ação truculenta da polícia contra os manifestantes se manteve e começaram a surgir relatos de massivos abusos de direitos humanos, incluindo estupro e assassinatos nas superpopulosas prisões e nas universidades pró-Mousavi (PARSI, 2009, p. 200). Todos os líderes do movimento foram presos, inclusive Mousavi, que foi posto, junto com sua família, em prisão domiciliar (DABASHI, 2013). Aos poucos, ficou claro para os líderes das manifestações que eles não atingiriam suas demandas, que Ahmadinejad havia sido eleito e que possuía o apoio não só do Líder Supremo, mas também de todas as instituições oficiais (IDEM). Inclusive renomadas figuras políticas moderadas, como Khatami e Rafsanjani, sistematicamente foram abandonando a defesa do Movimento Verde e aceitando a vitória da situação (TAFESH, 2012).

O Movimento Verde teve importante significado internacional. Durante todo o mês de junho, o Irã era pauta central das mídias ocidentais, que apresentavam o movimento de uma maneira romântica, como o momento em que o povo demonstrava estar exausto de seu regime

opressor (LEVERETT; LEVERETT, 2012).<sup>51</sup> Pelo contrário, as manifestações não objetivavam derrubar o regime político vigente, nem tinham desejo de serem vinculadas aos interesses do Ocidente ou dos EUA (PARSI, 2009, p. 206). Mesmo assim, não só as manifestações, como principalmente a reação da polícia e as violações de direitos humanos relatados foram diretamente associadas ao perfil radical de Ahmadinejad e serviram para isolar ainda mais o Irã no cenário internacional (LEVERETT; LEVERETT, 2012). Como já citado, para Obama as consequências do Movimento Verde serviram como uma pá de cal em suas ambições de engajamento diplomático com o Irã (PARSI, 2009, p. 221).

A crescente pressão do Congresso por intensificação das sanções econômicas dividia a Casa Branca, que se via forçada a abrir mão de seu projeto de dupla abordagem e apoiar um novo pacote de sanções.<sup>52</sup> A preferência da Casa Branca foi, primeiro, impor mais sanções através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para, depois, organizar sanções adicionais unilaterais. Vale destacar que, no âmbito político doméstico norte-americano, não havia mais espaço para buscar a via diplomática sem antes aplicar novas sanções: a margem de manobra de Obama havia se esgotado diante as pressões advindas do Congresso, do lobby israelense, das consequências do Movimento Verde e da repudia internacional a Ahmadinejad, sendo que, na percepção da Casa Branca, qualquer acordo com o Irã que fosse orquestrado antes de novas sanções iria causar desafios domésticos diretamente a Obama (PARSI, 2009, p. 369-372).

Em uma análise dos efeitos das sanções norte-americanas ao Irã, Cordesman, Coughlin-Schulte e Gold (2013) afirmam que, mesmo sendo impossível apresentar números exatos, devido à dificuldade de arrecadar dados e informações, as sanções internacionais estão tendo cada vez mais impactos negativos sob a economia do Irã. Os autores dividem o histórico das sanções em dois tempos, de 1980 a 2009 e de 2009 em diante, devido à diferenciação de intensidade dos efeitos sob o Irã. Na primeira fase, os EUA impuseram uma série de sanções unilaterais direcionadas a embargar a venda internacional de armamentos e alguns setores econômicos do país, visto que considerava o Irã um dos principais

---

<sup>51</sup> Quando nos valem do termo “mídia internacional ocidental” deve-se levar em conta a força das mídias norte—americanas e britânicas no que tange a capacidade de difundir e propagar opiniões sobre temas de Relações Internacionais, não ignorando a autoridade das outras mídias.

<sup>52</sup> Naquela conjuntura, mesmo que se opor às sanções pudesse ser uma boa política para a geoestratégia do Golfo Pérsico, era uma má política doméstica, pois teria um enorme custo político ao presidente perante o Congresso, o que poderia lhe prejudicar nas próximas eleições legislativas (PARSI, 2009, p. 244-245).

patrocinadores o terrorismo internacional (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013, p. 36-37).<sup>53</sup>

Já a administração Obama drasticamente aumentou o tamanho e o escopo das sanções, no total, desde 2009 até junho de 2013, foram cinco leis outorgadas.<sup>54</sup> A diferenciação das sanções a partir de Obama é que essas focaram em isolar o Irã economicamente ao transformar em alvo os setores financeiro e comercial do país. Resumidamente, os novos pacotes de Obama atingiam qualquer pessoa que faça um investimento maior de U\$ 20 milhões na indústria petroléira do Irã ou que proveja a tal setor algum bem, serviço ou informação, além de embargar transações internacionais no setor bancário e autorizar o bloqueio de transferências de capitais e bens de iranianos nos EUA. Em sequência, a União Europeia e o Conselho de Segurança da ONU aplicariam novas sanções adicionais mais abrangentes, percebendo-se, então, uma convergência internacional de opiniões que produziu um alto grau de cooperação para pressionar o Irã.<sup>55</sup> Muitos aliados norte-americanos, inclusive vizinhos de Teerã, passam a orquestrar sanções unilaterais próprias aos moldes dos EUA (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013, p. 38-49).

O cenário econômico iraniano, a partir de 2010, mostrou-se preocupante: cresceram índices de inflação e desemprego, a moeda nacional passou por má valorização, a produção nacional apresentou quedas generalizadas e o país passou a ser o mais afetado por fuga de cérebros do mundo. O principal impacto das sanções econômicas tem sido, principalmente, sobre a capacidade do Irã de produzir petróleo: o Departamento do Tesouro norte-americano anunciou, em setembro de 2012, que se estimava uma queda anual das exportações iranianas de petróleo de 2.4 mil barris, para 1 milhão, o que indicava um custo de U\$ 5 bilhões ao mês (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013, p. 32).

Sanções e embargos possuem quatro principais efeitos sobre a renda do Irã: sua habilidade de explorar suas reservas ao desenvolver novas facilidades, através de

---

<sup>53</sup> *Executive Order 1270* (1979); *Executive Order 12205* (1980); *Executive Order 12211* (1980); *Us Arms Exports Control Act* (1986); *Executive Order 12613* (1987); *Iran-Iraq Arms Non-Proliferation Act* (1992); *Executive Order 12957* (1995); *Executive Order 12959* (1995); *Iran and Libya Sanctions Act* (1996); *Iran Nonproliferation Act* (2000); *Executive Order 13382* (2005); *Iran, North Korea, and Syria Nonproliferation Act* (2006) e *Iran Freedom Support Act* (2006).

<sup>54</sup> *Comprehensive Iran Sanctions, Accountability, and Divestment Act of 2010* (2010); *FY 2012 National Defense Authorization Act, section 1245* (2011); *Iran Threat Reduction and Syria Human Rights Act* (2012); *FY 2013 National Defense Authorization Act, subtitle D- "Iran Freedom and Counter-Proliferation Act of 2012"* (2013) e *Executive Order 13645-Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Iran Freedom and Counter-proliferation Act of 2012 and Additional Sanctions with Respect to Iran* (2013).

<sup>55</sup> Por parte da União Europeia, a partir de 2009, houve as seguintes sanções: *Council Decision 2010/413/CFSP* (2010); *Council Decision 2011/235/CFSP* (2010); *Council Decision 2012/35/CFSP* (2012); *Council Decision 2012/168/CFSP* (2012); *Council Decision 2012/152/CFSP* (2012) e *Council Decision 2012/635/CFSP* (2012). Já as sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU sobre o Irã foram: *Resolution 1737* (2006); *Resolution 1747* (2007); *Resolution 1803* (2008) e *Resolution 1929* (2010).

renovação tecnológica; sua habilidade de manter ou aumentar os índices de produção; sua habilidade de aumentar a capacidade de exportação; e sua habilidade de criar novas capacidades de refinar a fim de reduzir sua dependência de importação de produtos refinados e conseguir maior valor agregado a suas exportações de petróleo endógenas (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013, p. 18).<sup>56</sup>

Visto que o país tem em torno de 70% de suas finanças advindas das exportações de petróleo, afirmou-se que setores chaves da economia iraniana estão sendo afetados com as sanções: além da crescente inflação que prejudica o mercado e a sociedade, diminuindo o acesso e aumentando o preço de alimentos e produtos agrícolas, os embargos diminuem a disponibilidade de capital de giro, dificultando as atividades de grandes mercados, bancos nacionais e até o setor manufatureiro. Relatos sugerem que muitos dos iranianos, principalmente da classe média, associaram as dificuldades econômicas advindas das sanções com a atuação internacional imprudente de Ahmadinejad. O presidente foi eleito sob uma plataforma de redistribuição do dinheiro advindo do petróleo para a sociedade, todavia, em seus dois governos, houve hiperinflação, corte de subsídios, massiva desvalorização da moeda, falência de pequenas e médias indústrias e empresas e aumento de desemprego (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013, p. 74-87). Seu último governo, então, foi marcado por um crescente descontentamento doméstico com suas políticas e maior isolamento internacional.

### **3.3 Conclusões Parciais:**

O que objetivamos apresentar nesse capítulo é que, tanto para os EUA, quanto para o Irã, existem razões para uma alteração da política tomada até então no relacionamento estudado. No caso dos EUA, defendemos que o país não conseguiu elaborar uma grande estratégia para o Golfo Pérsico desde o fim da Guerra Fria, tomando atitudes reativas frente aos acontecimentos da região, que é de suma importância para a manutenção de seu status quo no sistema internacional. Para Mearsheimer (2011, p.31), o governo de Barack Obama deveria, em termos gerais, se concentrar em manter sua influência em regiões centrais para sua política internacional – Europa, Golfo Pérsico e Nordeste Asiático –, evitando que outro país venha a dominar tais regiões. Esse comportamento se encaixaria no perfil de balanceamento *offshore*, condizente na teoria de balança de poder.

Ademais, o interesse norte-americano de fazer um pivô estratégico para a região da Ásia-Pacífico será possível caso os EUA encontre uma maneira de estabilizar a região do Golfo Pérsico, visto a dificuldade estratégica que se apresentaria para o país a situação de atuar nos dois campos concomitantemente. Já no caso iraniano, afirmamos que a ascensão da

---

<sup>56</sup> Tradução nossa.

nova direita, com retórica radical, causou uma intensificação do isolamento do país no cenário internacional. O governo Ahmadinejad assumiu uma diplomacia confrontacionista que impossibilitou qualquer abrandamento nas relações internacionais do país com o Ocidente. Também é em seu governo que o país passa por crescente crise econômica e estrangulamento externo, o que causa descontentamentos internos.

Afirmamos que, se os dois primeiros presidentes iranianos indicaram interesse em abrandar as relações com os EUA durante seus governos e não receberam uma resposta positiva por parte dos norte-americanos, no governo Ahmadinejad se passou o oposto. Mesmo que, pela primeira vez, houve um claro interesse por parte do governante de Washington em se engajar diplomaticamente com Teerã, o posicionamento radical do presidente iraniano não possibilitou que tal situação se consolidasse, devido à desconfiança que gerava entre os tomadores de decisão internacionais. Segundo Parsi (2009), há uma inimizade institucional entre EUA e Irã que tende que as considerações políticas domésticas triunfem sobre os imperativos estratégicos e que, qualquer processo de engajamento entre os dois países deve se dar com extrema cautela e de maneira gradual. De qualquer maneira, é importante destacar o caráter inédito do posicionamento de Obama em prol de maior engajamento, assim como é visível que o estrangulamento econômico do Irã, durante o governo Ahmadinejad, pode indicar um esgotamento da política confrontacionista.

## 4. CONJUNTURA

Para definir a atual conjuntura das relações entre Estados Unidos da América e a República Islâmica do Irã, utilizaremos como marco definidor a eleição presidencial iraniana em 2013, que elegeu Hassan Rouhani. Determinamos que esse será o marco da análise conjuntural porque, em seu projeto de governo, Rouhani apresentou a política externa como uma questão chave a ser reorganizada. Dessa maneira, o presente capítulo visa compreender o contexto doméstico em que ocorreu a eleição de Rouhani e quais são suas principais preocupações e propostas no que tange as relações internacionais nos âmbitos regional e internacional. Visto que, conforme apresentado até então neste trabalho, as relações entre Irã e EUA influenciam e são influenciadas por uma complexa interconexão de fatores dos níveis doméstico, regional e internacional, portanto, cada seção do presente capítulo corresponde a um dos níveis.

### 4.1 Nível Doméstico: a eleição de Rouhani

Conforme apresentado no capítulo anterior, no fim dos dois mandatos de Mahmoud Ahmadinejad, o Irã se encontrava em difíceis condições econômicas, intensificadas pela crise econômica internacional de 2008 e pela queda do preço do petróleo a partir desse período, que foram deixando o país em uma situação de altos índices de desemprego e de inflação. Além disso, Ahmadinejad se viu, também, cada vez mais isolado politicamente, perdendo uma parcela de seus tradicionais aliados políticos e somando desentendimentos com o clérigo islâmico. Se, em 2009, Khamenei escolheu defender Ahmadinejad durante o Movimento Verde, já, em 2011, começaram a aumentar as tensões entre o presidente e a ala política clerical do país, que proliferando acusações de ambos os lados, afetando diretamente o relacionamento entre Ahmadinejad e o Líder Supremo (VISENTINI, 2012).

A tendência dentro do governo iraniano é que disputas entre o presidente, o Líder Supremo, o parlamento e o corpo jurídico sejam resolvidas de maneira interna, não se tornando públicas (MILANI, 2011). Todavia, Ahmadinejad iniciou, a partir de 2011, a criticar publicamente membros do parlamento e do corpo jurídico, acusando os de antiéticos e de corruptos, levando a vários desentendimentos destes com o executivo.<sup>57</sup> Também tornaram-se constantes acusações entre o executivo e o judiciário, o que levou muito dos políticos conservadores a criticar o posicionamento afrontoso de Ahmadinejad (DEHGHANPISHEH,

---

<sup>57</sup> Khamenei e Ahmadinejad se desentenderam publicamente na primavera de 2011, quando o presidente destituiu do cargo o Ministro da Inteligência Heydar Moslehi, aliado próximo do Líder Supremo, que, por sua vez, a fim de mostrar sua autoridade, restituiu o cargo a Moslehi sem previamente avisar o presidente. Tal fato levou Ahmadinejad a boicotar reuniões do gabinete por mais de uma semana (DEHGHANPISHEH, 2012).

2012). Em setembro de 2013, Ahmadinejad e o presidente do parlamento, Ali Larijani, vinculado à elite política conservadora clerical, trocaram provocações e ofensas diretas dentro do parlamento o que alijou ainda mais o apoio da nova direita no governo iraniano (DEHGHAN, 2013b). O que se viu então, prestes a eleição presidencial, foi um crescente esfacelamento da aliança entre o clérigo e novos conservadores vinculados à Ahmadinejad (MILANI, 2011). Dessa maneira, As possibilidades da nova direita de manter-se no poder pareciam bastante pequenas (DEHGHANPISHEH, 2012).<sup>58</sup>

Dentre os candidatos à presidência, Hassan Rouhani, um clérigo considerado centro direita e moderado, tornou-se o novo presidente iraniano com 51% dos votos – uma cifra bastante alta se considerado o número de candidatos que concorriam no primeiro turno. A candidatura de Rouhani possuía amplo apoio entre a elite política iraniana, principalmente entre os pragmáticos e os reformistas (Khatami e Rafsanjani apoiaram), além de contar com o explícito apoio do Líder Supremo e dos simpatizantes do Movimento Verde de 2009 (MALONEY, 2013a). Acreditou-se que Rouhani, veterano negociador internacional e próximo aliado de Khamenei, teria a habilidade de unificar os interesses dos ortodoxos conservadores e dos grupos mais liberais, sendo que sua campanha prometia trazer maior racionalidade ao sistema político do país, formando um pacto entre as facções políticas (MALONEY, 2013b; MILANI, 2013c).

Rouhani é realista o suficiente para saber que nenhuma facção no sistema altamente polarizado do Irã é capaz de alcançar uma agenda para si sem cooptar outros grupos. Nos últimos 16 anos, ele percebeu que tanto as facções reformista, com o presidente Mohammad Khatami, quando a conservadora, sob o presidente Mahmoud Ahmdinejad, tentaram conseguir [alcançar uma agenda política] sozinhas. Nos dois casos, isso só levou a tensões e fissuras dentro da elite. É por isso que Rouhani prometeu formar um gabinete inclusivo que atrairia os mais qualificados tecnocratas e todas as facções (MILANI, 2013c).<sup>59</sup>

De acordo com Milani (2013a), Hassan Rouhani organizou uma campanha fortemente iconoclasta que galvanizava o interesse do povo por mudanças. Sendo um dos únicos candidatos mais próximos das ideias reformistas – vale lembrar que os líderes do Movimento Verde continuavam presos e por isso não concorreram nestas eleições – Rouhani tinha a seu favor o descontentamento do povo iraniano com o governo da nova direita, visto que esse era diretamente associado à inflação, à crise econômica, à repressão policial durante as

---

<sup>58</sup> Vale lembrar que a lei iraniana impede que um presidente concorra ao terceiro mandato consecutivo e que o candidato que Ahmadinejad tinha indicado que iria apoiar, Esfandiar Rahim Masheie, chefe de *staff* de seu governo, não teve sua candidatura aprovada pelo judiciário. No Irã, inúmeros candidatos se inscrevem para concorrer a uma eleição, todavia, primeiramente, essas candidaturas são filtradas dentro do judiciário para, depois, tornar-se oficial.

<sup>59</sup> Tradução nossa.



manifestações e ao aumento das sanções econômicas internacionais (MALONEY, 2013b). Dessa maneira, a pauta central da plataforma eleitoral de Rouhani foi: (i) contornar a instabilidade e crise econômica e (ii) reabilitar a política externa do país, neutralizando os danos causados pelo posicionamento confrontacionista de Ahmadinejad.

Após a vitória, a Rouhani foi permitido espaço para instalar um gabinete mais progressista, que abarcava especialistas das diversas facções políticas (MALONEY, 2013a). Os objetivos de organizar tal tipo de gabinete era evitar que se passasse em seu governo duas características que minaram os governos de Khatami e de Ahmadinejad. Por um lado, podemos concluir que chamar especialistas e tecnocratas para montar seu governo visava fugir do erro feito pela administração da nova direita, visto que Ahmadinejad foi acusado de montar um gabinete com somente seus aliados políticos que se demonstrava fraco e com dificuldades de governar. Por outro lado, montar um governo com participação de todas as elites políticas visava controlar a ação retalhadora das oposições e a desconfiança por parte do Líder Supremo, algo que aconteceu durante o governo de Khatami, cujas políticas com tendências muito reformistas geravam suspeitas entre os conservadores.

Em sua campanha política, Rouhani deixou claro que uma readaptação da política externa do país, tornando-a mais apta a interagir com o sistema internacional, era plano central de seu projeto de governo. De uma maneira realista, o candidato reconhecia que o melhoramento da economia do país só viria com um abrandamento das sanções econômicas, que estavam privando o país de crescer e modernizar-se (MILANI, 2013c). Todavia, para aliviar as sanções o Irã deveria reorientar sua política perante o assunto mais sensível ao cenário internacional – e aos EUA – que era a questão nuclear. Rouhani elaborou um discurso que agradava a população iraniana, pois criticava a política internacional de Ahmadinejad, afirmando que esta teria aumentando a vulnerabilidade do país e, assim, defendendo um abrandamento das relações com o Ocidente (MALONEY, 2013b).<sup>60</sup>

O Ministro das Relações Exteriores iraniano, Javad Zarif (2014), afirmou que o governo Rouhani permanecerá fiel aos princípios de preservação da independência do país, de alcance de desenvolvimento nacional sustentável e de melhoria das relações com os vizinhos muçulmanos, mas que visará, também, focar nas questões litigiosas do cenário internacional, a fim de reduzir tensões com diversos países. Segundo ele,

A plataforma de política externa de Rouhani foi baseada em uma crítica sábia, sóbria e íntegra da condução de política exterior durante os

---

<sup>60</sup> O principal candidato da nova direita, Saeed Jalili, ao contrário, apoiava o status quo das relações internacionais iranianas, prometendo resistir às investidas ocidentais (MALONEY, 2013b).

precedentes oito anos da administração prévia. Rouhani prometeu remediar a inaceitável condição das relações através de uma grande revisão das relações internacionais do país. As mudanças que ele propôs demonstraram uma compreensão realista da ordem internacional contemporânea, dos desafios externos atuais que a República Islâmica enfrenta e da necessidade de restaurar as relações do Irã com o mundo a um estado de normalidade. Rouhani também clamou por um discurso de ‘moderação prudente’. Essa visão objetiva mover o Irã para longe da confrontação e em direção ao diálogo, à interação construtiva e ao entendimento, sempre com atenção a salvaguardar a segurança nacional, elevando o status do Irã, e alcançando um desenvolvimento compreensivo de longo prazo (ZARIF, 2014).<sup>61</sup>

Dentro dos interesses de diminuir o isolamento internacional do Irã e alcançar um consenso internacional sobre o projeto nuclear do país, Rouhani passou, logo após ser eleito, a indicar sua disposição em iniciar o processo político com os EUA a fim de negociar o projeto, prometendo uma diplomacia mais ativa e comprometida com os esforços necessários para construir confiança e transparência (MILANI, 2013b). Segue um exemplo de discurso no qual Rouhani demonstrou sua vontade política de abrandar relações com os EUA:

Nós estamos considerando como reconstruir e melhorar nossas relações bilaterais e multilaterais com os países europeus e norte-americanos, na base do respeito mútuo. Isso requer um abrandamento das tensões e a implementação de uma abordagem compreensiva que inclua alianças econômicas. Nós podemos começar ao evitar novos constrangimentos nas relações entre Irã e EUA e, ao mesmo tempo, esforçar-nos para eliminar as inerentes tensões que continuam a deteriorar a relação entre esses dois países. Mesmo que não possamos ser capazes de esquecer as suspeitas e desconfianças que tem assombrado o pensamento iraniano sobre os governos norte-americanos nos últimos 60 anos, agora nós devemos focar no presente e olhar para o futuro (ROUHANI, 2014).<sup>62</sup>

É possível afirmar que esse posicionamento de Rouhani recebeu o aval do Líder Supremo, uma vez que esse lhe deu ampla liberdade sob a política externa do país. O Aiatolá Khamenei chegou a declarar que o Irã estaria pronto para mostrar uma “flexibilidade heroica” em negociar com o Ocidente, designando a Rouhani a total autoridade para negociar internacionalmente (MILANI, 2013a). Khamenei estaria buscando maior pragmatismo nas relações internacionais iranianas: ainda comprometido em manter a ideologia do país no sistema político, o Aiatolá estava ciente da importância de bons laços com os EUA, priorizando uma relação de benefícios mútuos em determinados temas os quais há confluência de interesse (GANJI, 2013) (comportamento característico de *bandwagoning* seletivo).

Rouhani só poderá cumprir tais promessas de abertura se tiver o apoio do Líder Supremo e também se conseguir manter a coalizão política que formulou em sua candidatura – que aliou religiosos aos reformistas e aos pragmáticos e isolou a nova direita. Conforme já

---

<sup>61</sup> Tradução nossa.

<sup>62</sup> Tradução nossa.

explicado no trabalho anteriormente, o espectro político doméstico iraniano, repleto de facções políticas, pode causar sérios danos à política internacional do país. Visto que Rouhani conseguiu acoplar a maior coalizão entre facções da história do Irã, ele precisa fazer proveito de tal situação para concretizar seus objetivos com o mínimo de oposição interna (MILANI, 2013b). Dessa forma, um dos principais desafios de Rouhani será encontrar o caminho que leve às reformas e às adaptações sem desestabilizar o regime ao perder o apoio dos conservadores e, principalmente, de Khamenei. Por parte de Khamenei, podemos afirmar que o Aiatolá não tem interesse em um conflito direto com o Ocidente, mas também não almeja parecer suplicante aos EUA, à maneira tal qual ocorreu durante o governo Khatami (GANJI, 2013).

Para o Ocidente, foi uma positiva surpresa a vitória do candidato que era mais propenso a reformas, visto que a maioria das pesquisas e dos cenários políticos elaborados pelos estudiosos sobre Irã não apresentavam Rouhani como um dos possíveis candidatos vitoriosos (LEVERETT; LEVERETT, 2013a). De uma maneira geral, a mídia ocidental demonstrou otimismo perante a eleição de Rouhani, indicando que a substituição de um presidente radical por um moderado poderia ser benéfica para a resolução internacional da questão nuclear.<sup>63</sup> Segundo Maloney (2013b), para Washington a eleição de Rouhani significou uma confirmação de que sua estratégia está, em certa instância, funcionando, pois demonstra que há, dentro dos grupos políticos iranianos, uma vontade política de negociar a questão nuclear com o Ocidente. Ademais, o fato de Rouhani – à diferença de Khatami – ter se eleito com amplo apoio político, através de uma coalizão entre reformistas, pragmáticos e a alta cúpula clerical, incluindo Khamenei, gera um importante sentimento de otimismo. Segundo Fisher (2013), diversos analistas norte-americanos especializados em Irã consideraram que Rouhani se apresentaria como o melhor candidato – dentre os que concorriam – para amenizar as relações com o Ocidente e, até, alcançar um acordo nuclear.

Diferentemente de Ahmadinejad, que quando eleito, era certamente desconhecido no cenário internacional, Rouhani é representante do Irã na arena global desde os primeiros anos da República, sendo conhecido como importante negociador e forte aliado do Aiatolá Khamenei. Ele foi secretário do Conselho de Segurança Nacional do Irã por 16 anos, tendo

---

<sup>63</sup> Encontramos, em vários grandes veículos internacionais ocidentais midiáticos notícias com um tom positivo frente os resultados da eleição. Selecionados alguns a fim de exemplificar: <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/06/15/irans-next-president-hassan-rouhani-seen-as-best-hope-for-ending-nuclear-standoff-with-west/>, [http://www.nytimes.com/2013/07/27/world/middleeast/president-elect-stirs-optimism-in-iran-and-west.html?pagewanted=all&r=0#h\[\]](http://www.nytimes.com/2013/07/27/world/middleeast/president-elect-stirs-optimism-in-iran-and-west.html?pagewanted=all&r=0#h[]), <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-22916174>, <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-22916174>, <http://edition.cnn.com/2013/06/15/world/meast/iran-elections/> e <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/15/iran-presidential-election-hassan-rouhani-wins>.

participado dos grupos que negociaram o acordo secreto entre Irã, Israel e EUA, conhecido como Irã-Contras, mantiveram a neutralidade do país quando o Iraque invadiu o Kuwait, organizaram a autorização do uso de seu espaço aéreo aos norte-americanos e a assistência humanitária durante os conflitos com Iraque e Afeganistão e elaboraram o apoio imediato iraniano aos EUA após os ataques de 11 de setembro (ERDBRINK, 2013).

Em seu primeiro discurso para na Assembleia Geral das Nações Unidas, Rouhani declarou que o Irã estava totalmente preparado para resolver a disputa nuclear com o Ocidente, e Obama, em seu discurso na mesma plataforma, indicou que os interesses dos EUA eram recíprocos, enfatizando que seu país não buscava mudança de regime em Teerã e que, no momento em que a disputa nuclear fosse resolvida, os países poderiam iniciar um novo tipo de relacionamento (MILANI, 2013b). O tom otimista de ambas as partes é acompanhado na maioria das vezes por cautela: “nós estamos contentes com suas palavras positivas, mas estamos ansiando por ações que realmente indiquem o desejo de negociar seriamente com o P5+1” disse o oficial chefe da administração norte-americana em uma conferência logo após a eleição” (ROZEN, 2013).<sup>64</sup> Por mais que seja indicado que vão ocorrer avanços nas relações entre os países, é inegável que existe, devido ao longo histórico de legítimos, desconfiança por parte dos dois governos.

Apresenta-se claro que o novo presidente não possui nenhum interesse em abandonar os princípios-chaves da política externa iraniana (defesa de um projeto nuclear pacífico, estabilidade do Iraque e apoio a grupos proxies de resistência islâmica). Os EUA deveriam entender tal posicionamento do Irã antes de iniciar qualquer negociação com o país, fim de que as negociações tenham chances de prosperar. Ademais, a presente aliança entre a elite política iraniana é frágil devido sua alta fragmentação e, por isso, Rouhani deverá ter grande cautela para liderar futuras negociações com o Ocidente. Dessa forma, os EUA precisariam compreender que qualquer engajamento com o Irã deverá ser um processo gradual e que Rouhani precisará demonstrar aos iranianos, a fim de manter sua coesão política, que ele pode produzir recompensas tangíveis para suas investidas diplomáticas, ou seja, é necessário que qualquer concessão por parte do Irã na questão nuclear seja respondido com algum alívio das pressões internacionais (MALONEY, 2013b).

---

<sup>64</sup> Tradução nossa.

## 4.2. Nível Regional: a Primavera Árabe e a recente onda de instabilidade na região

Rouhani e Obama assumiram seus governos em um período em que ocorreu uma inédita onda de protestos na região do Oriente Médio, iniciada em 2010, que tem afetado grande parte do mundo árabe. A chamada Primavera Árabe corresponde a diversos protestos e manifestações populares que desafiam os regimes políticos em quase todos os países árabes, do Norte da África ao Golfo Pérsico, que, com massiva participação de jovens e de redes sociais, visam derrubar governos que estavam no poder há muito tempo e que não lhe pareciam mais representativos (KAHL; LYNCH, 2013; VISENTINI, 2012).<sup>65</sup>

A subelevação chamada ‘Primavera Árabe’ transformou as políticas da região no início de 2010. Começando no Norte da África e se espalhando para o Levante, alcançou o Golfo em questão de meses. Tunísia, Egito, Líbia, Síria e depois Bahrein e Iêmen foram envolvidos, testando as afinidades políticas e culturais desses Estados. Mesmo que nenhuma única ideologia ou grupo transnacional tivesse endossando todos esses eventos, eles foram agrupados porque tinham bastante em comum, contestando circunstâncias similares como repressão política, corrupção, governos ineficientes e desemprego entre a população jovem urbana. As demandas também eram bastante semelhantes: respeito e dignidade aos cidadãos, direitos humanos, trabalhos e governos efetivos, representativos e legítimos. As soluções ou respostas às essas demandas, todavia, necessariamente dependeriam das condições locais ou individuais (CHUBIN, 2012, p. 15).<sup>66</sup>

Simbolicamente, as revoltas começaram na Tunísia, quando um jovem ateou fogo em si próprio após uma repressão policial. Logo, surgiram manifestações no Egito, a fim de derrubar o governo autoritário de Mubarak, que estava no poder desde 1981, desencadeando manifestações em outros países árabes. Em menos de um ano, a Primavera Árabe teve a capacidade de profundamente alterar dinâmicas regionais, percepções de ameaças internas e externas e o papel de diferentes atores políticos (KAHL; LYNCH, 2013). Vale lembrar que a crise não é só política, mas também econômica, sendo que em todos os países afetados pelas revoltas sofreram previamente um grave aumento dos preços em geral, potencializados pela crise econômica mundial de 2008 (VISENTINI, 2012). Entretanto, para Visentini (2012) restam ainda muitas dúvidas se tais manifestações representam de fato uma nova era de superação dos regimes autoritários, ou se, na verdade, significam mais uma onda de periódicas explosões populares, não alterando o *modus vivendi* da região.

---

<sup>65</sup> Chamadas de Revoluções Coloridas e de Primavera Árabe em analogia à Primavera dos Povos europeia, de 1848 visto que há semelhanças, já que indicam uma explosão de um povo desgostoso com o regime vigente e indicando uma crise generalizada. À semelhança da Europa de 1848, mesmo que cada país possua uma realidade e motivação específica, os anseios populares contra os regimes políticos e as condições de vida são acompanhados por uma silenciosa transformação da sociedade, fatores que são indispensáveis para a eclosão de mobilizações de tal magnitude (VISENTINI, 2012, p. 127).

<sup>66</sup> Tradução nossa.

De fato, as reações nos países têm sido distintas, assim como o comportamento da opinião internacional perante elas. Egito, Líbia, Iêmen e Tunísia experimentaram turbulentas transições de governos autoritários, sendo que no Egito e na Tunísia a mudança ainda é superficial e o Iêmen e a Líbia (essa última que sofreu intervenção de tropas da OTAN em 2011) estão submergidos em graves guerras civis. Na Jordânia, no Marrocos e no Omã os protestos conseguiram lograr produtivos passos em direção à reforma política e transição de governo. Já manifestações do povo de maioria xiita no Bahrein foram duramente reprimidos pelas forças governamentais (com apoio da Arábia Saudita) e a Síria, o Iraque e o Afeganistão estão mergulhados em conflito sectário, sendo que na Síria a guerra civil entre opositores do governo de Assad e as forças pró-governamentais estende-se há três anos, com mais de 190 mil mortos (KAHL; LYNCH, 2013; VISENTINI, 2012).<sup>67</sup>

Conforme já tratado anteriormente neste trabalho, tanto para o Irã, quanto para os Estados Unidos, o alcance e a manutenção de uma estabilidade no Golfo Pérsico – e, por consequência, no Oriente Médio – são essenciais para suas estratégias de expansão internacional. Queremos indicar, nesta sessão, que as reações do Irã e dos EUA perante os acontecimentos da Primavera Árabe tiveram, até então, um caráter reativo, muitas vezes contraditório e não demonstrando uma abordagem estratégia bem definida (KITCHEN, 2012; CHUBIN, 2012).

A Primavera Árabe provavelmente deixará a região ainda mais complicada; algumas estruturas estatais já estão bastante ameaçadas, como na Síria, Líbia e Iêmen, mas também potencialmente no Iraque e no Líbano. Qualquer que seja a eventual forma ou orientação dos regimes no Egito, Líbia, Tunísia, Iêmen e Síria, eles vão, sem dúvida, ser mais independentes, menos maleáveis, nacionalistas e localmente preocupados (CHUBIN, 2012, p. 6).<sup>68</sup>

Para o Irã, afirma-se que os acontecimentos da Primavera Árabe aumentaram os constrangimentos regionais para o país, além de ter enfraquecido seu único parceiro político no mundo árabe, a Síria, e dificultado suas relações com o Hamas, um de seus principais aliados proxies (CHUBIN, 2012; KAYE; WEHREY, 2011).<sup>69</sup> A resposta inicial do Irã aos acontecimentos foi, por um lado, positiva, pois parecia indicativo de um enfraquecimento de alguns governantes árabes em prol de um revisionismo islâmico, e, por outro lado, Teerã se

---

<sup>67</sup> Dado fornecido em 22 de agosto de 2014 pela ONU. Ver mais em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140822\\_siria\\_mortos\\_hb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140822_siria_mortos_hb)

<sup>68</sup> Tradução nossa.

<sup>69</sup> No Oriente Médio, chama-se de “eixo de resistência” a aliança entre Irã, Síria, Hezbollah e Hamas, sendo esse considerado a esfera de influência sob a liderança do Irã. Também referido como o “Crescente Xiita”, esse eixo tem uma importância chave na percepção securitária do Irã, servindo como material ideológico pra a profundidade estratégica do país. Irã tem o interesse de se retratar como um líder das forças radicais a fim de fortificar seu poder e promover suas ambições regionais (GUZANSKY; LIDENSTRAUSS, 2013).

mostrava temerosa perante um possível incremento das tensões na região.<sup>70</sup> Segundo Chubin (2012), consequências como o aumento da polarização entre grupos sectários religiosos, a redução da força do enfrentamento árabe contra Israel e a emergência de um modelo árabe de islã politizado (a dessemelhança do modelo iraniano) são as principais preocupações iranianas. Devido a estas preocupações, a reação do Irã foi genericamente reativa, indicando confusão e inconsciência ao exaltar os acontecimentos no Egito, mostrar-se paralisado perante a repressão estatal dos manifestantes xiitas no Bahrein e manter o forte apoio ao governo de Assad frente às manifestações sírias (CHUBIN, 2012; ANSARI, 2013).<sup>71</sup>

Em síntese, as manifestações aguçaram as limitações da influência iraniana na região em duas percepções constatadas: (i) está ocorrendo um enfraquecimento do eixo de resistência xiita de Teerã e (ii) os novos grupos políticos islâmicos que emergem no mundo árabe não possuem um perfil ideológico similar ao iraniano. O principal aliado iraniano na região, a Síria, passa por um crítico momento de crise e guerra civil. Pode-se afirmar que, independente se as forças da oposição conseguirem derrubar o regime vigente ou não, o principal resultado será uma Síria debilitada e com menos força geopolítica (KAGAN et al., 2012; CHUBIN, 2012).<sup>72</sup> Ademais, o alto nível de sectarismo islâmico no conflito sírio causou um antagonismo entre Irã e o Hamas, visto que esse último é apoiador da causa dos que querem a queda do regime de Assad, o que levou o Hamas a retirar suas bases operacionais do Irã (KAGAN et al., 2012).

O Irã sempre buscou ganhar influência entre o povo islâmico ao se apresentar como uma alternativa popular perante os regimes monárquicos árabes, os quais Teerã acusa de

---

<sup>70</sup> As reações do Irã perante os acontecimentos da Primavera Árabe refletiram a divisão política do país: para Ahmadinejad e seus aliados conservadores, as manifestações eram comparáveis à Revolução Islâmica de 1979, indicando uma aproximação aos ideais pan-islâmicos de Khomeini; já para os entusiastas do Movimento Verde de 2009, havia uma semelhança entre seus objetivos e os dos manifestantes de 2010 (CHUBIN, 2012; ANSARI, 2013). Todavia, não houve, por parte de nenhum grupo manifestante árabe, o interesse de se aproximar dos ideais de nenhum grupo iraniano, sendo que as elites políticas do Irã não conseguiram ganhar influência nos países árabes.

<sup>71</sup> O Irã mostrou eufórica simpatia pelas revoltas que aconteciam contra o governo secular do Egito, afirmando que único obstáculo às relações entre Irã e Egito se concentrava no presidente Mubarak. Empolgadamente, iranianos não só comparavam as revoltas egípcias com a Revolução Islâmica, como também acreditavam que poderiam beneficiar-se com a troca do regime egípcio. Entretanto, as conversas entre Cairo e Teerã se mantiveram fora do escopo prático e tal esperança iraniana de uma aproximação foi esfriada com a ascensão dos sunitas Irmãos Muçulmanos ao governo egípcio (KAGAN et al., 2012).

<sup>72</sup> É importante destacar a solidez da aliança entre Irã e Síria, que se estabeleceu nos anos 1980, quando Damasco foi o único país que apoiou o Irã na guerra contra Saddam Hussein. Hoje, a Síria depende, profundamente, dos fluxos de capitais, energia e investimentos que advêm do Irã; já para o Irã, o país sírio se solidificou como seu principal aliado estratégico árabe na região e também um centro de onde pode contornar as sanções econômicas advindas do sistema internacional (KAGAN et al., 2012).

ilegítimos e autoritários.<sup>73</sup> Todavia, após a Primavera Árabe, acredita-se que o espaço para exercer esse tipo de influência tornou-se menor, visto que as novas forças políticas que emergem no mundo árabe possuem um perfil mais pragmático, de caráter sunita, e que versam mais sobre questões domésticas e de reconstrução de suas instituições e de sua economia do que em questões ideológicas transregionais (KAYE; WEHREY, 2011). Torna-se claro que uma das principais consequências da Primavera Árabe é o surgimento de um islamismo politizado, visto que o islã é uma parte integral da identidade cultural da região e que funciona como um elemento mobilizador contra a ordem vigente. Entretanto, esses grupos políticos islâmicos não necessariamente possuem similitudes com o islã político iraniano, podendo vir a significar uma concorrência ideológica dentro do espectro político da região (CHUBIN, 2012).<sup>74</sup>

Com a ascensão de Rouhani ao poder, o Irã sugere dar uma guinada pragmática em sua política externa, mesmo que preservando seus interesses geoestratégicos (BARZEGAR, 2013). Apresentando um discurso em prol do desenvolvimento nacional e da coordenação entre os interesses políticos domésticos e internacionais do país, Rouhani indica um forte interesse em reorganizar suas relações na região a fim de se apresentar como importante ator na resolução dos conflitos.

Nossa região está se engalfinhando cada vez mais com sectarismo, grupos inimigos e têm surgido potenciais novos terrenos férteis para extremismo e terrorismo (...) acreditamos que, nestas circunstâncias, uma voz de moderação na região pode alterar o curso dos eventos de uma maneira construtiva e positiva. Não há dúvidas que os tumultos nos países estão afetando os interesses de vários atores regionais e globais, que precisam agir em conjunto para assegurar estabilidade de longo prazo. Irã, como uma grande potência regional, está totalmente preparado para se mover nesta direção, não poupando esforços para facilitar soluções. Então, aqueles que retratam o Irã como uma ameaça e, assim, buscam minar sua credibilidade regional e global, devem parar – em prol da paz e da tranquilidade da região (ROUHANI, 2014).<sup>75</sup>

Mesmo que seja improvável que o Irã mude sua estratégia para a Síria, é possível que Rouhani se torne mais flexível sobre o futuro de Assad (MILANI, 2013a; 2013b). Ademais, o

<sup>73</sup> Sendo uma república instaurada através de uma revolução popular islâmica, o Irã acredita ter os créditos suficientes para contrapor os regimes das petromonarquias, os quais Teerã considera ilegítimos e não representantes do povo islâmico, principalmente por seu caráter não-democrático e proximidade das potências estrangeiras (GUZANSKY; LIDENSTRAUSS, 2012; ABRAHAMIAN, 2008).

<sup>74</sup> Vale destacar também que os jovens revolucionários árabes interpretam como hipócrita a tentativa de Teerã de se assumir como patrono das manifestações árabes (devido à similitude que os líderes iranianos percebem com a Revolução Islâmica de 1979) ao mesmo tempo em que haviam eles próprios reprimido os iranianos no Movimento Verde em 2009 e apoiam o regime de Assad que oprime os manifestantes na Síria (KAYE; WEHREY, 2011).

<sup>75</sup> Tradução nossa.



Irã se apresenta como um ator essencial para as questões do Iraque e do Afeganistão: conforme os EUA retiram suas tropas da região sem haver chegado a uma resolução dos conflitos sectários, reduzir a instabilidade nesses países é basilar para a garantia da estabilidade nas fronteiras iranianas (MILANI, 2013c; CHUBIN, 2012). Dessa maneira, os principais desafios para Rouhani perante as consequências da Primavera Árabe são tornar-se mais responsável pela resolução de conflitos, atuando de uma maneira pragmática, além de melhorar suas relações com a Arábia Saudita (a outra grande potência regional) e readministrar suas relações bilaterais e regionais em prol de cooperar internacionalmente com as outras partes interessadas na estabilidade da região, sendo essas regionais ou extrarregionais (BARZEGAR, 2013).<sup>76</sup>

Já para os EUA, as consequências da Primavera Árabe reforçam o que foi argumentado no segundo capítulo deste trabalho de que Washington precisa elaborar uma nova grande estratégia para a região a fim de melhor responder aos episódios que lá ocorrem. Em síntese, os objetivos centrais dos EUA, há mais de meio século, são: evitar que qualquer potência se torne hegemona na região, assegurar o livre fluxo de recursos energéticos para o Ocidente e defender a existência de Israel (KISSINGER, 2012; KITCHEN, 2012). Em prol da manutenção de seus objetivos, os EUA apoiaram, desde Guerra Fria, regimes muitas vezes autoritários e ditatoriais, não representativos de sua população. Gerou-se, assim, dentre a população árabe, um sentimento antiestadunidense e antiocidental, que só foi intensificado com a invasão norte-americanas no Iraque e no Afeganistão e com os imperativos de mudança de regime impostos pela Guerra ao Terror a partir do 11 de setembro (KITCHEN, 2012).<sup>77</sup>

Existe, no comportamento dos EUA para a região, uma importante contradição que vai permear a sua reação frente a Primavera Árabe. Se por um lado, baseado nos seus princípios de internacionalismo liberal, os EUA deveriam apoiar movimentos pró-democracia e pró-liberdade, por outro lado, a fim de cumprir com seus interesses securitários e garanti-los, torna-se atrativo sustentar o status quo vigente, no qual Washington tem alianças com regimes

---

<sup>76</sup> O ressurgimento do conflito xiita-sunita advindo da Primavera Árabe pode ser danoso não só ao Irã, mas também a Arábia Saudita. Os sauditas temem que tal tipo de conflito possa ter repercussões nas petromonarquias, principalmente naqueles que possuem um grande número de xiitas. Já o Irã não quer que a situação venha a prejudicar sua política tradicional de criar uma unidade entre xiitas e sunitas no mundo islâmico (BARZEGAR, 2013).

<sup>77</sup> A epopeia da Doutrina Bush serviu para inserir os EUA em custosas guerras que esgotaram as forças armadas do país, propagaram grupos sectários e massas de refugiados por toda a região e causaram uma grave guerra civil, no caso do Iraque, sem cumprir suas promessas de trazer democracia para o Oriente Médio (KAHL; LYNCH, 2013).

autoritários (KITCHEN, 2012).<sup>78</sup> Assim, a resposta de Obama perante os movimentos foi bastante cautelosa, tentando balancear os interesses presentes nessa contradição, e, conseqüentemente, mostrando-se majoritariamente reativa, visando ajustar as políticas do país na região a fim de lidar com as múltiplas crises que ocorrem (KAYE; WEHREY, 2011). Ao mesmo tempo em que apoiou as mudanças de regime no Egito, na Tunísia e no Iêmen, manteve-se neutro no caso do Bahrein, interveio na Líbia através da OTAN e tem evitado engajar-se diretamente no caso sírio (KAHL; LYNCH, 2013). Segundo a ex-Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, o comportamento americano não seria contraditório:

Situações variam dramaticamente de um país para outro país. Seria insensato tomar uma abordagem de tamanho único e aplicá-la independentemente das circunstâncias presentes (...) nossas escolhas também refletem outros interesses na região e que possuem um impacto real na vida dos americanos – incluindo nossa luta contra a Al'Qaeda, defesa de nossos aliados e assegurar o fornecimento de energia (CLINTON, 2011 *apud* ROGIN, 2011)<sup>79</sup>

Para Kissinger (2012), a conduta dos EUA de evitar que o país signifique um obstáculo para as transformações revolucionárias, encorajando aspirações regionais por mudanças políticas, mas não buscando resultados equivalentes em todos os países é coerente com o objetivo mais urgente estratégico do país.<sup>80</sup> Todavia, mostra-se essencial que, no longo prazo, os EUA articulem uma nova estratégia para a região, elaborando uma agenda positiva que responda aos interesses vitais e ideológicos dos EUA, assim como saiba lidar com os novos atores políticos que se fortificam e com as novas – e ainda incipientes – dinâmicas regionais (KAHL; LYNCH, 2013).

Kahl e Lynch (2013, p. 52) sugerem que uma coerente abordagem para os EUA seria direcionar sua estratégia à abordagem realista de balanceamento *offshore*, reduzindo assim seus comprometimentos estratégicos e militares na região, mas conservando, através da cooperação com seus aliados regionais, os recursos necessários para a salvaguarda de seus vitais interesses nacionais. Contudo, ao mesmo tempo em que essa política é assumida, os EUA devem manter uma agenda política que encoraje reformas políticas em prol de maior democracia, de acordo com o ideal do internacionalismo libertário. A visão desses autores corrobora com as ideias de Mearsheimer (2011) e de Yetiv (2008), apresentadas no segundo

<sup>78</sup> Kitchen (2012) afirma que a principal contradição é questionar se os EUA buscam, em curto prazo, medidas de contraterrorismo através do aparato securitário de seus aliados (regimes autoritários), ou se buscam, em longo prazo, priorizar emancipação das sociedades no Oriente Médio.

<sup>79</sup> Tradução nossa.

<sup>80</sup> Para Visentini (2012), ao apoiar manifestações nos países árabes, os EUA visam, também, abrandar os sentimentos antiamericanos entre a população da região. O apoio à derrubada de alguns ditadores foi vitorioso para os EUA, visto que não houve nenhuma grande manifestação de ódio ao país, apesar de, por exemplo, Washington ter sido um dos principais patrocinadores do poder de Mubarak, no Egito, por mais de trinta anos.

capítulo deste trabalho, que defendem uma reorientação geoestratégica elaborando uma grande estratégia norte-americana para o Golfo Pérsico, condizente com os preceitos teóricos de balanceamento *offshore*.

Assim como para o Irã, o espaço de influência dos EUA na política regional do Oriente Médio tende a diminuir com os acontecimentos da Primavera Árabe e a ascensão de novos atores políticos.<sup>81</sup> A reparação das relações bilaterais entre EUA e Irã, dessa maneira, se apresenta como uma oportunidade de melhorar a posição de ambos os países na região: para Washington, um abrandamento serviria para diminuir relativamente sua dependência de parceiros autocráticos e instáveis na região, e, para Teerã, iria não só melhorar sua economia e intensificar seu poder regional, mas também removeria uma importante vantagem que seus concorrentes regionais sunitas usufruem (KECK, 2013). Ademais, se Washington conseguir aceitar a República Islâmica como uma legítima potência regional, ambos poderiam cooperar para encontrar soluções para as questões da Síria, do Iraque e do Afeganistão – visto que a estabilidade desses países é essencial para a geoestratégia de ambos – assim como na contenção do surgimento de novos grupos radicais islâmicos (LEVERETT; LEVERETT, 2013b).

Os EUA buscam reduzir sua presença física no Oriente Médio, escolhendo focar na geopolítica energética da Ásia. Os aliados tradicionais de Washington no Golfo Pérsico estão financiando jihadistas sunitas que são anti-xiitas. Nesse contexto, a rivalidade entre EUA e Irã não pode ser deixada no piloto automático. (...) o interesse comum entre esses dois países não é meramente tático ou temporário: com os acontecimentos que a região vem passando, a realidade é que Irã e Estados Unidos podem acabar naturalmente do mesmo lado de interesses (PARSI, 2014).

#### **4.3. Nível Internacional: o acordo nuclear entre o P5+1 e o Irã em 2013**

A principal questão apontada por Rouhani no que tange a política externa de seu governo é o comprometimento com a resolução internacional da questão do projeto nuclear iraniano. O presidente tem uma percepção bastante realista de que os principais problemas domésticos do país são reflexos de um isolamento internacional que, por sua vez, é consequência da indefinição dessa questão, que não só tem definido sanções que aleijam a econômica iraniana, mas que também impedem o país de fazer negócios e receber investimentos do mercado internacional.

Nas minhas campanhas presidenciais, eu prometi balancear realismo com a manutenção dos ideais da República Islâmica – e eu ganhei o apoio dos iranianos por

---

<sup>81</sup> O surgimento de maiores tensões não só expõe a existente dificuldade dos EUA de elaborar uma grande estratégia para a região, mas também prejudicam os objetivos do país de fazer um pivô asiático, visto que este só poderá ser complementarmente orientado no momento em que o Oriente Médio estiver estável o suficiente (KITCHEN, 2012).

uma larga margem. Pela virtude do mandato popular que recebi, estou comprometido com a moderação e com o senso comum pelo qual agora guia todas as minhas políticas governamentais (...) durante minha campanha presidencial, eu me comprometi em fazer o possível em meu poder para agilizar a resolução do impasse sobre nosso programa de energia nuclear. Para cumprir com esse comprometimento e aproveitar a janela de oportunidade que as eleições me abriram, meu governo está preparado para não deixar pedra sobre pedra na busca de uma solução permanente que seja aceitável por todas as partes (ROUHANI, 2014).<sup>82</sup>

Como prometido em sua campanha, Rouhani rapidamente assumiu seu compromisso e acelerou o diálogo com o grupo P5+1 para que se fosse elaborado um acordo final abrangente aceito e assinado pelos sete países (Irã, Estados Unidos, França, China Reino Unido, Rússia e Alemanha). De fato, de uma maneira inédita, em 24 de novembro de 2013, depois de quatro dias de reuniões oficiais em Genebra, foi assinado um acordo entre eles. Vale destacar que esses países já se reúnem desde 2006 com o intuito de negociar o projeto nuclear iraniano e diversas propostas, por ambas as partes, já foram lançadas, mas nunca havia ocorrido um consenso e uma assinatura de um plano de ação conjunto. Para compreender a diferença entre as propostas prévias – que não lograram êxito – e o acordo de 2013, passaremos, a seguir, por uma breve síntese das reuniões e debates que já ocorram nessa temática.

Em 2003, através do embaixador suíço em Teerã, o presidente Khatami enviou uma carta ao presidente Bush na qual propunha uma ampla negociação em diversas questões contenciosas entre os dois países, inclusive a questão nuclear. A proposta (um dos organizadores dela foi Rouhani) clamava pelo término das sanções no Irã em troca de cooperação para estabilizar o Iraque, para combater organizações terroristas com a Al-Qaeda, total acesso ao projeto nuclear iraniano, assim como completa transparência sob seu programa, sendo o que país passaria a assinar o Protocolo Adicional do TNP.<sup>83</sup> Não se sabe ao certo se Khamenei estaria ciente de todas as propostas feitas por Khatami, nem se ele as endossava, todavia, os EUA rejeitaram o projeto e não retornaram respostas (DAVENPORT, 2014; LEVERETT; LEVERETT, 2012).

A partir de 2003, o chamado EU3 (Reino Unido, França e Alemanha) concordou em discutir uma série de questões econômicas, securitárias e nucleares, desde que o Irã suspendesse todo o seu programa de enriquecimento de urânio e cooperasse totalmente com

---

<sup>82</sup> Tradução nossa.

<sup>83</sup> O objetivo central do Protocolo Adicional ao TNP, criado em 1997, é reorganizar o regime de garantias da AIEA do sistema quantitativo anterior – que focava em contabilizar o número de instalações nucleares e de atividades nucleares declaradas – para um sistema qualitativo, que consiga fazer um abrangente quadro das atividades relacionadas a nuclearização, declaradas ou não. Em suma, o protocolo, que não precisa ser aceito por todos os signatários do TNP, autoriza a AIEA a inspecionar não só as instalações que declaradamente estão em funcionamento, mas também qualquer atividade e instalação passível da suspeita de serem utilizados para fins nucleares (DAVENPORT, 2013)

as investigações da AIEA. Decidido a não suspender todo seu programa, o Irã aceitou, mesmo assim, iniciar uma rodada de negociações. Até março de 2006, foram cinco projetos apresentados nas rodadas, alguns propostos pelo Irã, outros pelo EU3, todavia os europeus argumentavam que o Irã não apresentava propostas claras e garantias, enquanto os iranianos sustentavam que os projetos europeus não reconheciam o direito legítimo iraniano de enriquecer urânio (DAVENPORT, 2014; PARSI, 2009).

Em junho de 2006, Rússia, EUA e China ingressaram no grupo de discussões, que passou a ser conhecido como P5+1. O objetivo de estes países ingressarem era de tentar encontrar uma proposta que envolvesse negociações mais amplas e que incluíssem os seguintes pontos chave: (i) Irã deveria suspender todas as suas atividades de enriquecimento de urânio antes de qualquer negociação, (ii) estabelecer-se-ia um mecanismo fixo de revisão dos acordos que forem feitos, (iii) Irã deveria reassumir seus compromissos com o Protocolo Adicional, (iv) o acesso a novos reatores de água pesada deveriam ver feitos através de projetos conjuntos, (v) suspender-se-ia a discussão do projeto nuclear iraniano dentro do escopo do CSNU e (vi) elaborar-se-ia uma cooperação entre EUA, UE e Irã em setores civis estratégicos (DAVENPORT, 2014). O Irã continuou rejeitando as propostas do P5+1, pois afirmava que essas não reconheciam o direito do país de enriquecer urânio para fins pacíficos, pois requeria que suspendesse todas suas atividades relacionadas ao enriquecimento antes de começar negociações (IDEM).

O presidente Obama, conforme apresentamos no segundo capítulo, ao organizar uma revisão do posicionamento norte-americano sobre toda a questão do projeto nuclear iraniano, abandonou a política anterior que demandava o Irã suspender todas as atividades do ciclo completo de energia nuclear antes de qualquer negociação (DAVENPORT, 2014; PARSI, 2009). De fato, a administração Obama determinou que uma das principais preocupações deveria ser que o Irã estaria exponencialmente crescendo sua reserva de urânio de baixo enriquecimento (LEU) que, se enriquecido a mais de 85%, poderia ser transformado facilmente em urânio de alto enriquecimento (HEU), o qual se usa para construir ogivas militares nucleares (PARSI, 2009, p. 253).<sup>84</sup> Dessa maneira, tornou-se imperativo para os EUA encontrar maneiras de atrasar o processo de transformação do LEU em HEU, sendo que Obama detectou que uma maneira seria conseguir negociar um projeto no qual o Irã pudesse

---

<sup>84</sup> Uma ogiva nuclear simples pode ser elaborada a partir de aproximadamente 25 a 50 quilogramas de HEU, requerendo o enriquecimento de 1,300 quilogramas de LEU. Em 2009, foi detectado que o Irã tinha estocado já mais de 1,500 quilogramas de LEU (PARSI, 2009, p. 254)

transferir suas reservas de LEU para outro país, onde elas seriam reprocessadas em combustível, evitando o risco de serem transformadas em HEU (PARSI, 2009, p. 255).

A oportunidade surgiu para Obama quando o Irã informou a AIEA que buscava assistência para reabastecer seu Reator de Pesquisa de Teerã (TRR) que produz isótopos médicos. Os EUA então propuseram que iriam fornecer a Teerã 120 mil quilogramas de combustível para o TRR se o Irã enviasse o equivalente em LEU (que significariam em torno de 80% do que o Irã tinha estocado naquele período). Em outubro de 2009, o P5+1 então oficializa tal proposta, todavia, os conflitos domésticos em que se encontrava o Irã (Movimento Verde) e a forte oposição interna a Ahmadinejad forçavam o país a não se prontificar e aceitar o acordo (DAVENPORT, 2014; PARSI, 2009).<sup>85</sup> A impossibilidade de conseguir uma resposta por parte dos iranianos foi um grande golpe a política de diplomacia de Obama, visto que foi a primeira vez que o país se apresentou como um parceiro ativo nas negociações (PARSI, 2009).

Houve mais outros dois projetos importantes nesse período. Em abril de 2010, Brasil e Turquia conseguiram chegar a um acordo com o Irã para a resolução da questão do TRR, no qual Teerã exportaria 1,200 quilogramas de LEU a Turquia, que retornaria com combustível em um mês. O acordo ficou conhecido como Declaração de Teerã e é histórico não só por reafirmar o direito de todos os países de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear, mas também porque foi elaborado somente por potências emergentes. Entretanto, França, Rússia e Estados Unidos rejeitaram a declaração, porque criticavam que ela não respondia às grandes quantidades de LEU estocado no Irã. Já em julho de 2011, a Rússia propõe um projeto “passo a passo”, como um roteiro, para que se implemente as propostas do P5+1; o Irã demonstrou-se favorável a ideia de uma adesão gradual a um acordo, onde haja fases, mas não aconteceram grandes desenvolvimentos e não se chegou a nenhum acordo, principalmente porque o P5+1 criticava a administração Ahmadinejad de não apresentar propostas transparentes e não prover respostas conclusivas (DAVENPORT, 2014).

Já nos primeiros meses do governo de Rouhani, aconteceu a primeira bem sucedida negociação entre P5+1 e Irã no que tange o projeto nuclear iraniano. Em 24 de novembro de 2013 foi assinado, em Genebra e com participação dos sete países, o Plano de Ação Conjunta que visa encontrar uma solução para o contencioso tema do projeto nuclear iraniano, sendo

---

<sup>85</sup> Após os acontecimentos do Movimento Verde de 2009, o processo de decisão iraniano, que já era lento e complicado, parecia ter alcançado um estado de paralisia, onde a preservação da coesão doméstica passou a ter precedente imediato perante outras questões. Mesmo se houve interesse por parte de oficiais iranianos em engajar, os protestos haviam criado uma forte oposição entre as facções políticas iranianas. O país simplesmente não estava pronto para negociar sobre aquelas circunstâncias (PARSI, 2009, p. 327-328)

dividido em duas etapas contínuas: uma primeira fase de seis meses para que se construa a confiança entre as partes para que se passe para uma segunda fase de elaboração de um abrangente acordo de longo prazo (DAVENPORT, 2014). Também se estabelece uma Comissão Conjunta, que é formada por representantes dos sete países, que visa monitorar a implementação do acordo e trabalhar com a AIEA nas investigações.

A primeira fase do acordo – que terá seis meses a partir do assinado e pode ser estendida por mais seis meses – determina as principais ações que o Irã e que o P5+1 devem tomar a fim de criar o espaço para que as negociações sejam viáveis em longo prazo. É o período onde devem se fortalecer os mecanismos de confiança e de transparência entre as partes. O Irã deve: (i) converter metade de suas reservas de urânio enriquecidos a 20% para a forma de óxido e o resto para uma porcentagem menor de 5% (LEU), (ii) suspender a produção de urânio enriquecido a mais de 5% (HEU), (iii) não avançar nas atividades nucleares nas suas usinas de Natanz, Arak e Fordow, (iv) não construir novas instalações, (v) desenvolver práticas de pesquisa e desenvolvimento devem que continuar sob as salvaguardas da AIEA, (iv) não construir facilidades que consigam processar plutônio e (vii) aumentar o monitoramento e prover maior informação a AIEA. Já ao P5+1 cabe: (i) não elaborar nenhuma nova sanção no que tange questão nuclear nem a nível unilateral, nem multilateral, (ii) pausar os esforços de reduzir as vendas de hidrocarbonetos do Irã e repatriar parte dos petrodólares iranianos congelados, (iii) suspender as sanções dos EUA à indústria automotiva iraniana, (iv) abastecer o Irã com material aeronáutico, (v) estabelecer uma canal financeiro em prol das questões humanitárias e (vi) aumentar o espaço para as trocas comerciais não estatais com o Irã (DAVENPORT, 2014).

Através do comprometimento das partes com a primeira fase do acordo, espera-se chegar a uma solução abrangente. Em novembro de 2013, ficou decidido que a solução deve: (i) definir uma duração para o acordo, (ii) refletir o direitos e obrigações de todos os signatários do TNP e das salvaguardas da AIEA, (iii) retirar todas as sanções multilaterais e unilaterais relacionadas ao programa nuclear iraniano, (iv) definir os limites do programa de enriquecimento do Irã, (v) resolver as preocupações internacionais com o reator de água pesada de Arak, (vi) implementar medidas de transparência, incluindo a ratificação e aplicação iraniana do Protocolo Adicional e (vii) cooperar com projetos nucleares civis iranianos, inclusive com as instalações de um reator de água leve para produção de energia, de reatores de pesquisa e de combustível nuclear (DAVENPORT, 2014).

O acordo foi assinado pelo Secretário de Estado norte-americano, John Kerry, pelo Ministro das Relações Exteriores do Irã, Javad Zarif, e pela Chefe de Assuntos Exteriores da

União Europeia, Chatherine Ashton. Tanto os EUA, quanto o Irã se apresentaram satisfeitos com o acordo firmado.

‘O presidente Obama declarou logo depois que o acordo foi anunciado que [o mesmo] ‘basicamente elimina os caminhos para o Irã fazer a bomba e cria tempo e espaço para negociar um amplo acordo’. O presidente Hassan Rouhani também elogiou o acordo, afirmando que o programa nuclear iraniano, incluindo seu direito de enriquecimento, foi reconhecido e que o acordo poderia servir de base para futuras negociações’ (DAVENPORT, 2014).<sup>86</sup>

O anúncio do acordo teve uma ótima recepção no Irã, incluindo um manifesto oficial de Khamenei parabenizando os diplomatas que participaram das negociações (MALONEY, 2013a). Segundo Maloney (2013a), graças ao acordo, os moderados do regime puderam começar a rebalancear o governo ao seu favor, angariando o apoio dos clérigos e, ao fazer isso, conseguiram demonstrar, para a comunidade internacional, que mesmo enfrentando um pacote de sanções extremamente severo, isolados globalmente e após as recentes agitações domésticas de 2009, o país é uma sólida e coesa potência regional com importantes capacidades diplomáticas. É claro que, por sua incipiência, o acordo ainda pode ser desestabilizado, contudo ele demonstra um grande interesse por parte do Irã de cooperar com o sistema internacional, já que o que foi acordado em 2013 pode ser considerado o regime de inspeção e monitoramento mais intrusivo que já foi imposto pela AIEA a algum signatário do TNP (MILANI, 2013a).

Todavia, o plano ainda pode ser considerado bastante frágil e, para que seja alcançada uma solução douradora para a questão, é necessário que todas as partes mantenham seus compromissos com a primeira fase do acordo. Os EUA também devem buscar maneiras de tranquilizar seus aliados na região que se manifestaram descrentes com o acordo – Arábia Saudita e Israel – indicando que não está nos seus planos preterir tais alianças de longa data (BEAUMONT, 2013).<sup>87</sup> A imposição de novas sanções internacionais ao Irã ou notícias de que o Irã avançou em suas atividades nucleares poderão minar todo o comprometimento. Segundo Javad Zarif (2014), é necessário que os sete países ajam em direção de restaurar a

---

<sup>86</sup> Tradução nossa.

<sup>87</sup> Israel e Arábia Saudita apresentam-se como os principais competidores do Irã no sistema regional e, ao mesmo tempo, possuem a vantagem, frente a Teerã, de possuírem uma aliança douradora com os EUA. Dessa maneira, logo no momento que o acordo de 2013 foi firmado, esses dois países demonstraram-se preocupados com as possíveis consequências de um Irã mais forte regionalmente. Israel logo se manifestou firmando que o acordo demonstrava um “grave erro histórico”, afirmando não crer nas prerrogativas pacifistas do projeto nuclear iraniano. Já os representantes da Arábia Saudita, que, em protesto ao acordo, retirou sua candidatura ao assento rotativo do CSNU em 2014, afirmaram que se sentiram traídos pelos P5+1 ao não serem advertidos previamente sobre o acordo (BEAUMONT, 2013).



confiança, contornando os anos de suspeita e desconfiança que existem entre o Ocidente e o Irã.

#### **4.4 Conclusões Parciais**

O que almejamos demonstrar neste capítulo é que a conjuntura em que se inserem as relações entre os Estados Unidos da América e a República Islâmica do Irã foi alterada com a eleição do presidente Rouhani, em 2013, que montou um governo de coalizão política doméstica, isolando o grupo político do presidente precedente, Mahmoud Ahmadinejad. Rouhani se elegeu com amplo apoio político e alocou a política externa e a reconstrução econômica iraniana como pautas centrais de sua agenda política, defendendo que o Irã deveria contornar o isolamento internacional a fim de abrandar as sanções que lhe são impostas e, assim, alavancar sua economia. De acordo com Zarif (2014), ministro das Relações Exteriores do Irã, o país está “prudentemente administrando suas relações com os EUA ao controlar os desentendimentos existentes e prevenindo que futuras tensões surjam desnecessariamente. O país também vai engajar com os países europeus e outros ocidentais com o objetivo de revigorar e expandir as relações – esse processo de normalização deve ser baseado nos princípios de respeito mútuo e de mútuo interesse, a fim de responder questões consideradas de legítima importância pelas partes envolvidas”.<sup>88</sup>

O principal setor no qual Rouhani quer focar seu abrandamento com o Ocidente é o do projeto nuclear do país, e, determinado em encontrar uma solução duradoura para tal questão, foi nos primeiros dias de seu governo que a República, pela primeira vez, assinou um acordo com EUA, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha sobre o tema. Contudo, existe outra área importante nas quais uma melhora nas relações entre EUA e Irã poderia criar espaço para cooperação: a administração e resolução das consequências da Primavera Árabe para a estabilidade da região. Apresentamos nesse capítulo que os movimentos que surgiram no mundo árabe a partir de 2010 forçam esses dois atores – centrais na dinâmica securitária da região – a redesenhar suas políticas e estratégias, aproximando seus interesses em algumas questões, como na Síria, no Iraque e no Afeganistão. Em suma, o povo iraniano, nas eleições de 2013, decidiu escolher por um candidato que prometia um engajamento assertivo, provendo, assim, uma inédita janela de oportunidade para que o governo iraniano elabore um novo curso para as relações internacionais do país.

---

<sup>88</sup> Tradução nossa.

## 5. CONSIDERAÇÃO FINAL

A região do Golfo Pérsico possui um valor geoestratégico muito alto para o sistema internacional atual, principalmente devido ao grau de importância de suas reservas energéticas e sua localização. Contudo, também é uma região permeada de diversos tipos de conflitos e disputas, que a tornam uma das áreas mais intrincadas para os estudos de Relações Internacionais, na qual há um complexo jogo de interesses e atores interligados. Dentre os atores diretamente envolvidos com os acontecimentos do Golfo Pérsico, destacam-se a República Islâmica do Irã e os Estados Unidos da América, países que definem a região como uma das pautas centrais de suas agendas de política internacional, visto que percebem que instabilidades na mesma podem afetar diretamente suas estratégias e seguranças.

O Irã possui intrínseco em sua cultura política o objetivo de ser reconhecido como uma potência regional, ou seja, um ator prioritário na definição da ordem do Golfo Pérsico. Rejeitando a interferência de potências extrarregionais sob a política e a economia da região, o Irã se apresenta como um defensor de um Oriente Médio islâmico, nacionalista, independente e estável, visto que tais condições lhe possibilitariam melhor solidificação de seus interesses de potência regional.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tornou-se claro para os EUA a importância do Golfo Pérsico, sendo que, desde então, a potência vem expandindo sua presença na região para garantir seus interesses. De uma maneira geral, os principais objetivos de Washington seriam impedir a emergência de um ator hegemônico na região – que viria diretamente a rivalizar consigo –, garantir a segurança de Israel, importante aliado e, sobretudo, assegurar o livre fluxo dos recursos energéticos para o Oriente. Dessa maneira, assim como para o Irã, encontrar meios que levem em direção à estabilidade do Golfo Pérsico é essencial para a manutenção de seus interesses estratégicos (MEARSHEIMER, 2011; WRIGHT, 2008).

As relações contemporâneas entre esses dois países devem ser compreendidas a partir dos anos 1950, quando o povo iraniano passa a perceber os EUA como um país imperialista e oportunista, visto a associação de Washington ao golpe que derrubou o Primeiro Ministro nacionalista iraniano Mossadeq e que disponibilizou poderes quase absolutos ao Xá Reza Pahlevi, em 1953. Tal golpe viria a deixar um legado antiamericanista que condicionou a desconfiança que estrutura o comportamento do Irã para os EUA – para os iranianos, os EUA patrocinaram um golpe para derrubar um líder democraticamente eleito a fim de garantir seu acesso ao lucrativo petróleo iraniano.

Tal sentimento teve forte apelo e enaltecimento na Revolução Islâmica, em 1979, que derrubou o regime monárquico e instaurou uma república teocrática islâmica, comandada pelo

Aiatolá Khomeini, que se tornou Líder Supremo vitalício e que condenava os EUA ao título de “Grande Satã” (TAKEIH, 2009). Para os EUA, o que levou ao rompimento de suas relações com o Irã foi que, ainda em 1979, jovens iranianos invadiram a embaixada dos EUA, tornando mais de 50 norte-americanos reféns por 444 dias. A crise dos reféns foi intensamente televisada, gerando, em grande parte da opinião pública norte-americana, a percepção de que o Irã era um ator irracional e imbuído de um brutal ódio pelos EUA (COOK; ROSHANDEL, 2009).

Esse sentimento de desconfiança e hostilidade mútua se intensificou nas décadas seguintes. Em 1981, iniciou-se uma guerra entre Irã e o Iraque de Saddam Hussein, sendo que os EUA apoiaram o Iraque, mesmo quando esse utilizou armas químicas contra o povo iraniano. Nas décadas de 1970 e 1980, os EUA passaram a exponencialmente aumentar sua presença física na região, o que potencializou o sentimento de isolamento internacional que se gerava entre os iranianos. Dos anos 1950 até o início dos 1990, desenvolveram os fatores que definem o perfil de hostilidade e animosidade das relações entre Irã e Estados Unidos e que moldaram as percepções entre o povo iraniano e norte-americano, que podem ser definidos como uma antipatia mútua (LEVERETT; LEVERETT, 2012).

A partir dos anos 1990, com o falecimento de Khomeini e a ascensão do novo Líder Supremo Khamenei, assim como com o fim da Guerra Fria e as alterações na ordem internacional, o Irã passou a demonstrar um maior interesse em contornar o isolamento internacional em que o país se inseria. Todavia, foi neste período em que se tornaram latentes as segmentações entre a elite política iraniana, que possui força para travar o processo de tomada de decisão em política internacional por parte do presidente. Tal situação se torna explícita no mandato de Muhammad Khatami, candidato moderado que tinha como principal objetivo abrandar as relações do Irã com o Ocidente, principalmente com os EUA. Khatami e seu predecessor, Hashemi Rafsanjani, buscaram cooperar com os EUA em questões pontuais (como ao disponibilizar o uso de seu espaço aéreo durante os dois conflitos entre EUA e Iraque e ao imediatamente condenar os atentados do 11 de setembro), todavia tais esforços não foram reconhecidos ou validados pelos EUA, o que incitou críticas por parte dos outros grupos políticos iranianos (TAKEYH, 2009; ABRAHAMIAN, 2008).

As estratégias que vinham sendo tomadas por parte dos governos norte-americanos, até 2009, aumentavam a percepção de que o objetivo do país era isolar o Irã a ponto de derrubar seu regime. De fato, no fim dos anos 1990 crescem as sanções econômicas unilaterais por parte dos EUA e, em 2002, após o auxílio dado por parte de Teerã aos EUA na Guerra ao Terror no Afeganistão, a administração Bush surpreendeu ao adicionar o Irã ao seu

Eixo do Mal, uma lista de países que supostamente ameaçariam a paz mundial. Tal discurso revitalizou os sentimentos antiamericanos na elite política iraniana, elegendo-se Mahmoud Ahmadinejad, presidente que refutou os projetos de abrandamento de relações com os EUA e instaurou uma política externa confrontacionista, focando em avançar no projeto nuclear do país, assunto que gerava grande preocupação em Washington.

Apresentamos no terceiro capítulo a tese de que os EUA, depois do fim da Guerra Fria, não conseguiram, de fato, solidificar uma grande estratégia para o Golfo Pérsico que coordenasse, em longo prazo, seus interesses políticos, diplomáticos, econômicos e securitários, sua legitimidade doméstica e sua disponibilidade de recursos (MEARSHEIMER, 2011, YETIV, 2008). As estratégias tomadas por Clinton e Bush apresentaram características por vezes de balanceamento, por outras de hegemonia, sendo que, em grande parte, a atuação de sua política externa para a região se deu de maneira reativa, o que estaria em desacordo com a necessidade do país de proteger seus interesses considerados vitais presentes no Golfo Pérsico. Para os autores apresentados no capítulo, seria condizente que a administração Obama elaborasse uma grande estratégia que visasse manter sua influência em regiões centrais para sua política internacional – Europa, Golfo Pérsico e Nordeste Asiático –, evitando a ascensão de outro hegemonia, e que esteja de acordo também com a disponibilidade de recursos do país.

Também expusemos nesse capítulo que Barack Obama, ao assumir a presidência, em 2009, indicou que adotaria uma política externa mais pragmática, mantendo os EUA como o líder da ordem internacional vigente, mas evitando a abordagem assaz ideológica do governo anterior. Dentre seus objetivos, indicamos: (i) a mudança do relacionamento com a região da Ásia Pacífico, priorizando-a, (ii) a necessidade de transformar as relações com os países islâmicos, visando maior cooperação e (iii) o revigoramento das políticas de não-proliferação de armas de destruição em massa. Em 2012, visto a crescente importância da região da Ásia Pacífico e a impossibilidade dos EUA de projetar suas capacidades em todos os cantos do mundo, o Departamento de Defesa norte-americano oficializou que deveria fazer um pivô estratégico em direção ao arco que se estende do Pacífico Ocidental para o Leste Asiático (INDIK et al., 2012).

Sustentamos que, mesmo sendo esse rebalanceamento estratégico uma sofisticada política que integraria os interesses estratégicos, diplomáticos e econômicos norte-americanos, visto a sua escassez de recursos, ele somente se tornará completamente viável no momento em que os EUA conseguirem elaborar uma grande estratégia para o Golfo Pérsico, que busque a estabilidade da região, visto o grau de importância que a mesma tem para o ordem

internacional vigente. Apresentamos que, de fato, a administração Obama tem visado modificar sua atuação perante os acontecimentos no Oriente Médio. À distinção de Bush, Obama indica reconhecer que o principal desafio à sua administração na região não é mais a democratização dos países e sim encontrar meios para assegurar a estabilização e a manutenção de uma conjuntura benéfica aos EUA.

Nesta linha de pensamento, Obama detectou que a principal causa de conflito com o Irã – país considerado um dos mais estáveis do Golfo Pérsico – era a indefinição da questão do projeto nuclear iraniano. Decidido então em iniciar o processo de resolução nesse tópico, Obama se esquivou da política anterior de exigir que o Irã suspendesse toda sua atividade do ciclo nuclear antes de qualquer negociação, e iniciou uma nova estratégia que visava o incremento da pressão das sanções somente após de uma renovação dos esforços diplomáticos, demonstrando, publicamente, interesse em se engajar com o governo iraniano. Este foi o primeiro momento concreto em que o governo norte-americano indicou vontade política em abrandar as relações com o Irã, alterando o status quo de inimizade, mesmo que sofrendo fortes críticas advindas de atores domésticos que possuíam interesse na manutenção de tal situação.

Contudo, tal interesse não se apresentou em um momento receptivo por parte do Irã. Em 2005, elegeu-se Ahmadinejad, presidente de uma direita jovem, conservadora, nacionalista, antiamericana e anti-Occidente. Ahmadinejad, seguro de que a melhor maneira de afirmar o Irã como uma real potência regional, seria através de uma política externa confrontacionista, munido de uma retórica radical e de um posicionamento dogmático, acabou por aumentar a preocupação da comunidade internacional em três principais questões: (i) intensificação do projeto nuclear, (ii) apoio de grupos de resistência islâmicos e (iii) questão do Iraque (TAKEYH, 2009). Em 2009, a crise política que ocorreu com a reeleição de Ahmadinejad e a resposta violenta da guarda iraniana frente os manifestantes contrários aos resultados eleitorais levaram ao esgotamento da iniciativa de Obama de se engajar com o Irã. Desde então, as sanções internacionais sobre o Irã passaram a pesar cada vez mais, sendo que, já a partir de 2011, indicadores mostraram que o país estava passando por um crítico cenário econômico, com crescente inflação, desemprego e desvalorização de moeda (CORDESMAN; COUGHLIN-SCHULTE; GOLD, 2013).

Indicamos, no quarto capítulo, que Ahmadinejad terminou seu segundo mandato com grande desaprovação interna – devido à situação econômica crítica que o país se encontrava – e isolamento internacional, sendo que, nas eleições de 2013, havia pouco espaço para que ele conseguisse eleger um sucessor de sua facção política. Pelo contrário, quem se elege é o

clérigo Hassan Rouhani, através de uma ampla aliança política dos grupos reformista, centro direita e pragmático, tendo também o apoio de Khamenei. Sustentamos que Rouhani apresentou uma campanha fortemente iconoclasta que unia o interesse do povo iraniano por mudanças, sendo que deixou claro que uma das funções de seu governo era alcançar uma resolução para a questão nuclear, a fim de diminuir as sanções internacionais e reaquecer a economia do país.

A fim de atingir seus objetivos, logo nos primeiros cem dias de sua administração, Rouhani logrou, em Genebra, a assinatura do primeiro acordo entre o país com o P5+1 (Estados Unidos, Reino Unido, França, China, Rússia e Alemanha) sobre a questão nuclear, definindo, então, metas para uma futura resolução do litígio. O acordo teve boa receptividade tanto em âmbito doméstico, quando internacional, e novas reuniões estão previstas para 2014. Entretanto, fomos mais além neste trabalho a fim de indicar que existem outras áreas em que o Irã e os EUA podem engajar-se conjuntamente no momento em que modificarem positivamente suas relações. Visto que a estabilidade do Golfo Pérsico é de suma importância para a estratégia de ambos os países, a administração dos acontecimentos advindos da chamada Primavera Árabe apresenta janelas de oportunidade para cooperação, particularmente na Síria, na Iraque e no Afeganistão, onde a continuidade do conflito e a emergência de grupos radicais são prejudiciais para as políticas de ambos.

A pergunta que esse trabalho se propôs a pesquisar era de que maneira se estruturaram as relações entre os EUA e o Irã, quais são os constrangimentos permeados nesta relação e quais seriam os fatores que dariam indícios de uma alteração nas estratégias em prol de um real abrandamento. Essa pergunta foi feita exatamente devido ao caráter inédito do acordo assinado em 2013. Defendemos a hipótese de que, por mais que já tenha havido momentos em que o governo iraniano quis abrandar suas relações com o EUA e vice-versa, a conjuntura atual é o primeiro momento em que ambas as partes apresentam interesses, ou seja, é a primeira vez que há uma concomitância de vontade política por parte de Teerã e dos EUA.

O governo Obama necessita redefinir uma grande estratégia para o Golfo Pérsico a fim de assegurar seus interesses e reduzir sua presença para, assim, poder definitivamente executar seu pivô estratégico em direção à Ásia Pacífico. Ademais, seu governo, em 2009, indicou interesses em encontrar uma resolução para a questão nuclear iraniana de uma maneira inovadora se comparada às políticas escolhidas pelas administrações anteriores. Já no Irã o governo radical de Ahmadinejad catalisou o isolamento internacional do país e não conseguiu contornar a crescente crise econômica, que só foi intensificada com o aumento das sanções a partir de 2010. Rouhani elegeu-se, em concordância com o que foi apresentado na

hipótese desse trabalho, valendo de um discurso em prol de mudanças, apresentando-se decidido em alterar a imagem do país no cenário internacional. Ademais, a diferença de outros governos iranianos que mostraram o interesse em abrandar as relações com os EUA, Rouhani possui grande parte da elite política iraniana inserida em seu governo de coalizão, ao mesmo tempo em que não há uma oposição forte atuante, o que ameniza a fragmentação política tão característica dos governos prévios do país.

Assim, podemos dizer que, após décadas de hostilidade mútua, Washington e Teerã poderiam iniciar um novo capítulo em suas relações, através de um processo orientado, gradual e contido em prol de melhorar suas alianças. A reaproximação pode iniciar uma mudança no cenário do Oriente Médio, redinamizando o jogo de alianças e cooperações. Tal situação beneficiaria os EUA, pois lhe possibilitaria uma maior facilidade para proceder sua reorientação asiática, disponibilizando um novo aliado na guerra contra o extremismo e possivelmente reduzindo tensões entre xiitas e sunitas. Ao Irã, poderia iniciar-se o processo de integrar o país a economia internacional, ao diminuir as sanções econômicas e abrir o acesso as reservas de petróleo e gás iraniano às empresas do Ocidente, reduzindo possivelmente o isolamento internacional do país e, assim, criando maior espaço para o aprovar-se como potência regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Nova York, Estados Unidos: Cambridge University Press, 2008
- ABSHIRE, David M. Forging Grand Strategy: The President's Role. Em: RONIS, Sheila R. (editora). **Forging an American Grand Strategy: Security a Path Through a Complex Future**. Carlisle Barrack: United Army War College Press, 2013. p. 51-71
- ADIONG, Nassef M. **The U.S.' and Israel's Securitization of Iran's Nuclear**. Publish & Find Knowledge, 2008
- ANSARI, Ali. Persian Summer vs Arab Spring? **Aljazeera, Opinion**, 22 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/12/persian-summer-vs-arab-spring-2013121971342369979.html>
- BARZEGAR, Kayhan. Iran-Saudi Relations Under Rouhani. **Al-Monitor, Iran Pulse**. Temmuz, 2013. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/tr/originals/2013/07/iran-saudi-relations-under-rouhani.html#>
- BEAUMONT, Peter. Iran deal could shake up Middle East after generations of conflict. **The Guardian**, 30 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/nov/30/iran-nuclear-deal-middle-east>
- BRANDON, John J. America's "Rebalance"...Towards Southeast Asia. **The Diplomat**, 16 de novembro de 2012. Disponível em: <http://thediplomat.com/2012/11/americas-rebalance-towards-southeast-asia/>
- ÇALIŞKAN, Ferhat. **United States' Foreign Policy Toward Iran: sanctions**. Tese de doutorado apresentada na Naval Postgraduate School. Monterey, California, dezembro, 2011
- CHUBIN, Shahram. **Iran and the Arab Spring: Ascendancy Frustrated**. Gulf Research Center, GRC Gulf Papers, setembro, 2012
- CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, 11 de outubro de 2011. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century)
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo SP: editora UNESP, 2007
- COHEN, Stephen; WARD, Robert. Asia Pivot: Obama's Ticket out of Middle East?. **The Diplomat**, agosto de 2013. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/08/asia-pivot-obamas-ticket-out-of-middle-east/>
- COOK, Alethia; ROSHANDEL, Jalil. **The United States and Iran: Policy Challenges and Opportunities**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009
- CORDERMAN, Anthony; COUCLIN-SCHULTE, Chloe; GOLD, Bryan. **U.S. and Iranian Strategic Competition: Sanctions, Energy, Arms Control, and Regime Change**. Washington, EUA: Center for Strategic and International Studies, Burke Chair in Strategy, julho, 2013



CORDESMAN, Anthony. **Iran and the US: Key Issues from an American Perspective**. Washington, EUA: Center for Strategic & International Studies, Burke Chair in Strategy, janeiro, 2009

CORDESMAN, Anthony; BURKE, Arleigh A. **Iran and the US: Key Issues from an American Perspective**. , Washington: Center for Strategic and International Studies, janeiro de 2008

DABASHI, Hamid. What happened to the Green Movement in Iran?. **Aljazeera: opinion**, 12 de junho de 2013a. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/05/201351661225981675.html>

DAVENPORT, Kelsey. History of Official Proposals on the Iranian Nuclear Issue. **Facts Sheets & Briefs, Arms Control Association**. Janeiro, 2014a. Disponível em: [http://www.armscontrol.org/factsheets/Iran\\_Nuclear\\_Proposals](http://www.armscontrol.org/factsheets/Iran_Nuclear_Proposals)

\_\_\_\_\_. Iran, P5+1 Sign Nuclear Agreement. **Arms Control Today, Arms Control Association**, 2014b. Disponível em: [http://www.armscontrol.org/act/2013\\_12/Iran-P5-1-Sign-Nuclear-Agreement](http://www.armscontrol.org/act/2013_12/Iran-P5-1-Sign-Nuclear-Agreement)

\_\_\_\_\_. The 1997 IAEA Additional Protocol At a Glance. **Arms Control Association**. Facts Sheets & Briefs. Fevereiro de 2013

DEGHAN, Saeed Kamali. Iran election: moderate Rouhani leads. **The Guardian**, 15 de junho de 2013a. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/15/iran-election-moderate-rouhani-leads>

\_\_\_\_\_. Mahmoud Ahmadinejad issues challenge to Ayatollah Ali Khamenei. **The Guardian**, 15 de fevereiro de 2013b. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/feb/05/mahmoud-ahmadinejad-ayatollah-ali-khamenei>

DEGHANPISHEN, Babak. Ahmadinejad Vs. Ayatollah Khamenei: Iran's President, Supreme Leader Clash Over Political Authority. **Reuters**, 02/08/2013. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2013/02/08/us-iran-politics-idUSBRE9170U820130208>

DEPARTAMENTO DE DEFESA. **Sustaining U.S. Global Leadership: priorities for 21th Century defense**. Washington: The White House, United States of America, janeiro, 2012

DUECK, Colin. **Reluctant Crusaders: power, culture, and change in American grand strategy**. New Jersey, Estados Unidos: Princeton University Press, 2006

EISENSTADT, Michael; KHALAJI, Mehdi. **Nuclear Fatwa: Religion and Politics in Iran's Proliferation Strategy**. The Washington Institute for Near East Policy, Policy Focus, 115, setembro, 2011

ERDBRINK, Thomas. President-Elect Stirs Optimism in Iran and West. **The New York Times, Middle East**, 13 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2013/07/27/world/middleeast/president-elect-stirs-optimism-in-iran-and-west.html?pagewanted=all&\\_r=0#h](http://www.nytimes.com/2013/07/27/world/middleeast/president-elect-stirs-optimism-in-iran-and-west.html?pagewanted=all&_r=0#h)

FISHER, Max. Iran's next president, Hassan Rouhani, seen as Best hope for ending nuclear standoff with West. **The Washington Post**, 15 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/06/15/irans-next-president-hassan-rouhani-seen-as-best-hope-for-ending-nuclear-standoff-with-west/>

FLOURNOY, Michèle; DAVIDSON, Janine. Obama's New Global Posture. **Foreign Affairs**, Council on Foreign Relations, junho e agosto de 2012

GANJI, Akbar. Frenemies Forever: The Real Meaning of Iran's "Heroic Flexibility". **Foreign Affairs**, Conselho de Relações Exteriores, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139953/akbar-ganji/frenemies-forever>

GANJI, Babak. **Main Currents in Iranian Strategy Since 9/11**. Conflict Studies Research Centre, março, 2005

GUZANSKY, Yoel; LIDENSTRAUSS, Gallia. **The Emergence of the Sunni Axis in the Middle East**. The Institute for National Security Studies, Strategic Assessment, Volume 16, no. 1, abril de 2013

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: editora UFRGS, Segunda Edição, 2007

INDYK, Martin S et al. Scoring Obama's Foreign Policy: A Progressive Pragmatist Tries to Bend History. **Foreign Affairs**, volume 91, número 3, maio/ junho, 2012

KAGAN, Frederick et al. **Iranian Influence in the Levant, Egypt, Iraq and Afghanistan**. The American Enterprise Institute and the Institute for the Study of War. maio de 2012

KAHL, Colin H.; LYNCH, Marc. **U.S. Strategy after the Arab Uprisings: Toward Progressive Engagement**. Center for Strategic and International Studies. The Washington Quarterly, 36:2, 2013. p. 39-60

KARL, David J. The Pivot Under Pressure. **The Diplomat**. 8 de outubro de 2013. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/10/the-pivot-under-pressure/>

KAYE, Dalia Dassa; WEHREY, Frederic. Arab Spring, Persian Winter. **Foreign Affairs**, publicado pelo Conselho de Relações Exteriores, julho/agosto de 2011

KECK, Zachary. The geopolitics of US-Iran Détente. **The Diplomat**, 20 de novembro de 2013. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/11/the-geopolitics-of-a-us-iran-detente/>

\_\_\_\_\_. Stephen Walt is Not Obama's George Kennan. **The Diplomat**, 10 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/02/stephen-walt-is-not-obamas-george-kennan/>

KISSINGER, Henri A. **Defining a U.S. Role in the Arab Spring**. The International Herald Tribune, abril, 2012. Disponível em: <http://www.henryakissinger.com/articles/ih040212.html>

KITCHEN, Nicholas. **The Contradictions of Hegemony: The United States and the Arab Spring**. London, UK: IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas, ed SR011. LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, 2012

LEVERETT, Flynt L. **The Iranian Nuclear Issue, the End of the American Century, and the Future of International Order**. Penn State Journal of Law & International Affairs, volume 2, novembro, 2013a

LEVERETT, Hillary Mann. **How Precipitous a Decline U.S. – Iranian Relations and the Transition from American Primacy**. Penn State Journal of Law & International Affairs, volume 2, novembro, 2013b

LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary Mann. **Going to Tehran: Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran**. Nova York: Metropolitan Books Henry Hold and Company, 2012

LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary Mann. What Rouhani's election should mean for Washington. **The Hindu: opinion**, 18 de junho de 2013a. Disponível em: <http://www.thehindu.com/opinion/lead/what-rouhanis-election-should-mean-for-washington/article4823926.ece>

\_\_\_\_\_. America's Moment of Truth on Iran. **The Diplomat**, 04 de novembro de 2013b. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/11/americas-moment-of-truth-on-iran/>

\_\_\_\_\_. Rouhani won the Iranian election. Get over it. **Aljazeera: opinion**, 16 de junho de 2013c. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/06/201361681527394374.html>

MALONEY, Suzanne. Saved by the Deal: How Rouhani Won the Negotiations and Rescued His Regime. **Foreign Affairs**, publicado pelo Conselho de Relações Exteriores, 27 de novembro de 2013a. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/140296/suzanne-maloney/saved-by-the-deal>

\_\_\_\_\_. Why Rouhani Won – And Why Khamenei Let Him. **Foreign Affairs**, publicado pelo Conselho de Relações Exteriores, 16 de junho de 2013b. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139511/suzanne-maloney/why-rouhani-won-and-why-khamenei-let-him>

\_\_\_\_\_. Obama's Counterproductive New Iran Sanctions: How Washington is Sliding Toward Regime Change. **Foreign Affairs**, Conselho de Relações Exteriores, 05 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/137011/suzanne-maloney/obamas-counterproductive-new-iran-sanctions>

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: editora Norton, 2001

\_\_\_\_\_. Imperial by Design. **The National Interest**, número 111, janeiro/fevereiro de 2011

MILANI, Mohsen. Persian Parley: Still Optimistic About U.S.- Iranian Relations. **Foreign Affairs**, publicado em Conselho de Relações Exteriores, 26 de novembro de 2013a. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/140295/mohsen-milani/persian-parley>

\_\_\_\_\_. Rouhani's Foreign Policy: How to Work With Iran's Pragmatic New President. **Foreign Affairs**, Conselho de Relações Exteriores, 25 de junho de 2013c. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139531/mohsen-milani/rouhanis-foreign-policy>

\_\_\_\_\_. If at First Rouhani Doesn't Succeed: The Case of Optimism About U.S.- Iranian Relations. **Foreign Affairs**, Conselho de Relações Exteriores, 24 de setembro de 2013b. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139957/mohsen-milani/if-at-first-rouhani-doesnt-succeed>

MILANI, Abbas. Face-off. **New Republic**, 6 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/world/87975/mahmoud-ahmadinejad-ali-khamenei-iran>

PARSI, Trita. **A single role of the dices** New Heaven: Yale University Press, 2012

\_\_\_\_\_. The Persian Pivot Washington may not want to admit it, but Iran is the most stable country in the Middle East right now. **Foreign Policy: argument**, 16 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/06/16/pivot\\_to\\_persia\\_us\\_policy\\_iran\\_iraq\\_isis](http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/06/16/pivot_to_persia_us_policy_iran_iraq_isis)

PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospects for a U.S. Concert-Balance Strategy**. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute and U.S. Army War College Press, SSI, Strategic Studies Institute, EUA, abril 2013

RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. **Os efeitos de limitas capacidades materiais na política externa de potências intermediárias do sistema internacional – o caso do Brasil**. Tese de doutorado em Ciência Política na especialidade de política comparada, Universidade de Lisboa, 2013

ROGIN, Josh. **Clinton confronts the paradox of America's role in the Arab Spring**. The Cable: reporting on the foreign policy machine, novembro, 2011

RONIS, Sheila R (editor). **Forging an American Grand Strategy: Security a Path Through a Complex Future**. Carlisle Barracks: The United States Army War College, United States Army War Colleg Press, EUA, outubro, 2013

ROUHANI, Hassan. **What Iran Wants in 2014: open letter from the president**. Dezembro 2014. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/hassan-rouhani-on-iran-s-new-moderation>

ROZEN, Laura. Encouraged by Rouhani Election, US Urges Iran to Engage. **The Al Monitor**, 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/07/us-asks-rouhani-iran-engage.html#>

RYNHOLD, Jonathan. **President Obama and the Middle East Challenge**. BESA Center Perspectives Papers, No. 50, novembro, 2008

SCHEWELLER, Randall L. **Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In**. The MIT Press, International Security, Vol. 19, No. 1, 1994, p. 72-107

SMITH, Lee. **Weakening Washington's Middle East Influence**. Middle East Quarterly, 2011

STEWARD, Scott. Iranian Proxies: An Intricate and Active Web. **Stratfor Global Intelligence, Security Weekly**, fevereiro de 2010. Disponível em: [http://www.stratfor.com/weekly/20100203\\_iranian\\_proxies\\_intricate\\_and\\_active\\_web#axzz3IKOfn6rj](http://www.stratfor.com/weekly/20100203_iranian_proxies_intricate_and_active_web#axzz3IKOfn6rj)

TAFESH, Abdul Qader. Iran's Green Movement: Reality and Aspirations. **Aljazeera Center for Studies**, 05 de novembro de 2012. Disponível em: <http://studies.aljazeera.net/en/reports/2012/11/20121159103533337.htm>

TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs**. Nova York: Oxford University Press, 2009

VISENTINI, Paulo. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Temas do Novo Século, 14. Leitura XXI, 2012

WALT, Stephen. **Alliances: Balancing and Bandwagoning**. International Security, 9, 1987. p.3-43

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002

WILNER, Alexander. **U.S. and Iranian Strategic Competition: Iran's Perceptions of its Internal Developments and their Implications for Strategic Competitions with the U.S. in the Gulf**. Center for Strategic & International Studies, Burke Chair in Strategy, maio de 2011

WRIGHT, Steven. **The United States and Persian Gulf Security: The Foundations of the War on Terror**. Reino Unido: Durham Middle East Monographs, ITHACA Press, 2007

YETIV, Steve A. **The Absence of Grand Strategy: The United States in the Persian Gulf, 1972-2005**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, EUA, 2008

ZARIF, Javad. What Iran Really Wants: Iranian Foreign Policy in the Rouhani Era. **Foreign Affairs**, publicado pelo Conselho de Relações Exteriores, maio/junho de 2014. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/141209/mohammad-javad-zarif/what-iran-really-wants>